

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O TEMPO PRESENTE NA OBRA DE ERIC HOBSBAWM

ISAMARC GONÇALVES LÔBO

Recife
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

O TEMPO PRESENTE NA OBRA DE ERIC HOBSBAWM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco por Isamarc Gonçalves Lobo, tendo como Orientadora a Prof^a. Dr^a. Arianne Norma de Menezes Sá.

Recife
2003

O TEMPO PRESENTE NA OBRA DE ERIC HOBSBAWM

ISAMARC GONÇALVES LOBO

Aprovada em ____/____/2003.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Arianne Norma de Menezes Sá
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Godoy Silveira

Prof^o. Dr^o. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior

Dedico este trabalho a Izaura Gonçalves de Lira e Regina Célia Gonçalves. A primeira me educou para a vida, a segunda, para a academia.

AGRADECIMENTOS

A família por sua paciência, compreensão e amor;

Ao Prof^o. Dr^o. Raimundo Barroso Cordeiro Júnior por suas observações sobre a natureza teórica do trabalho;

A Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Godoy Silveira por sua incansável dedicação, suas críticas e conselhos;

Aos Professores do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba;

A Prof^a. Dr^a Ariane Norma de Menezes Sá, minha orientadora, por ser sempre a luz quando só havia trevas;

Ao CNPq/Capes/Pibic;

Aos amigos;

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho historiográfico analisa a obra de Eric Hobsbawm, historiador fundador da História Social Inglesa, com o objetivo de compreender o conceito de tempo presente elaborado pelo autor. Para tanto, partiu-se do pressuposto de que a sua narrativa reflete, não só, uma visão do século XIX e XX, como o contexto histórico em que o autor está inserido. O conceito de tempo presente foi discutido tendo como base a filosofia, física e história, para, por fim, entender como o autor elabora o continuum temporal, através do qual relaciona passado, presente e futuro.

Palavras-Chaves: História; historiografia; tempo.

ABSTRACT

This historiographic research analyzes Eric Hobsbawm's works, who was a historian and the founder of the English Social History. The purpose of this research is to try to understand the concept of present time worked out by the author, and, in order to achieve this comprehension, we based our research on the presumption that his narrative reflects not only a view of the Nineteenth and Twentieth centuries, but also the historical context in which he is integrated. We considered an analysis of the concept of present time based on philosophy, physics and history, so that, eventually, we could understand how the author brings up the *continuum* time, through which he establishes the relationship between past, present and future.

Key Words: history; historiographic; time.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRAT	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O HOMEM, O TEMPO E A OBRA	4
1. A PRIMEIRA FAMÍLIA “HOBSBAUM”: do Egito a Viena	6
2. A SEGUNDA FAMÍLIA “HOBSBAUM”: Berlin	15
3. EM CASA: Inglaterra pré e pós Segunda Guerra	23
4. O TEMPO E SUAS OBRAS	31
CAPÍTULO II: CONCEPÇÕES DE TEMPO – O FILOSÓFICO, O FÍSICO E O HISTÓRICO	69
1. O SER DO TEMPO OU O TEMPO NA FILOSOFIA	71
2. TEMPO E ESPAÇO OU O TEMPO NA FÍSICA	81
3. TEMPO E HISTÓRIA	86
CAPÍTULO III: DO PRESENTE AO CONTINUUM	109
1. O PASSADO: O LONGO (E PRÓXIMO) SÉCULO XIX	115
1.1. AS REVOLUÇÕES DO PASSADO E AS DO PRESENTE: A ERA DAS REVOLUÇÕES	115
1.2. O CAPITAL DE ONTEM E O DE HOJE: A ERA DO CAPITAL	122
1.3. DO LIBERALISMO BURGUEÊS AO IMPERIALISMO CAPITALISTA: A ERA DOS IMPÉRIOS	129
2. O PRESENTE: O CURTO (E INTENSO) SÉCULO XX	137
3. O ACONTECIMENTO COMO MARCO TEMPORAL	146
4. A CONCEPÇÃO DE DURAÇÃO NOS SÉCULOS XIX E XX	150
CONCLUSÃO	152
BIBLIOGRAFIA	154

INTRODUÇÃO

Em 1998, ao voltarmos das férias, a coordenadora do Projeto de Resgate Histórico dos Municípios Paraibanos¹, a Prof^a. Regina Célia Gonçalves, propôs ao grupo de pesquisa, composto por docentes e discentes vinculados ao Projeto, discutir a nova obra de Eric J. E. Hobsbawm, **Sobre História**, uma coletânea de textos que discutia o ofício do historiador.

Ao longo daquele ano, todas as segundas-feiras, o grupo se reuniu para discutir o texto de Hobsbawm. A cada encontro, um dos participantes apresentava um capítulo enquanto os outros complementavam a leitura com opiniões, críticas e dúvidas.

Foi num desses encontros, após a exposição do capítulo “A História e a Previsão do Futuro”, que fiz a seguinte pergunta: “O historiador pode tratar da história de sua época? Ou melhor, é possível fazer uma história do presente?”

Outras leituras foram feitas; novas questões postas; visitas aos arquivos documentais de João Pessoa processadas; relatórios PIBIC/CNPq defendidos. E aquela pergunta sempre martelava na minha cabeça: “É possível fazer uma história do presente?”; “Como um historiador pode ser objetivo ao tratar de assuntos que lhe são, no mínimo, marcantes?”; “E se é possível, será Hobsbawm um desses historiadores?”.

Foi objetivando calar essas vozes internas que, no ano seguinte, ainda sob orientação da professora Regina Célia Gonçalves, montei um Projeto sobre historiografia: “Hobsbawm e o Tempo Presente”.

Este trabalho tem como pressuposto que “o fazer história” possui sua historicidade. A palavra historiografia é comumente tratada como “história da história”, ou seja, um estudo sobre o fazer do historiador, ou como a história foi e é feita. Segundo Rogério Fossastieri da Silva, Ernst Breisach

¹ Este projeto objetivava resgatar a história cultural do município de Guarabira e era financiado pelo PIBIC/CNPq/DH/UFPB.

“Considera que o essencial é demonstrar que existe um nexo necessário da história como reflexão sobre o passado e a vida humana. Isto deve-se ao fato de que a dimensão é essencial à existência humana. Segundo o autor [Breisach], psicólogos descobriram que o intervalo de tempo que realmente vivenciamos como ‘agora’, o presente ‘mental’, é cerca de um quinto da duração de um segundo. Para o autor, a conclusão é inescapável, a vida humana não é vivida só no presente, mas no lugar disso, no que chamou de ‘três mundos’: o mundo que é, o mundo que era e o mundo que será. Teoricamente, conhecemos esses três mundos como se existissem separadamente, mas os vivenciamos inextricavelmente ligados e, mais do que isso, cada um destes mundos influencia o outro. Toda descoberta importante sobre o passado muda o que pensamos sobre o presente e o que esperamos sobre o futuro” (SILVA, 2001, pp. 157-158).

É preciso destacar que a obra de Hobsbawm foi elaborada num contexto histórico em que o próprio autor, ao estudar o passado, vislumbrava os outros “dois mundos”: o presente e o futuro. Nesse sentido, historiar o autor no seu tempo faz parte de um trabalho historiográfico.

Para discutir essa idéia do tempo presente na obra de Eric John Ernest Hobsbawm, no primeiro capítulo busquei reconstruir a história do autor, nascido num período de transição entre o século XIX e o XX, membro de uma família judia “não praticante”. Educado em três países distintos (Áustria, Alemanha e Inglaterra), engrossará as fileiras do Partido Comunista Inglês e se tornará um dos especialistas em história do século XIX.

Suas obras refletirão o encontro desse(s) mundo(s), uma vez que é fruto dele(s). Sua vinculação ao Partido Comunista vai determinar o século XIX como o centro de seu interesse, afinal, estudar o século XX, segundo Hobsbawm, exporia a problemática do comunismo real ao mundo, o que seria perigoso para o Partido. Segundo Kaye, sua obra abordará não só as questões do século XIX na Inglaterra, como a história dos séculos XVI, XVII, XVIII e XX, o que torna sua abordagem universalizante.

No segundo capítulo, resgatei a historiografia que discute a questão do tempo. Iniciei a discussão pontuando a aporia agostiniana que define o tríplice presente e encerrou-se com o “ser do tempo”. Destaquei o papel de Einstein como o grande revolucionário da concepção de tempo físico ao propor a relatividade “temporal” (o tempo depende do

observador). E sublinhei que o tempo histórico pode ser entendido por uma terceira via, a que liga o tempo filosófico e o tempo físico graças a sua narrativa. Aqui é preciso destacar a importância da discussão temporal pós-Braudel e a “Longa Duração” para a própria noção de tempo presente de Hobsbawm.

No terceiro capítulo, busquei averiguar como Hobsbawm pensa e demonstra o *continuum* temporal em suas obras mais conhecidas: **A Era das Revoluções**, **A Era do Capital**, **A Era dos Impérios** e **A Era dos Extremos**. O conjunto destas obras forma um mundo temporal que aproxima o passado do presente através da narrativa. Para ele, o presente é o responsável pelo olhar do historiador sobre o passado e o grande promotor das expectativas do futuro. É nessa ótica que suas obras e seus conceitos foram elaborados. Ao dedicar seus estudos aos séculos XIX e XX, Hobsbawm busca saber como o passado se tornou o presente e poderá ser o futuro.

A concepção de tempo de Hobsbawm aparece em suas obras como “analogias explicativas”, que são construídas a partir de uma realidade mais próxima do autor e de seus leitores. Estes são levados a recorrer à memória (individual ou coletiva) para dar inteligibilidade ao passado.

CAPÍTULO I

O HOMEM, O TEMPO E A OBRA

A história não estuda somente os fatos materiais e as instituições; o seu verdadeiro objeto de estudo é a alma humana; a história deve propor-se ao conhecimento daquilo em que esta alma acreditou, pensou e sentiu nas diversas idades da vida do gênero humano. (COULANGES, 2001, p. 102)

Falar de Eric Hobsbawm é, inevitavelmente, falar do século XX, não só por ser um homem desta centúria, mas também por ter se dedicado em suas palestras, estudos e obras às problemáticas que marcaram estes anos.

Sua preocupação com o século em que vivia, pode ser percebida em um de seus mais famosos livros, **A Era dos Extremos**, onde Hobsbawm divide este *curto século* em três períodos, a saber: uma era da catástrofe, iniciada com a Primeira Guerra Mundial e se estendendo até depois da Segunda Guerra Mundial (a Guerra de 31 anos); uma era de ouro, que engloba os vinte e cinco (25) ou trinta (30) anos de extraordinário crescimento econômico e transformações sociais que se encerram na década de 1970; e um período de desmoronamento, marcado por uma crescente melancolia de *fin-de-siècle*.²

Criticado por alguns por ser um comunista historiador,³ ao invés de um historiador comunista, Hobsbawm é respeitado por outros por sua análise marxista do mundo

² Ver HOBSBAWM, 1995a.

³ HOBSBAWM, 4 abr., 1995. Na entrevista, concedida a William Waack, Hobsbawm ao afirmar que 'há vários anos havia constatado a falência do modelo soviético e não divulgara suas conclusões para não se indispor com o Partido Comunista', fez com que o entrevistador considerasse esta declaração como a comprovação do mal que a politização faz à ciência.

dos homens comuns. Suas obras foram publicadas em diversos países e idiomas, sobretudo as que compõe sua quadrilogia, composta pelas ERAS.⁴

Mas quem é efetivamente Eric Hobsbawm? Quais foram as bases familiares e educacionais que propiciaram a formação do homem e do intelectual? Responder a estas questões não é uma tarefa fácil, mas tentaremos costurar os dados de que dispomos.

Aparentemente, nos deparamos com o mesmo problema enfrentado por Machado de Assis, no romance **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, quando este, através de seu personagem principal, expõe sua dúvida se deveria começar a história por seu nascimento ou falecimento. Aqui o problema consiste em saber se começamos pelo homem ou por sua obra.

Segundo Rogério Forastieri da Silva, os trabalhos historiográficos podem utilizar quatro tipologias distintas, a saber:

1) os estudos historiográficos que têm como alvo um autor e o conjunto de suas obras, ou uma comparação entre autores e algumas de suas respectivas obras (...); 2) os estudos historiográficos nacionais (...) que possuem por alvo apresentar a historiografia de um determinado país, ou estudos historiográficos de uma época (...) ou uma tendência historiográfica (...); 3) os estudos historiográficos que têm por finalidade saber como um determinado tema tem sido tratado ao longo do tempo, por vários autores e várias obras, ou da perspectiva das tendências ou escolas históricas; 4) os estudos historiográficos gerais, mais amplos, que têm por finalidade oferecer um panorama da produção historiográfica como um todo. (SILVA, 2001, pp. 22-23)

Dentre estas modalidades de produção historiográfica, optei por trabalhar com a primeira perspectiva conjugada com a terceira. Ou seja, buscarei discutir o autor no contexto histórico de produção de suas obras, tendo como objetivo central identificar a construção do conceito de temporalidade feito por Hobsbawm, sobretudo sua idéia de tempo presente. Para tanto, se faz necessária uma pequena contextualização da vida do autor. Há algumas lacunas

⁴ Sobre os benefícios de o autor ser comunista, ver **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**, autobiografia de Eric J. Hobsbawm. Nesta obra, e mais especificamente em seu capítulo “Na aldeia global”, o autor fala que, por mais “que alguém em minha posição se ressentisse de ser colocado em um gueto marxista, meu renome de historiador (e certamente minhas vendas nas décadas de 1960 e 1970) sem dúvidas se beneficiou de minha reputação de marxista. Paradoxalmente, foi no mundo do ‘socialismo realmente existente’ que meus livros não foram publicados, a não ser na Hungria e na Eslovênia” (2002, p. 337).

na vida de Eric Hobsbawm que não foram solucionadas, isto mesmo após a publicação de sua autobiografia.

1. A PRIMEIRA FAMÍLIA “HOBSBAUM”⁵: do Egito a Viena

Em 1913, após a conclusão do ensino médio, uma jovem vienense ganha de seus pais uma viagem para o Egito, um museu vivo, próprio para o aprimoramento cultural da classe média européia. Devido às condições da época, seria impensável que uma moça de 18 anos de idade fosse exposta ao perigo e à tentação sozinha. Assim, tal jovem embarca num navio da Lloyd Triestino, em Trieste, principal porto do Império Habsburgo, rumo à residência de um de seus parentes, cuja família outrora havia saído da Polônia e da Hungria – em busca de prosperidade e de educação – e detinha uma rede de lojas no Levante – Constantinopla, Esmirna, Alepo, Alexandria. A jovem parenta foi acolhida por seu tio Albert.⁶

Alguns anos antes, um rapaz também viajara para o Egito, saído de Londres, não para estudar, mas para trabalhar. Vindo de uma família modesta, composta de onze pessoas, arriscou-se por novas paragens, como o seu pai outrora também o fizera, quando emigrara da Polônia russa para a Grã-Bretanha, na década de 1870, ganhando seu precário sustento como marceneiro profissional na zona leste de Londres e Manchester, criando nove filhos – uma filha do primeiro casamento e oito filhos do segundo. Só um desses filhos,

teve talento ou interesse pelos negócios. Apenas um dos mais novos teve acesso a uma escolaridade mais prolongada, tornando-se engenheiro de minas na América do Sul, que então fazia informalmente parte do Império Britânico. Todos, contudo, procuravam apaixonadamente dominar a língua e a cultura inglesas e se anglicizaram com entusiasmo. Um foi ser ator, outro levou avante os negócios da família, um se tornou professor primário, outros dois entraram para o funcionalismo público em expansão, trabalhando nos Correios. (Hobsbawm, 1998a, p. 14)

⁵ Hobsbawm em sua autobiografia fala da família “Hobsbaum-Grün” quando narra sua infância em família, no entanto, não explicita o porquê da mudança do sobrenome familiar paterno que era escrito não com um “w”, mas com “u”.

⁶ Ver HOBSBAWM, 1998a, p. 14.

Como a Grã-Bretanha ocupara o Egito em 1882,

um irmão acabou representando uma pequena parte do Império Britânico – os Correios e Telégrafos egípcios – no delta do Nilo. Ele sugeriu que o Egito conviria a mais um de seus irmãos, cujas principais qualificações para ganhar seu sustento lhe teriam sido muitíssimo úteis se ele não se visse realmente obrigado a ganhá-lo: era inteligente, agradável, musical e um bom esportista versátil, além de pugilista peso-leve de nível de campeonato. (ibid, p. 14)

Esse rapaz, Leopold Percy Hobsbaum, viria a conhecer aquela moça, Nelly Grün, sua futura esposa, ali onde a economia e a política da Era dos Impérios, sem falar de sua história social, os reuniu. O encontro e o início da relação aconteceu antes da Primeira Guerra, provavelmente no Esporte Clube dos arredores de Alexandria. O casamento se daria na Suíça, no período de guerra. Como não pôde ir ou para a Inglaterra ou para a Áustria, países beligerantes no conflito, o casal acabou retornando para o Egito, aí tendo um dos seus filhos, Eric J. Hobsbawm.⁷

Eric J. Hobsbawm nasceu em 22 de junho de 1917, na cidade de Alexandria, Egito. Filho de pai inglês e mãe austríaca, mas, em um certo sentido, pelo tempo histórico em que nasceu, também filho do imperialismo, pois, segundo o próprio autor, “seria extremamente improvável que um encontro assim tivesse acontecido num lugar assim, ou que tivesse levado ao casamento entre duas pessoas assim em qualquer outro período da história anterior” ao da Era do Imperialismo (ibid, pp. 13-15).

Esse período é marcado, por um lado, pela Primeira Guerra Mundial⁸ – ou, como Hobsbawm chama, *primeira fase da Guerra de 31 anos* – uma guerra, a princípio, de cunho

⁷ Sobre o casamento dos pais, Hobsbawm afirma, em sua autobiografia, que “As instituições diplomáticas britânicas presidiram minha concepção e meu nascimento, pois foi em outro consulado inglês, em Zurique, que meu pai e minha mãe se casaram, com o auxílio de uma autorização oficial, assinada pessoalmente por sir Edward Grey, ministro do Exterior, que permitia a Leopold Percy Hobsbaum, súdito de George V, contrair matrimônio com Nelly Grün, súdita do imperador Francisco José, numa época em que ambos os impérios estavam em guerra (...)”. (HOBBSAWM, 2002, p. 16)

⁸ Sobre a gênese do conflito, ver HOBBSAWM, 1998a, pp. 417-452. Para o autor, ao contrário de outros, a corrida por novos mercados pouco influenciou para principiar a guerra. No máximo, ele afirma que, a partir de

européu, mas que, no final, acabou ganhando uma conotação mundial – tendo como beligerantes países desde o Japão até os Estados Unidos, que dela participaram direta ou indiretamente.⁹ Segundo o autor, nenhum dos países envolvidos pretendia que ela ganhasse esta conotação, nem tampouco supunha que iria durar o tempo que durou.

Para os alemães, “eles deveriam liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que este pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano”. (HOBBSAWM, 1995, pp. 32-33) Para Hobsbawm, os meses iniciais da guerra acabaram determinando os próximos três anos e meio de conflito, posto que todos os países acabaram colocando suas peças no tabuleiro, onde os milhares de

peões ficaram uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, as quais viviam como – e com – ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia ... 'amaciavam' o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levadas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a 'terra de ninguém', um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria. (ibid, p. 33)

Na tentativa de resolver esse impasse, a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança buscariam na tecnologia uma fórmula – principalmente gasosa¹⁰ – para vencer a guerra.

Por outro lado, esse período é marcado, como uma das conseqüências da primeira parte da Guerra dos 31 anos, pela Revolução Russa de 1917. O regime czarista vinha mostrando sua debilidade desde muito tempo, quando foi derrotado na guerra russo-japonesa de 1904-1905, o que provocou a revolução de 1905. Para Lênin, enfatiza Hobsbawm, ela teria

um ponto do lento escorregar para o abismo, a guerra pareceu tão inevitável que alguns governos decidiram que a melhor coisa a fazer seria escolher o momento mais propício, ou menos desfavorável, para iniciar as hostilidades.

⁹ Ver HOBBSAWM, 1995a, pp. 29-60.

¹⁰ Um dos recursos usados neste conflito foram as armas químicas. Gases venenosos eram lançados sobre os soldados no campo de batalha. Este recurso mostrou-se bárbaro e ineficaz, ocasionando, para Hobsbawm, o único caso de repulsa humanitária governamental a um meio de fazer a guerra. Na Convenção de Genebra de 1925, o mundo se comprometeu a não usar mais esse recurso. Infelizmente, na década de 1980, na guerra Irã-Iraque, tendo apoio dos países ocidentais, o Iraque acabou usando este recurso sobre soldados e civis.

sido uma revolução burguesa por meios proletários.¹¹ Com o advento da Primeira Guerra Mundial, as contradições internas do czarismo afloraram ao ponto de o governo Russo desmoronar com uma manifestação de operários – no dia 08 de março de 1917 – que, aliando-se a um *lock-out* industrial da notoriamente militante metalúrgica Putilov, produziu uma greve geral. Segundo Hobsbawm,

a fragilidade do regime se revelou também quando as tropas do czar, mesmo os leais cossacos de sempre, hesitaram e depois se recusaram a atacar a multidão, e passaram a confraternizar com ela. Quando, após quatro dias de caos, elas se amotinaram, o czar abdicou, sendo substituído por um "governo liberal" provisório, não sem certa simpatia e mesmo ajuda dos aliados ocidentais da Rússia, que temiam que o desesperado regime do czar saísse da guerra e assinasse uma paz em separado com a Alemanha. (1995, p. 67)

Como o governo provisório e os outros partidos não conseguiram captar os anseios da população russa massacrada, coube aos bolcheviques conduzir a revolução.

Diante deste conturbado período histórico, nos questionamos sobre a participação de Leopold P. Hobsbaum, pai de Eric J. Hobsbawm numa guerra destas proporções. Teria ele se alistado no Egito para lutar na África? Ou teria, diante de seu recém estado marital, abdicado de seu *fervoroso entusiasmo pelas coisas britânicas* em nome da (futura) esposa? Não possuímos dados para responder a tais questões.¹²

Logo após o término da guerra, a senhora Hobsbaum, por nostalgia, insiste em voltar para Viena, enquanto era desencadeado todo um processo de reorganização da Europa, com a assinatura de inúmeros tratados dos quais o mais conhecido é o de Versalhes (além deste, foram assinados os tratados de: Saint-Germain, com a Áustria; Trianon, com a Hungria; Sèvres, com a Turquia e Neuilly, com a Bulgária). O tratado de Versalhes tinha por objetivos: a) isolar a Rússia revolucionária com um cinturão de Estados anti-socialistas e anti-Rússia,

¹¹ Ver HOBSBWAWM, 1998a, pp. 383-416.

¹² Entretanto, podemos afirmar que o casamento, salvou Leopold Hobsbaum da fatídica guerra que, mesmo durante o conflito “reagiu com o que lhe restava de patriotismo britânico, mas que minha futura mãe repudiou. Em 1915 ainda não havia recrutamento militar obrigatório, mas, se houve, ele deveria se alistar declarando que sua consciência objetava ao serviço militar”. (HOBSBAWM, 2002, p. 16).

evitando a proliferação da revolução e b) neutralizar a Alemanha – que, sozinha, quase tinha derrotado todos os países aliados juntos – seja com diminuição de território, até a redução de seus exércitos.

Quando a senhora Hobsbaum saíra de sua cidade natal em 1913, como assinalado acima, Viena pertencia ao império austro-húngaro. Ao retornar, em 1919, essa cidade fazia parte de um Estado e não mais de um império, o Estado austríaco. Esse tipo de mudança política foi, em linhas gerais, uma característica do século XX europeu, em que algumas pessoas, em decorrência dos conflitos regionais/mundiais, chegaram a possuir duas, três, e até mesmo, quatro nacionalidades distintas durante sua existência. Não porque requeriam esta mudança, mas porque esta se operava.

É nesta cidade que Eric J. Hobsbawm iniciou seus estudos primários. E como ele destaca, foi criado entre os grandes monumentos arquitetônicos da burguesia liberal que cercavam a velha "cidade interna" de Viena, depois destruídos entre 1950-1960.

Devido às condições familiares da parte materna, sua vida material deve ter melhorado significativamente. Como, para a classe média do fim do século XIX,

a casa ideal já não fazia parte de uma rua da cidade, uma casa de cidade, nem seu substituto, o apartamento em um grande edifício de frente para uma rua da cidade e pretendendo ser um palácio; era uma casa de campo urbanizada, ou, antes, suburbanizada (uma Villa ou mesmo um cottage) num parque ou jardim em miniatura, rodeado de verde. (HOBSEAWM, 1998a, p. 235)¹³

A vila, ao contrário da grande mansão, era planejada para as conveniências da vida privada e não para a luta pelo *status* social e para a representação.

A cultura vienense do fim do século XIX era a dos judeus de classe média.¹⁴

Assim, herdeiro desta, Eric J. Hobsbawm e sua irmã caçula, provavelmente, usufruíram as

¹³ No caso da família de Leopold P. Hobsbaum, a Vila era a Seutter (Cf. HOBSEAWM, 2002, p. 15).

¹⁴ Sobre o mundo em que passou a viver em Viena, Hobsbawm diz: “O mundo da classe média vienense – e certamente dos judeus, que formavam grande parte dela – ainda era o daquela vasta região poliglota cujos imigrantes, nos oitenta anos anteriores, haviam transformado sua capital em uma cidade de 2 milhões de

mesmas regalias que sua mãe também aproveitara na juventude, como, por exemplo, uma casa um pouco mais confortável.

Entretanto não podemos considerar a família Hobsbaum-Grün como uma família judia tradicional, pois mesmo descendendo da tradição judaica, eles *perderam a sua fé, embora continuassem judeus para os outros*.¹⁵ A relação com a “comunidade judaica” dos Hobsbawm-Grün se dava através de uma rede de ajuda mútua. Nesse sentido, Hobsbawm afirma que era

impossível não ajudar os parentes necessitados, ainda que não fossem muito queridos. Não creio que isso representasse uma característica específica das famílias judias, embora a família vienense de minha mãe sem dúvida cultivasse o hábito do *mishpokhe* ou pelo menos os parentes que moravam em Viena constituíam um grupo que se reunia ocasionalmente (...) para tomar decisões familiares ou simplesmente mexericar(...) Se havia algo de especificamente judaico nessas ocasiões, era o sentimento de todos de que a família era uma rede que atravessava países e oceanos, de que viajar de um país a outro era parte normal da vida e de que, para quem se ocupava em comprar e vender – como faziam muitos membros de famílias judias –, ganhar a vida era assunto incerto e imprevisível, especialmente na era catastrófica que engolfara a Europa Central desde o colapso da civilização em agosto de 1914. Acontecia que ninguém da família Hobsbaum-Grün iria necessitar da proteção do sistema familiar mais do que meus pais, especialmente depois que a morte de meu pai transformou em catástrofe uma situação econômica de crise permanente. (HOBSBAWM, 2002, p. 30)

Segundo ele, uma das orientações de sua mãe, quanto ao judaísmo familiar, era que: “nós não temos nenhuma religião, estamos emancipados. Mas nunca faça algo que dê a impressão de que você não quer ser judeu” (HOBSBAWM, 22 JUN., 1997). Esta orientação da senhora Hobsbaum aos filhos se contrapõe com uma outra idéia de Simon-Nahum de que os judeus seriam judeus em casa e cidadãos comuns fora dela. No núcleo familiar, eles não

habitantes, certamente a maior cidade do continente europeu entre Paris e Leningrado, com exceção de Berlim”. (HOBSBAWM, 2002, p 25) O autor destaca ainda, que essa cultura pertencia muito mais à classe média, do que à classe média judia “independentemente do fato de muitos de seus eminentes participantes serem judeus e saberem que eram judeus (confrontados com o anti-semitismo endêmico da região), tanto quanto do fato de que alguns vinham da Moravia (Freud e Mahler), alguns da Galícia ou de Bukovina (Joseph Roth), ou mesmo de Russe, no Danúbio búlgaro (Elias Canetti)”. (ibid, 26)

¹⁵ Para Perrine Simon-Nahum, o judeu que perde a fé continua sendo judeu para ele e para os outros (ver SIMON-NAHUM, In: PROST, Antoine e VICENT, Gerard, 1992).

possuem religião – mas costumam se reunir como as famílias judias fazem –, no público aparentam ser judeus *praticantes*¹⁶.

Para Simon-Nahum, a vida privada judaica fundamenta a sobrevivência do grupo e é, também, objeto de controle e intervenção no indivíduo. Para ele, “o judeu goza de pleno livre arbítrio no que concerne ao respeito pela lei, mas permanece sob os olhos do grupo. É na célula familiar, fundamento da vida social, que se harmonizam a liberdade e o controle” (SIMON-NAHUM, 1992, p. 465). A orientação dada a Eric Hobsbawm, junto com as ocasionais reuniões do clã Hobsbaum-Grün, comprova a importância do papel familiar para o controle social.

O próprio Hobsbawm confirma essa importância familiar ao afirmar que:

Das duas teias de que era feita a maior parte de minha vida, a família era de longe a mais permanente. Consistia em um clã vienense mais amplo: parentes de meus avós e uma parte menor anglo-austriaca, as duas irmãs Grün, minha mãe e Gretl, sua irmã mais jovem, ambas casadas com dois irmãos Hobsbaum, isto é, meu pai e seu irmão mais moço, Sidney, que também moravam em Viena grande parte dos anos 20. (HOBSBAWM, 2002, pp. 29-30)

Se for à mesa que o povo judeu aprende sua “judaidade”, como propõe Perrine Simon-Nahum, é neste mesmo espaço que a família Hobsbaum-Grün socializa suas experiências religiosas e sociais. O avô do jovem Eric Hobsbawm contava – provavelmente durante um *mishpokhe* – que, após o vencimento de sua apólice de seguro, durante a inflação austríaca, ao sacar o dinheiro, descobriu que este dava apenas para tomar um drinque em seu café favorito.

Segundo Simon-Nahum, o tempo judaico deve ser utilizado para transformar o mundo, sendo, portanto, consagrado ao estudo e à ação. Nesse sentido, não se deve perder tempo. Para ele, o povo judeu é regido por um tempo profano que se inscreve na

¹⁶ Em quase todas as oportunidades, Eric J. Hobsbawm enfatiza a sua não religiosidade. Se Jules Issac pode “dizer que é judeu, principalmente por causa da mãe” (SIMON-NAHUM, 1992, p. 459), Hobsbawm pode afirmar que é *ateu graças à mãe*.

historicidade, e um tempo sagrado, que transcende a história e, talvez, um tempo intermediário entre o primeiro e o segundo que busca na ação o norte para a vida. Como a comunidade familiar dos Hobsbaum-Grün perdera o sagrado, é de se supor que eles se dedicassem ao terceiro tempo de ação, que legitima a aquisição de um saber "profano", do qual pode depender a sobrevivência não do judaísmo, mas do indivíduo e sua comunidade familiar. É necessário possuir aquilo que ninguém pode tirar, o saber.¹⁷

Em sua autobiografia, Hobsbawm destaca que a escola fazia parte do externo da vida. E acrescenta que suas leituras,

especialmente em inglês, eram em grande parte fornecidas pelos adultos (...) Por outro lado, desde cedo devorei os livros alemães sobre pássaros e animais que recebia de presente, e após a escola primária mergulhei nas publicações da Kosmos, Gesellschaft der Naturfreunde, uma associação dedicada a popularizar as ciências naturais, principalmente os aspectos biológicos e evolutivos, que meus pais assinavam para mim. Também desde cedo nos levavam ao teatro, para ver peças que podíamos apreciar mas de que os adultos também gostavam – digamos, o *Guilherme Tell*, de Schiller (mas não o *Fausto*, de Goethe), e as obras dos autores vienenses populares do início do século XIX –, as encantadoras peças sentimentais de Raimund e as selvagens divertidas comédias do grande Johann Nestroy, cujo humor ácido ainda não entendíamos. (HOBBSAWM, 2002, pp. 34-35)

Além disso, o autor destaca que “as crianças mais intelectuais escolhiam livros nas prateleiras dos pais e parentes, talvez influenciados pelo que ouviam em casa, ou talvez não. Assim, certos gostos eram partilhados entre as gerações”. (ibid, p. 35)

No âmbito global, a década de 1920 é marcada por uma crise verdadeiramente mundial, sentida em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transformações impessoais de mercado, ou seja, a economia mundial capitalista parecia desmoronar. No pós-Segunda Guerra, a economia retoma seu acelerado progresso técnico e contínuo crescimento econômico. Esse *boom* imediato, pelo menos nos países não

¹⁷ Ver SIMON-NAHUM, 1992, p. 469. É preciso destacar que nem todas as famílias judias vienenses se dedicaram a um terceiro tempo voltado para a ação intelectual. Carl Shorske, no livro **Pensando com a História**: Indagações na Passagem para o Modernismo, afirma que na década de 1890 em Viena, ao relembrar e contar seus sonhos, Freud acaba acusando o seu pai “de falta de coragem como judeu e de não estimular o filho em buscas intelectuais”. (2000, p. 176)

perturbados pela revolução ou guerra, parecia promissor, embora as empresas e governos não vissem com bons olhos o poder dos trabalhadores e dos sindicatos, o que podia significar o aumento dos custos de produção, devido a salários maiores e menos horas de trabalho. Tudo, aparentemente, ruiu em 1929, com a queda da Bolsa de Nova York.¹⁸

Para Eric J. Hobsbawm, a quebra da Bolsa afetou todo o mundo porque os Estados Unidos, após a Primeira Guerra, haviam passado a economia dominante. Ao contrário da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, que também dominara a economia mundial, os EUA eram uma nação auto-suficiente, sendo grande importador (40% de matérias-primas) e exportador, sendo, inclusive, o maior credor mundial.

A quebra da Bolsa de Nova York afetou todos – ou quase todos – os Estados do Mundo. Países produtores de matéria-prima, como o Brasil, que exportava café, devido à superprodução foi obrigado a queimar o produto para diminuir os prejuízos.

O efeito dominó atingiu também a Áustria, mas terá afetado a família Hobsbaum-Grün? Provavelmente, se não direta, mas com certeza indiretamente, já que Leopold Hobsbaum falece nesse período aos 48 anos, deixando esposa e dois filhos. Em plena crise, Eric Hobsbawm se vê "*o homem da casa*" com doze anos de idade.

Dois anos depois, no auge da grande depressão, o pequeno núcleo familiar dos Hobsbaum-Grün sofre mais um abalo, quando a senhora Hobsbaum, aos 36 anos, falece. Os dois irmãos se viram sozinhos no mundo, quando um dos irmãos do pai, Sidney, casado com uma das irmãs da mãe de Eric J. Hobsbawm decide levá-los para Berlim, onde trabalhava num estúdio cinematográfico norte-americano, instalado naquela cidade.¹⁹

¹⁸ Segundo Bernard Droz e Anthony Rowley, falar de crise no *crack* de Wall Street “é uma forma de simplificação duvidosa, se examinarmos as fontes estatísticas disponíveis. Elas demonstram, [segundo os autores], que a crise é global. Wall Street simplificou a análise”. (1988, p. 96). Segundo Hobsbawm, seu pai morreu de um ataque cardíaco na porta de casa, ao voltar de mais uma tentativa de ganhar ou pedir dinheiro emprestado.

¹⁹ Segundo Perrine Simon-Nahum, este tipo de casamento entre os irmãos, na França, é uma prática típica de casamentos arranjados na comunidade judaica.

2. A SEGUNDA FAMÍLIA “HOBBSBAUM”: Berlim.

A ida de Eric J. Hobsbawm para Berlim pode ter marcado efetivamente "um" segundo momento na formação intelectual deste historiador, considerando que o primeiro ocorreu concomitantemente: "*na mesa*" e a escola.²⁰

É em uma escola de Berlim que Eric J. Hobsbawm, instigado por um professor, Willi Badsch, que lhe chamou de ignorante e o mandou à biblioteca, encontrou o **Manifesto do Partido Comunista** de Marx e Engels, e **Socialismo Utópico, Socialismo Científico**, de Engels. Para Hobsbawm, "foi a grande descoberta. Isso provavelmente foi determinante para minha fidelidade ao marxismo" (HOBBSBAWM, 19 dez., 1999). A descoberta ganhou proporções maiores porque os seus professores não tinham interesse por uma história vista e analisada como um todo, como propunha Marx.²¹

No campo das discussões políticas, este período destaca-se pelas problemáticas anti-liberais, ou seja, se, no início da década de 1920,

as instituições básicas do governo liberal constitucional, eleições para assembleias representativas e/ou presidentes, eram quase universais no mundo de países independentes nesta época, embora devamos lembrar que os cerca de 65 estados independentes do período entre-guerras tinham sido um fenômeno basicamente europeu e americano: um terço da população do mundo vivia sob domínio colonial. (HOBBSBAWM, 1995, p. 114)

Nesse sentido, o liberalismo foi retirado do palco político de forma acelerada depois que Adolf Hitler se tornou chanceler da Alemanha, em 1933.

Segundo Bernard Droz e Anthony Rowley, a Primeira Guerra Mundial produz uma herança ambivalente. Se, de um lado, ela se apresenta como uma “cruzada da liberdade e

²⁰ Antes de partir para Berlim, Hobsbawm ficou sozinho em Viena perto da mãe então convalescente e morando com a sra. Effenberger. Em troca da hospitalidade, Hobsbawm ensinou inglês, a Bertl, filho da sua anfitriã.

²¹ Ver HOBBSBAWM, 2000., sobretudo a Terceira pergunta. “Os meses que passei em Berlim”, comenta Hobsbawm, “me tornaram comunista para o resto da vida, ou pelo menos me transformaram em alguém cuja vida perderia a natureza e o significado sem o projeto político a que se dedicou quando estudante, ainda que visivelmente esse projeto tenha falido – e, como agora sei, somente poderia falir”. (2002, p. 73).

do direito, lançada pelos Aliados contra a autocracia dos Impérios Centrais” (1998, pp. 147-148), por outro, suscita revoluções em contrário, como a Russa.

Hobsbawm lembra “que nesse período a ameaça às instituições liberais vinha apenas da direita política” (1995, p. 115), e não da esquerda comunista como, por muito tempo, se supunha, já que o “movimento trabalhista socialista era na verdade, tanto em teoria como na prática, tão apaixonadamente comprometido com os valores da razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual quanto qualquer outro” (ibid, p. 114) partido político de ideologia eminentemente de direita.

A oposição sistemática é que vai sustentar os regimes que derrubaram os governos liberal-democráticos. Todos eles eram contra a revolução social e contra a subversão desta ordem social. Eram autoritários e hostis às instituições liberais não por princípios, mas por motivos pragmáticos.

Hobsbawm define os três tipos de regimes anti-liberais: 1) os autoritários ou conservadores anacrônicos, que não tinham qualquer programa ideológico particular, além do anti-comunismo dos preconceitos tradicionais de sua classe; 2) os estadistas orgânicos, que não defendem a ordem tradicional, mas recriam seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalhismo e do socialismo; 3) e os fascistas. Segundo ele, os últimos colocaram em xeque os países liberais.²²

O fascismo italiano, sob o comando de Benito Mussolini, não exerceu muita atração internacional, “embora tentasse influenciar e financiar pequenos movimentos em outras partes e mostrasse alguma influência em setores inesperados, como sobre Jabotinsky, fundador do ‘revisionismo’ sionista, que se tornou o governo de Israel sob Menahem Begin na década de 1970” (ibid, pp. 119-120). Essa inaptidão de comunicação fascista persistiu mesmo

²² Para Hobsbawm, a igreja católica está ligada aos reacionários anacrônicos e também aos fascistas por um ódio comum ao iluminismo, à Revolução Francesa e por tudo o que, na sua opinião, dela derivava – democracia, liberalismo e 'comunismo ateu'. Ver HOBBSAWM, 1995, pp. 117-118.

após todo o reconhecimento de respeito e gratidão expresso por Adolf Hitler ao movimento italiano.

Para Hobsbawm, sem o triunfo de Hitler em 1933, a ideologia fascista não teria se tornado um movimento geral, nem a idéia de um movimento universal desenvolver-se-ia.

Além disso, sem a posição internacional da Alemanha como uma potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria tido impacto sério fora da Europa, nem teriam os governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho de posar de simpatizantes fascistas, como quando Salazar de Portugal alegou, em 1940, que ele e Hitler estavam 'ligados pela mesma ideologia'. (ibid, p. 120)

Além do senso geral da hegemonia alemã, poucos são os outros elementos que caracterizam o fascismo italiano e o alemão. A teoria não era o ponto forte desses movimentos dedicados às inadequações da razão e do racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade. O fascismo, mesmo aproximando-se da direita não fascista, diferenciava-se por sua grande mobilização de massa na forma de um teatro público, como os comícios de Nuremberg ou até mesmo os comícios na Piazza Venezia, ou como os comunistas em Moscou.

Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica palaciana, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no partido nacional socialista dos trabalhadores de Hitler, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do primeiro de maio dos comunistas como feriado oficial em 1933. (ibid, p. 121)

Alegando toda uma herança imemorial, o movimento fascista denunciava a emancipação liberal. Afinal de contas, as mulheres deveriam ficar em casa e ter muitos filhos. Desconfiava, também, da cultura moderna de influência corrosiva, sobretudo das artes modernistas tidas como "*bolchevismo cultural*":

Contudo, os movimentos fascistas – o italiano e o alemão – não apelavam aos guardiões históricos da ordem conservadora, a igreja e o rei, mas ao contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteiramente não tradicional, corporificado no homem que se faz a si mesmo, legitimado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas. (idid, p. 121)

O cimento comum dos movimentos fascistas era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade esmagadora, de um lado, e os crescentes movimentos trabalhistas, do outro. Esses sentimentos afloraram no anti-semitismo. Como os judeus estavam presentes em quase todo lugar, podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto. Eles podiam servir como símbolo do odiado capitalista financista; do agitador revolucionário; da corrosiva influência dos "*intelectuais sem raízes*" e dos novos meios de comunicação; de competição, que lhes dava uma fatia desproporcional dos empregos em certas profissões que exigiam educação; e do estrangeiro e forasteiro.

O anti-semitismo desenvolveu-se em três fases. A primeira consistiu num boicote às lojas de judeus, iniciada em abril de 1933 pelo *Stürmer*, órgão oficial do anti-semitismo. Paralela a esta ação, desencadeou-se uma depuração do funcionalismo público. A segunda etapa inicia-se em 1935, com a adoção das leis raciais sobre a '*proteção do sangue e da honra alemã*', instalando uma segregação draconiana. E a terceira etapa acaba impondo uma arianização forçada das empresas judaicas, a destruição de lojas e sinagogas e numerosas prisões.²³

Segundo Hobsbawm, a direita radical só ganhou força graças ao perigo de uma revolução social e do poder operário em geral. Sem essa ameaça, não teria havido fascismo algum, pois, por mais barulhento que tenham sido, os demagógicos ultradireitistas foram mantidos sob controle antes de 1914.²⁴ Além disso, o triunfo ultradireitista se deu graças a um

²³ Ver DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony, op. cit., p. 220. Os autores defendem que a inércia judaica frente às perseguições deu-se pelas disputas políticas internas à comunidade, em torno do grau de assimilação e adesão ao sionismo.

²⁴ Hobsbawm destaca duas restrições – a que subestima o impacto da primeira guerra mundial sobre uma importante camada de soldados e jovens nacionalistas; e a segunda, que a reação não foi exclusiva ao bolchevismo mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem existente da sociedade. (1995, p. 127).

Estado velho, com mecanismos dirigentes não funcionais; um desencantamento generalizado; uma forte inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-1920.

Hobsbawm afirma que o movimento fascista “apresentava elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, freqüentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico” (ibid, p. 130). Além disso, o autor enfatiza as realizações cultivadas pelo programa social nazista de massa como férias, esportes, planejamento de carro popular. “Sua principal realização, porém, foi acabar com a grande depressão mais efetivamente que qualquer outro governo, pois o antiliberalismo dos nazistas tinha o lado positivo de não comprometê-los com uma crença a priori no livre mercado” (ibid, 130).

Esta idéia de que o movimento fascista se apresentava revolucionário também é compartilhada por Droz e Rowley. Para eles, a primeira fase do fascismo tentou definir uma via, ao mesmo tempo anticapitalista e nacionalista, fugindo tanto do conservadorismo como do marxismo. Após a conquista do poder e a formalização da aliança com as camadas dirigentes, as propostas revolucionárias se diluem no ar.

Se comparado com os países capitalistas ocidentais, o fascismo conseguiu derrotar a revolução social esquerdista; eliminou os sindicatos e impôs limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho; destruiu os movimentos trabalhistas e, por fim, o fascismo dinamizou e modernizou as economias industriais – embora, de fato, tenha se destacado no planejamento técnico-científico ousado, de longo prazo, superando as democracias ocidentais.

O fascismo é fruto da Grande Depressão, mas também é, num certo sentido, da Alemanha, um dos países mais importantes por seu tamanho, potencial econômico, militar e sua posição geográfica dentro da Europa. O impacto do fascismo no mundo ocidental ou oriental é inegável.

A versão que Hobsbawm constrói sobre o século XX, corroborada por Bernard Droz e Anthony Rowley, nos lembra que a ideologia fascista só ganhou corpo doutrinário na Alemanha e na Itália. Nas outras nações, as ditaduras 'fascistas' militares,

as reações autoritárias e conservadoras, constituem apenas formas de gestão mais tradicionais, eventualmente renovadas por influências exteriores do fascismo italiano ou alemão, ditadas por uma vontade interessada de alinhamento que, posteriormente, facilitou a sua satelização. (DROZ, B e ROWLEY, A., 1998, p. 211).

É em meio destas discussões político-ideológicas que Hobsbawm, em plena Alemanha, vê suas tendências revolucionárias passarem da teoria à prática. O autor se filia à Federação Socialista de Estudantes (SSB).²⁵

No campo cultural havia a preponderância, já instalada em 1914, do "modernismo": cubismo, expressionismo, abstracionismo puro, na pintura; funcionalismo e ausência de ornamentos, na arquitetura; abandono da tonalidade, na música; rompimento com a tradição, na literatura. As

únicas inovações formais depois de 1914 no mundo da vanguarda "estabelecida" parecem ter sido duas: o dadaísmo, que se transformou ou antecipou o surrealismo na metade ocidental da Europa, e o construtivismo soviético na oriental. O construtivismo, uma excursão por esqueléticas construções tridimensionais e de preferência móveis, que tem seu análogo mais próximo em algumas estruturas de parque de diversão ..., foi logo absorvido pelo estilo dominante da arquitetura e do desenho industrial, em grande parte por meio da Bauhaus (...). (HOBSBAWM, 1995, p. 179)

O dadaísmo tomou forma num grupo misto de exilados, em Zurique, em 1916, como um angustiado, mas irônico protesto niilista contra a guerra mundial e a sociedade que a incubara. Renegador de todo tipo de arte, não possuía características formais, “embora tomasse emprestados alguns truques das vanguardas cubista e futurista pré-1914, entre eles a colagem, ou montagem de pedaços de imagens, inclusive de fotos” (ibid, p. 179).

²⁵ A SSB “parece haver-se originado em Neukalh, um dos bairros mais vermelhos da Berlim de classe média, com estudantes de classes trabalhadoras social-democratas e comunistas politicamente organizados nas chamadas Aufbaushlen, sustentadas pelo governo da Prússia, onde estudantes selecionados fariam a transição para a plena educação secundária até o Alutur”. (HOBSBAWM, 2002, p. 83)

Basicamente, os dadaístas buscavam causar apoplexia entre os amantes de arte burguesa convencional. O escândalo era seu princípio de coesão.

O surrealismo, embora dedicado à rejeição da arte até então conhecida, era mais um protesto negativo:

Ao contrário das vanguardas "modernistas", mas como o dadaísmo, o surrealismo não se interessava pela inovação formal como tal: se o inconsciente se expressa num fluxo aleatório de palavras ("escrita automática"), ou no meticuloso estilo acadêmico do século XIX em que Salvador Dali (1904-1989) pintava seus deliquêscientes relógios em paisagens desertas, pouco importava. (ibid, 180)

Para os surrealistas, o que contava, era reconhecer a capacidade imaginativa espontânea, não mediada por sistemas de controle racionais, para extrair coesão do incoerente, e uma lógica aparentemente necessária do visivelmente ilógico ou mesmo impossível. Além disso, o surrealismo tende a causar impacto, incompreensão, provocando riso no espectador desavisado. Essa foi a atitude de Hobsbawm na Exposição Surrealista Internacional de 1936, em Londres.

Mesmo com toda revolução provocada pelo dadaísmo e surrealismo nas artes, no início do século XX, para Hobsbawm só houve duas artes de vanguarda: o cinema e o jazz. O cinema acaba sendo cooptado pela vanguarda, tornando-se algo essencial no período. “Os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mais especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção” (ibid, pp. 182-183). O cânone de "filmes de arte" que os fãs intelectuais passam a admirar, em pequenos templos de cinema especializados, durante a era dos cataclismos, de um lado a outro do globo, consistia essencialmente em criações da vanguarda como Encouraçado Potemkim, de Sergei Eisenstein (1898-1948), de 1925, considerado uma das obras-prima de todos os tempos.

O outro instrumento de divulgação cultural que atingirá *a massa* iletrada, nas quatro décadas iniciais do século XX, será o rádio. Ele transformará a vida dos pobres e, sobretudo, a vida das mulheres pobres presas ao lar, pois trazia o mundo para dentro de casa. A mais profunda mudança que o rádio trouxe, foi a padronização da estrutura da vida privada, que passou a ser regida de “acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer” (ibid, p. 195). Mesmo pautando-se no indivíduo e sua família, esse veículo cria sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história, antes do surgimento da sociedade de comunicação, “pessoas desconhecidas que se encontravam casualmente na rua provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior – o grande jogo, o programa humorístico favorito, o discurso de Winston Churchill, o conteúdo do noticiário” (ibid, p. 195).

Além disso, o rádio irá popularizar a música. Nesse sentido, o jazz é o grande beneficiário dessa revolução cultural, constituindo-se “a grande contribuição dos EUA à música do século XX. O jazz é uma espécie de combinação de negros americanos, *dance music* rítmica sincopada e uma instrumentação não convencional pelos padrões tradicionais” (ibid, p. 183).

Hobsbawm é fã do jazz desde 1933, quando, após mudar-se com seus tios para Londres – o seu tio fora demitido no ano anterior, após a promulgação de uma lei que obrigava as empresas cinematográficas americanas a possuírem 75% de sua mão-de-obra de cidadãos alemães – assistiu a um show de Duke Ellington.²⁶

Enquanto a Europa armava-se contra a revolução socialista e vivia uma revolução cultural, Hobsbawm acaba não só optando pela ideologia comunista que o orientará até os dias de hoje, como também se engaja no movimento em 1932.

²⁶ Algumas questões apresentam-se nesse momento: Por que a família permaneceu em Berlim sem renda aparente? Como se sustentava?

3. EM CASA: Inglaterra pré e pós Segunda Guerra

A partir de 1933, é possível identificar uma terceira fase na vida de Hobsbawm, por ser o momento em que ele se torna um cidadão inglês de fato, vivendo e estudando na Inglaterra, terra natal de seu pai onde reside até hoje.²⁷ Nesse ano, Hobsbawm entra para o Partido Comunista Inglês, afastando-se da Federação Socialista de Estudantes, uma associação comunista de estudantes secundaristas na Alemanha.

Aos dezesseis anos de idade, Hobsbawm "retoma" seus estudos no St. Marylebone Grammar School²⁸, em Londres, e, em um ou dois anos, acaba entrando para o King's College, em Cambridge, onde concluirá o curso de história. Além dos estudos, Hobsbawm começa a se relacionar mais proximamente com estudantes marxistas.²⁹ Foi no St. Marylebone que o autor fez a pergunta que moldou sua obra de historiador ao tentar dar uma historicidade às obras literárias da biblioteca. “Ainda estou tentando”, afirma Hobsbawm, “‘analisar’ as influências (sociais) que determinaram a forma e o conteúdo da poesia [e, mais geralmente, das idéias] em diferentes épocas” (2002, p. 117).

Em Cambridge³⁰, sob a influência de Michael Postan, o curso de graduação em história de Hobsbawm parece ter transcorrido normalmente, enquanto os Estados derrotados

²⁷ A não ser para o autor e sua tia Mimi, essa nova mudança se revelou um novo fracasso para os Hobsbaum-Grün. “Em 1939, após alguns anos de altos e baixos, Sidney, então com cinquenta anos, abandonou a luta pelo pão de cada dia na Inglaterra e emigrou para o Chile, levando consigo Nancy [irmã do autor] e Peter [primo-irmão de Hobsbawm]” (HOBBSAWM, 2002, p. 97)

²⁸ Ao falar da escola, Hobsbawm afirma que: “Obtive nela a melhor educação possível na Inglaterra da década de 1930 e tenho com seus professores uma incalculável dívida de gratidão”. (2002, p. 111) Esta mesma instituição, continua o autor, “não sabia bem o que fazer com o recém-chegado da Europa Central, incompletamente disciplinado, que ignorava as regras tanto do críquete como do rúgbi e que não se interessava nem um pouco por esses jogos, porem demasiado adiantado para que não se tornasse logo monitor, e demasiadamente intelectual para que não fosse redator da revista da escola, The Philologist”. (ibid, p. 112).

²⁹ Ver KAYE, 1984, p. 132. Há uma certa contradição entre as datas de ingresso de Hobsbawm no Partido Comunista Inglês. Segundo Kaye, ele teria entrado aos 17/18 anos de idade quando iniciou seus estudos em Cambridge; já para o próprio autor, em entrevista publicada na Folha de São Paulo (ver nota mais acima), ele entrou no PCI com 16/17, assim que se mudou para Londres. Segundo **Tempos Interessantes**, o autor se tornou comunista do partido em 1936, aos 18 anos o que corrobora a idéia de Kaye.

³⁰ Antes de entrar para Cambridge em 1936, o autor faz um balanço de seu “eu”. Aos dezoito anos, ele se via assim: “Eric John Ernest Hobsbaum, sujeito alto, anguloso, vacilante, feio, de cabelos claros e dezoito anos e meio de idade, que ‘pesca’ rápido as coisas, dono de consideráveis conhecimentos gerais, ainda que superficiais,

na Primeira Guerra Mundial ressentiam-se com o *status quo* imposto pelos tratados alhures destacados. Mesmo vencedores, como o Japão e a Itália, possuíam suas queixas. “Os japoneses com um realismo de certa forma maior que os italianos, cujos apetites imperiais excediam muitíssimo o poder de seu estado independente para satisfazê-los” (HOBSBAWM, 1995, p. 44). Mesmo sendo reconhecido como uma *força militar e naval* e como a mais formidável potência no Extremo Oriente, detentor de uma industrialização de crescimento rápido, o Japão achava que merecia uma fatia maior do bolo, primordialmente dentro do Pacífico.

Segundo Hobsbawm foi a não-reação britânica e francesa o efetivo estopim da Segunda Guerra Mundial. Estes países viram os japoneses invadirem a Manchúria em 1931; os italianos, a Etiópia em 1935; viram a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola, em 1936-9; a invasão alemã da Áustria, no início de 1938; a expropriação posterior da Tchecoslováquia, em 1938 e a sua ocupação em 1939. Estes atos de guerra compõem um contexto ao mesmo tempo de tensão e de contenção por parte dos aliados.

Os franceses e os ingleses se viam fracos para defender o *status quo* estabelecido em 1919. Também sabiam ou supunham que esse *status quo* era instável e impossível de ser mantido. “Nenhum tinha nada a ganhar com outra guerra, e muito a perder” (HOBSBAWM, 1995, p. 155), por isso, optaram por sentarem numa mesa de negociações com uma Alemanha cuja política objetivava uma ideologia nacional-socialista irracional e ilimitada. Temerosos de mais um conflito de proporções catastróficas, como o de outrora, os franceses e ingleses não reagiram. Essa omissão causaria o avanço inimigo que os levou, mais uma vez, à guerra.

e de muitas idéias originais, gerais e teóricas. Incorrigível tomador de atitudes, o que é mais perigoso e às vezes eficaz, porque se convence a si mesmo a nelas acreditar. Não está apaixonado e aparentemente consegue com êxito sublimar suas paixões, as quais – quase nunca – encontram expressão na apreciação extática da natureza e da arte. Não possui sentido de moralidade; completamente egoísta. Algumas pessoas o acham extremamente desagradável, outras gostam dele, e outras ainda (a maioria) simplesmente ridículo. Deseja ser escritor, porém lhe falta energia e capacidade para dar forma ao material. Não possui a fé que moverá as necessárias montanhas, apenas esperança. É vaidoso e convencido. É covarde. Ama profundamente a natureza. E esquece a língua alemã”. (HOBSBAWM, 2002, p. 118).

A expansão e a agressão faziam parte da ideologia fascista e, “a menos que se aceitasse de antemão a dominação alemã, ou seja, se preferisse não resistir ao avanço nazista, a guerra era inevitável” (ibid, p. 155), mesmo para aqueles países que reconheciam a impossibilidade de um acordo com Hitler, como os franceses e ingleses o fizeram, por puro pragmatismo.

A própria esquerda achou-se num dilema. Se, por um lado, a força antifascista estava em mobilizar os que temiam a guerra, por outro, sem armas, resistir ao fascismo seria, no mínimo complicado. Assim, a guerra inicia-se com a invasão da Polônia, em 1939, pela Alemanha. Na primavera de 1940, caem sob o jugo alemão Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França, restando, em termos teóricos, apenas a guerra contra a Grã-Bretanha. É só nesse instante de consolidação do poder alemão que a Itália sai do impasse, entrincheirando-se do lado alemão.

Mesmo Hitler estando impossibilitado de invadir a Inglaterra pelo duplo obstáculo do mar e da Real Força Aérea, a guerra parecia finda na Europa. No entanto, ela foi revivida “pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de 1941” (ibid, pp. 46-47), colocando a Alemanha em um conflito em duas frentes.

Para Hitler, a conquista da URSS parecia um passo lógico, já que a guerra se prolongava mais do que o previsto, comprometendo as reservas do país. Conquistar a União Soviética significaria controlar um território rico em recursos minerais e mão-de-obra escrava. Segundo Hobsbawm, o grande mistério seria saber porque Hitler, já inteiramente esgotado por causa da frente oriental, acabou declarando guerra aos EUA, dando a oportunidade necessária a Roosevelt para entrar no conflito com toda a máquina industrial e tecnológica.

Hobsbawm, comunista e antifascista, acaba entrando no exército britânico durante o segundo conflito mundial.³¹ Para tanto, ele interrompe seu curso de história, retomando-o no pós-guerra.³²

Em 1945, foi imposta à Alemanha e ao Japão a derrota final, com a invasão das forças aliadas. Desta vez, não houve acordo, o mais próximo que se chegou de alguma negociação “foi à série de conferências entre 1943 e 1945, em que as principais potências aliadas – EUA, URSS e Grã-Bretanha – decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações umas com as outras depois da guerra” (HOBSBAWM, 1995, p. 49): em Teerã (1943), em Moscou (outono de 1944), em Ialta, na Criméia (1945) e em Potsdam, na Alemanha (1945). A Segunda Grande Guerra tinha como estratégia levar o inimigo ao esgotamento total. Mesmo não sendo indispensável para a vitória, mas como um meio de salvar vidas de soldados americanos, o Pentágono decidiu lançar um ataque atômico sobre Hiroxima e Nagasaki, demonstrando o extremismo do período.

Os 45 anos que se seguem à imposição aliada, após a rendição incondicional do Japão, são marcados pelo confronto entre os EUA e a URSS. Este período é comumente denominado Guerra Fria, onde “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares que se acreditava firmemente, poderiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (ibid, p. 224). O personagem mais conhecido desse período é James Bond, o espião secreto inglês, que, mesmo sem capa esvoaçante, enfrentava secretamente todos os inimigos da democracia e da Coroa britânica. É neste contexto que o autor iniciará sua carreira profissional a passo de tartaruga, isso graças as suas convicções políticas.

³¹ Sobre a guerra, Hobsbawm diz: “A melhor maneira de resumir minha experiência pessoal da Segunda Guerra Mundial é dizer que ela roubou seis anos e meio de minha vida, seis dos quais no exército britânico. Para mim não foi nem uma “boa guerra”, nem uma “guerra ruim”, e sim uma guerra vazia” (2002, p. 176).

³² Ao se engajar ao exército inglês, o autor abandona o tema proposto para estudo, que seria a África do Norte Francesa.

A grande peculiaridade deste conflito é que, apesar do discurso apocalíptico proferido por ambos os lados, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças, feita no final da Segunda Guerra Mundial, mesmo cientes que esta divisão equivalia a um equilíbrio de poder desigual, em sua essência.

À URSS coube o controle de uma ínfima parte do globo, ocupado pelo exército Vermelho durante o processo final da guerra, enquanto aos EUA foi destinado controlar o *resto do mundo* capitalista. O primeiro se preocupava com um poder de fato e o outro, com um poder, no mínimo, fictício. Um respeitava a zona de influência do outro, excetuando-se o continente asiático, *uma terra de ninguém*. É por causa desse continente que a ficção atômica quase se tornava realidade, a partir dos conflitos regionais, sob o financiamento de uma das potências.

Hobsbawm destaca que a Guerra Fria acaba ultrapassando o reino da razão para o da emoção. Ela acaba representando a luta entre uma ideologia comunista, com uma economia arrasada pela guerra, e uma capitalista, detentora de 60% da produção mundial. Segundo o autor, a ideologia capitalista representaria o maior perigo para o mundo livre, já que os seus governantes tinham que se preocupar com a opinião pública, detentora dos votos necessários nas eleições; os governantes comunistas, não.

Apesar da constante ameaça nuclear causada pelo desenvolvimento da indústria bélica, o maior impacto da Guerra Fria foi político, pois não foi necessário utilizar nenhuma das bombas contra o inimigo. No âmbito internacional, acabou florescendo a *Comunidade Européia*, o que, na década de 1980, mudou as formas de relação ainda arcaicas entre os Estados europeus.

Além disso, a Guerra Fria modificou o panorama internacional em outros três aspectos. Primeiramente, eliminou todas as rivalidades e conflitos do pós-guerra. Segundo, congelou a situação internacional com a divisão do mundo entre dois pólos de poder, por um

período relativamente longo. E, terceiro, acabou enchendo o mundo com armas num grau que desafia a própria razão iluminista.

Segundo Hobsbawm, a Guerra Fria também provoca e estimula o desenvolvimento econômico, entre as décadas de 1950-1970, “com sua demanda de alta tecnologia”, preparando “vários processos revolucionários para posterior uso civil” (HOBBSAWM, 1995, p. 260), gerando uma "era de ouro". Tal avanço tecnológico acabou criando capital, contribuindo positivamente para a vida cotidiana, e criando uma nova divisão do trabalho.

Os benefícios materiais desse crescimento levaram algum tempo para se fazerem sentir. No caso europeu, os resultados só apareceram na década de 1960. Na visão de Hobsbawm, essa "era" pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que representaram cerca de três quartos da produção do mundo nesse período e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. “Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo” (ibid, p. 255). Os países comerciavam uns com os outros em proporção cada vez maiores, a partir de suas empresas transnacionais ou multinacionais.

Essa internacionalização, travestida pelo crescimento econômico mundial, gerou mudanças ainda mais radicais no seio da sociedade civil, além do problemático aumento da fabricação de armas e a disseminação da violência urbana. De todas as revoluções sociais, a mais dramática foi a *morte do campesinato*, que isolou o mundo contemporâneo das guerras nucleares ao mundo do passado. “Pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca” (ibid, p. 284). Segundo Hobsbawm, apenas três regiões do globo continuaram dominadas por aldeias e campos: a África, o sul da Ásia e a China. Mesmo com acentuado declínio do campesinato, essas regiões de predomínio agrário ainda representavam, reconhecidamente, metade da raça humana, em termos demográficos.

O estranho é que o abandono do campo não é fruto do progresso agrícola, mas das oportunidades geradas pelas grandes cidades como, por exemplo, uma maior possibilidade de acesso à educação para estas populações. As famílias corriam a pôr os filhos na educação superior sempre que tinham a opção e a oportunidade porque esta era de longe, a melhor chance de conquistar para eles uma renda melhor e, acima de tudo, um *status* social superior, sobretudo nas antigas colônias, carentes de um serviço burocrático de instrução adequada.

É nesta realidade histórica que Hobsbawm deve inserir-se no mercado de trabalho, ampliando os seus horizontes acadêmicos e políticos. Já em 1946, Hobsbawm e seus colegas do Partido Comunista Inglês, como Christopher Hill, Maurice Dobb, Edward P. Thompson, Rodney Hilton, entre outros, criaram um grupo de debate dentro do Partido Comunista Inglês, que acabará gerando uma nova perspectiva historiográfica, que passou a ser conhecida no meio acadêmico como **História Social Inglesa**.

Além da nacionalidade, do (des)interesse pelo econômico – suas obras não se pautam por um economicismo exacerbado – e pelo rigor científico, esse grupo vai se caracterizar por serem todos os seus membros marxistas (ou marxianos) ou membros do Partido Comunista Inglês. Preocuparam-se com a história social ou **história vista de baixo**, produzindo uma história que não exclui o operário de fábrica, a lavadeira de roupa, o servo feudal. Preocupam-se em desenvolver o marxismo como teoria para a determinação de classe, recolocando a luta de classe como importante para o processo histórico.

Segundo Hobsbawm, é no âmbito desse grupo que sua *geração vai aprender história*, a partir de discussões coletivas (2000, p. 12). Este grupo acaba fundando a revista **Past and Present**, um dos mais importantes periódicos de História na Europa. Para Dea Ribeiro Fenelon, as grandes questões discutidas pelo grupo giravam em torno de seu comprometimento com as definições e teorizações de uma política cultural nacional-popular, valorizando o povo, a nação e sua luta histórica pela democracia (FENELON, 1981). Em seus

escritos, busca romper com o reducionismo economicista, considerando-o uma vulgarização do marxismo.

Segundo Kaye, em 1947, Hobsbawm foi apontado como conferencista no Birbeck College da Universidade de Londres. Em 1959, ele acaba sendo promovido a professor de História Econômica e Social na mesma instituição, cargo que ocupou até 1982, quando se aposentou. Kaye acrescenta, ainda, que “From 1949 to 1955, he was a fellow of King's College, Cambridge. He is currently a visiting teacher at the new School for Social Research in New York” (Kaye, 1995, p.133).³³

Ao contrário de seus colegas, que abandonaram o Partido Comunista em 1956, graças aos escândalos da era Stalin divulgados na União Soviética, Hobsbawm e Dobb permaneceram filiados ao partido até a sua extinção, na década de 1980. Segundo Kaye, esta permanência no PCI vai influenciar a obra de Hobsbawm de várias maneiras. Em primeiro lugar, pelo fato de boa parte de sua obra e da de seus colegas acabarem apresentando reservas quanto à história inicial do século XX por ser confusa e complicada, uma das orientações do partido. Em segundo lugar, como membro do PCI, suas análises de história do trabalho acabaram se tornando análises pessimistas do movimento como um todo. Em terceiro lugar, foi graças ao partido que suas análises continuaram tomando o modelo da base e da superestrutura, o único autor do grupo a mantê-lo na opinião de Kaye e, por fim, o PC lhe possibilitou uma gama de contatos internacionais, experiências e oportunidades de pesquisa, que ampliaram ou consolidaram a sua erudição.

Segundo Kaye, podemos dividir a produção de Hobsbawm em três campos de estudo. Um campo que se dedica aos problemas da história do trabalho, outro que busca analisar a história dos movimentos camponeses – e neste se incluem os movimentos ditos

³³ Tradução livre: “De 1949 a 1955, foi um membro do King's College, Cambridge. Atualmente é professor visitante na New School for Social Research (Nova Escola de Pesquisa Social) em Nova Iorque”.

primitivos; e um terceiro campo, que se preocupa com uma historiografia mais globalizada, para usarmos um termo contemporâneo.

Já é hora de apresentarmos esta produção.

4. O TEMPO E SUAS OBRAS

Como se viu anteriormente, o século XX, com suas revoluções, evoluções e contradições, vai marcar diretamente todos os aspectos da vida de Eric J. Hobsbawm, incluindo os seus interesses acadêmicos.

Sua formação acadêmica/escolar teve um caráter cosmopolita, graças às conturbações que atingiram sua família no entre-guerras. Este cosmopolitismo acabou se refletindo nos seus estudos. Diferentemente dos outros membros da História Social Inglesa:

Rodney Hilton, Christopher Hill and Edward Thompson have worked primarily in british historical studies (Maurice Dobb's historical writings beyond Studies in the Development of Capitalism in the history of economic thought were on Soviet economic development), Hobsbawm's writings have ranged geographically from Britain and Europe to Latin America. (ibid, p. 131)³⁴

Além disso, seus trabalhos não só focalizam o século XIX – sendo considerado um dos maiores especialistas contemporâneos na história deste período – como também os séculos XVII, XVIII e XX. Kaye nos lembra ainda: “beyond his extensive historical studies, he has also written articles and reviews on contemporary politics and society, historiography and social theory, and art and cultural criticism” (ibid, pp. 131-132)³⁵.

³⁴ Tradução livre: “Rodney Hilton, Christopher Hill e Edward Thompson trabalharam principalmente sobre a história britânica (os estudos de Maurice Dobb, além de Estudos sobre o Desenvolvimento do Capitalismo na história do pensamento econômico, eram (ou trataram) do desenvolvimento econômico soviético) os escritos de Hobsbawm oscilam geograficamente da Inglaterra à Europa à América Latina”.

³⁵ Tradução Livre: “Além de seus extensivos trabalhos históricos, ele também escreveu artigos e resenhas sobre a política e sociedade contemporâneas, historiografia e teoria social, e crítica de arte e cultura”.

Desta produção historiográfica, optei por estudar os textos que foram publicados em forma de livro. Esta escolha metodológica se justifica porque a quantidade de artigos, resenhas e textos é relativamente grande, o que tornaria ampla e longa nossa análise.³⁶

Sobre a produção de Hobsbawm, acredito que a divisão de sua obra em três campos de estudo (História do trabalho; estudos sobre camponeses e história mundial) feita por Kaye no livro **The British Marxist Historians**, não contempla a totalidade da obra do historiador inglês, pois não enquadra, por exemplo, as análises do autor sobre a cultura contemporânea.

Mesmo assim, acho que esta divisão deve ser compreendida como um mero instrumento de explicação didática, visto que uma produção tão complexa, como a de Hobsbawm, não pode ser enquadrada de forma simplória nestas gavetas analíticas, a não ser que se entenda, *a priori*, que não há uma justaposição dos campos analisados, mas uma interligação entre eles. Os leitores que, por ventura, já se debruçaram sobre qualquer um dos textos de Hobsbawm, já perceberam que suas preocupações históricas passam por estes campos indistintamente. Assim, optei em apresentar as obras na ordem em que foram publicadas, já que, classificá-las em separado, seria extremamente complicado, pois boa parte das obras do autor é composta por ensaios isolados, reunidos em coletâneas de textos temáticos.

Logo após o término da Segunda Guerra mundial, Eric John Hobsbawm ingressa no grupo de pesquisadores do Partido Comunista Inglês. Este período é marcado, sobretudo, pelo conflito ideológico entre capitalismo e comunismo, tendo como referência os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; a democracia capitalista, de um lado, e a ditadura proletária, do outro. O mundo se vê na iminência de uma guerra sem

³⁶ Hobsbawm é um dos autores de língua inglesa mais publicados no Brasil. Um bom exemplo da popularidade das obras de Hobsbawm no nosso mercado editorial é que suas últimas obras tiveram publicação instantânea. Além de ser um autor que publica seus principais ensaios em coletâneas temáticas. Das obras de Hobsbawm publicadas no Brasil, pelo menos cinco delas se enquadram nesta categoria, a saber: **O Mundo do Trabalho, Trabalhadores, Revolucionários, Pessoas Extraordinárias, Estratégias para uma Esquerda Racional, etc.**

precedentes na história da humanidade, uma guerra em que a vitória poderia significar o fim do homem e boa parte das espécies do planeta, independente do lado *vencedor*.

É nesse contexto de perturbação global que Hobsbawm inicia sua produção historiográfica. No âmbito geral, suas obras tendem a discutir a relação ou as relações entre um mundo capitalista e um mundo socialista, ou o impacto do capitalismo nas regiões ou comunidades que estavam à margem do sistema preponderante, como herança deste período. Assim, as obras polemizam, ainda mais, a guerra ideológica travada no mundo intelectual entre adeptos do capitalismo e do socialismo. Para tanto, o autor busca as relações de trabalho ou de opressão que se iniciaram no século XIX e permaneceram no século XX.

A primeira obra de Hobsbawm de que se tem notícia, foi publicada em 1948/49, num volume da **History in the Making** do **Comunist Historians' Group's** com o título **Labour's Turning Point (1880-1900)**.³⁷ Apesar dos problemas de acesso à obra, podemos afirmar que ela foi produzida e publicada num momento em que a Europa estava em processo de reorganização pós-guerra, tendo de lidar com a perda definitiva de sua hegemonia econômica mundial para os Estados Unidos da América.

Pautando-se num corte cronológico que podemos identificar como o fim do imperialismo, **Labour's Turning Point** analisa a organização dos trabalhadores e suas relações de produção no contexto de consolidação do modelo capitalista e de disputa econômica entre as nações européias.

A segunda obra publicada por Hobsbawm foi **Primitive Rebels – studies in archaic forms of social movements in the 19th and 20th centuries**, datada de 1959.³⁸ Este livro é uma ampliação de três conferências realizadas pelo autor na Universidade de

³⁷ Esta obra encontra-se esgotada, e não dispomos de nenhuma informação sobre uma reedição, nem tampouco de uma tradução para a língua portuguesa. Talvez esta seja uma das poucas obras de Hobsbawm que não foi publicada no Brasil. As informações de que dispomos deste trabalho, foram colhidas em KAYE (1995). Na autobiografia, Hobsbawm considera como sua primeira obra **Rebeldes Primitivos**, de 1959.

³⁸ O exemplar de que dispomos, é a segunda edição brasileira, revisada e ampliada, de 1978. Ver HOBBSAWM, 1978.

Manchester, a convite de Max Gluckman. Contendo doze capítulos, o texto foi traduzido para o português como **Rebeldes Primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimento sociais nos séculos XIX e XX.

O livro **Rebeldes Primitivos** trata do banditismo do tipo Robin Hood, das sociedades secretas rurais, dos movimentos revolucionários camponeses do tipo milenarista, das turbas urbanas pré-industriais, de algumas seitas religiosas ou organizações trabalhistas e revolucionárias que costumam utilizar certos rituais. Estes movimentos são arcaicos porque são pré-políticos, ou seja, não possuem um arcabouço político determinado.

Mesmo sendo considerados movimentos primitivos, todos os casos estudados pelo autor ocorreram na época moderna, em comunidades que ou estavam à margem do capitalismo ou em vias de incorporação a este. Elas não nasceram dentro de uma comunidade moderna, “seu problema é como adaptar-se à vida e às lutas desse mundo, e o tema deste livro é o processo de adaptação (ou incapacidade de adaptar-se) expresso em seus arcaicos movimentos sociais”. (HOBSEBAWM, 1978, p. 13)

O autor busca em **Rebeldes Primitivos** perceber as contradições de um mundo eminentemente rural que, num determinado contexto histórico, se vê no centro de um mundo moderno. O banditismo social, nesse sentido, “pouco mais é do que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza. Um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais” (ibid, p. 15). Ambicionam apenas um mundo justo, não um mundo perfeito.

Além dos movimentos camponeses e do banditismo social, expressão máxima do descontentamento camponês, a obra discute o papel social da máfia. Para Hobsbawm, a máfia não é um movimento puramente social nem uma associação de criminosos, como estamos acostumados a ver no cinema contemporâneo, ela é

uma espécie de código de comportamento que sempre tende a se desenvolver nas sociedades que não dispõem de uma ordem pública eficaz, ou nas sociedades em que os cidadãos consideram as autoridades como hostis, no todo ou em parte (...) como insensíveis às coisas que realmente importam (...), ou como uma combinação dessas duas atividades. (ibid, p. 40)

Nesse sentido, a máfia é vista como um movimento não reformista e não revolucionário.

Mesmo focalizando o sul da Europa ocidental, Hobsbawm já demonstra em **Rebeldes Primitivos** uma preocupação com a história mundial, ao dedicar um capítulo à discussão do movimento camponês no Peru e na Colômbia, que consta na segunda edição brasileira.

Ao contrário da prática corrente dos estudiosos que se dedicam à história das pessoas comuns e acabam estudando pessoas não tão comuns, como um líder de um movimento social que poderia ser considerado (in)comum, o estudo de Hobsbawm, como o de Thompson, em **A Formação da Classe Operária Inglesa**, dedicou-se aos projetos irrealizados, ou seja, aos movimentos que, por qualquer circunstância, foram derrotados.³⁹ Além disso, fica clara a preocupação do autor com a luta de classes e com suas experiências. Os oprimidos falam, lutam, choram e morrem em suas páginas. Eles são vistos não de uma visão abstrata e geral, mas a partir de sua própria concretude.

Num sentido amplo, o autor está dialogando com estas populações que, impulsionadas pela crise agrária do pós-Segunda Guerra, acabaram se mudando para regiões mais urbanizadas em busca de melhores condições de vida e acabaram se deparando com uma realidade tão opressora quanto a de origem. Além disso, o autor dialoga com seus pares marxistas que, durante muito tempo, só estudaram estes movimentos partindo dos pressupostos de seu próprio tempo, esquecendo que os rebeldes primitivos viveram em um outro contexto e, portanto, possuíam valores distintos dos nossos, por exemplo.

³⁹ Ver os problemas dessa discussão em BURKE, 1992, pp. 39-62.

Em 1959, Hobsbawm publicou **The Jazz Scene**, com o pseudônimo de Francis Newton, com o objetivo de separar sua produção historiográfica de sua crítica jornalística do jazz. Este livro acabou sendo traduzido para o português apenas em 1990, com o título **História Social do Jazz**⁴⁰, que, em 1996, já contava com sua segunda edição e terceira reimpressão.

Quando de sua primeira edição inglesa, o texto pretendia “em primeiro lugar, e mais importante (...) examinar o jazz, um dos fenômenos mais significativos da cultura mundial do século XX, a partir de um ponto de vista histórico” (HOBSBAWM, 1996a, p. 12). Quis rastrear suas raízes sociais, a origem econômica dos músicos, a natureza de seu público e as razões de seu internacionalismo e a indústria fonográfica que se estabeleceu em torno desse ritmo:

Em segundo lugar, o livro se propunha a fornecer uma introdução ao jazz para a geração de fãs e simpatizantes que o haviam descoberto nos anos 50, e para os leitores com um bom nível de escolaridade e cultura geral que começavam, àquela altura, a perceber que tinham de saber alguma coisa sobre o assunto. (ibid, pp. 12-13)

Ou seja, **História Social do Jazz** não resgata apenas o jazz, mas busca o mundo do jazz, com seu ritmo, seus músicos, técnicas, associações e paixões.

Para resgatar a história cultural, Hobsbawm dedica algumas linhas, no prefácio da edição inglesa, para discutir algumas categorias-chaves nesse tipo de história, a saber: história da arte, cultura popular, indústria cultural. Para ele, a história da arte não é única, mas é praticada e usufruída pela minoria rica, desocupada ou educada, e também pela massa de pessoas comuns. As generalizações, para ele, que afirmam que a cultura popular é viva, deixam de lado tudo o que poderia nos ajudar a compreender o mundo do jazz e uma grande parcela dos problemas da cultura popular também. “Em primeiro lugar, eles deixam de lado a

⁴⁰ HOBSBAWM, 1996a.

pergunta: o que aconteceu com a antiga cultura popular pré-industrial florescente?” (ibid, p.

34) Uma parte morreu com a industrialização e a outra acabou se adaptando.

Em segundo lugar, as generalizações a respeito da cultura popular deixam de fora a questão de como a indústria de entretenimento de massa, que sem dúvida assume o papel das antigas formas culturais pré-industriais, chega ao entretenimento padronizado que ela proporciona, como o padroniza, e como esse entretenimento padronizado conquista o público. (ibid, p. 35)

A matéria-prima para a cultura de massa é a cultura popular regada pela interatividade. Foi nesse contexto de interação entre cultura popular e de massa que o jazz se constituiu.

Para Hobsbawm, a indústria de entretenimento é um mero processador e adaptador das velhas formas de entretenimento cultural.

História Social do Jazz é composto de quatro partes (História, Música, Negócios e Gente), contando com treze capítulos. O primeiro, "Como reconhecer o jazz", busca responder àquela simples pergunta: o que é o jazz? Para Hobsbawm, não há uma linha divisória entre jazz e música erudita e popular. Entretanto, existem cinco características distintas do jazz: a) trata-se de uma música que utiliza escalas musicais africanas, ou uma mistura de escalas africanas e européias; b) é uma música eminentemente rítmica; c) emprega cores instrumentais e vocais próprios; d) suas romãs musicais e seus repertórios são específicos; e por fim, e) tudo no jazz depende do talento dos músicos.

No capítulo "Pré-História", o autor sugere que o jazz surgiu por volta de mais ou menos 1900 nos guetos negros, nas regiões de ocupação francesa nos Estados Unidos da América. O jazz surgiu, argumenta Hobsbawm,

no ponto de intersecção de três tradições culturais européias: a espanhola, a francesa e a anglo-saxã. Cada uma delas produziu um tipo de fusão musical afro-americana característica: a latino-americana, a caribenha e a francesa (como a da Martinica), e várias formas de música afro-anglo-saxã, das quais as mais importantes são as canções de *gospel* e os *country blues*. (ibid, p. 53)

Essa mistura foi ímpar na região do rio Mississippi. É desse caldo cultural que surge o jazz como manifestação social negra.

Para Hobsbawm, no capítulo "Expansão", a singularidade do jazz está na sua extraordinária expansão, sem paralelo cultural em termos de velocidade e abrangência. Essa pode ser dividida em fases:

cerca de 1900-1917, quando o *jazz* se tornou a linguagem musical da música popular negra em toda a América do Norte, enquanto que alguns de seus aspectos (síncope e ragtime) tornaram-se componentes permanentes de Tin Pan Alley; de 1917-1929, quando o *jazz* 'estrito' se expandiu muito pouco, mas evoluiu muito rapidamente, e quando uma infusão de *jazz* altamente diluída se tornou a linguagem dominante na música de dança ocidental urbana e nas canções populares; 1929-1941, quando o *jazz* começou propriamente sua conquista de público minoritários europeus e músicos *avant-garde*, e uma forma bem mais diluída de *jazz* (*swing*) entrou para a música *pop* de maneira permanente. (ibid, p. 63)

O jazz nunca deixou de ser música folclórica.

Ele simplesmente se retirou da comunidade mais ampla do público *folk* tradicional e do artista *folk*, para entrar na comunidade mais estreita, porém real e vivida, do músico artesão profissional. Dentro dessa comunidade, a música continuou a viver o mesmo tipo de vida da música *folk*; flutuando e variando, pessoal, tradicional, com a divulgação feita 'de boca em boca' e por meio de aprendizes, criada à medida que era tocada, refletindo todas as facetas das vidas dos músicos. (ibid, p. 93)

Segundo o autor, os músicos de jazz faziam parte de um ofício. Eles costumavam se reunir para discutir e tocar jazz, como os artesãos outrora se reuniam nas Corporações de Ofícios medievais.

Em "Jazz como Protesto", o autor afirma que o jazz é uma música que faz aflorar emoções poderosas e tenazes, tanto nos seguidores quanto nos oponentes. Isto acontece “porque o jazz não é simplesmente música comum, ligeira ou séria, mas também uma música de protesto consciente e declaradamente política, e menos ainda um tipo especial de protesto político” (ibid, p. 272), primordialmente anti-racista. O importante não é enquadrar o jazz

nesse ou naquele tipo de política, argumenta Hobsbawm, mas saber que é uma arte que pode ser utilizada por qualquer tipo de protesto ou rebelião.

Além de ser uma música democrática, porque não distingue classe, o jazz é um manifesto musical de populismo. “Em seu aspecto mais positivo a democracia do jazz produziu um ideal de arte em sociedade mais amplo e socialmente mais sólido do que a cultura de minoria, embora não se deixe de reconhecer e admirar as realizações dessa última” (ibid, p. 274). Segundo Hobsbawm, o protesto democrático do jazz significa apenas que essa música se arroga o direito de participar do mundo da arte do povo que, sem ela, não teria voz nem vez neste campo da atividade humana. Mesmo assim, o autor admite que o jazz degenera em filistinismo, ao atingir um público estúpido, ignorante e preguiçoso.

O jazz é uma música de protesto por ser uma música de pessoas e classes oprimidas. A associação do jazz ao mundo do protesto é porque ele se opõe à opressão, à pobreza, à desigualdade e à falta de liberdade, à infelicidade.

Num sentido geral, **História Social do Jazz** busca sintetizar a

criação revolucionária de uma raça submetida a certas circunstâncias históricas, e a importância dessas circunstâncias na sua expansão, e nas suas tragédias, mas dá mais atenção ao contexto maior, à industrialização e às transformações nos padrões de consumo de brancos e pretos, à relação do jazz com a indústria de discos e de espetáculos, com seus popularizadores e cultores. (HOBSBAWM, 1996, p. 10)

Nesse sentido, **História Social do Jazz** é uma história vista de baixo, pois prioriza uma forma de manifestação cultural eminentemente popular. Foi a partir do ritmo e das baladas do jazz que a música do século XX evoluiu, a exemplo do próprio *rock*.

Em 1962, foi publicado **The Age of Revolution: Europe 1789-1848**, o primeiro livro de uma série de quatro que analisam o período que compreende os anos de 1789 a 1991, ou seja, da Revolução Francesa à queda do muro de Berlin (fim do socialismo real). Este livro

foi traduzido para o português apenas em 1977, com o título **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**.

Por se tratar de estudos de cunho geral, em seus respectivos temas, as quatro "eras" estão estruturadas quase de forma homogênea, contendo capítulos sobre economia, política, sociedade e a cultura de cada época em destaque.

A Era das Revoluções está dividida em dezesseis capítulos subdivididos em duas partes. A primeira trata das revoluções Industrial e Francesa, e a segunda, dos resultados deste período de mudanças. Nesta obra, Hobsbawm estrutura o conceito de revolução dual. Começa sua análise com a revolução Industrial,

que estabeleceu a capacidade ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, em promover crescimento econômico e penetração mundial [e termina com a análise] da revolução política francesa-americana, que estabeleceu os modelos dominantes das instituições pela emergência praticamente simultânea de seus sistemas teóricos mais característicos – e inter-relacionados: a economia política clássica e a filosofia utilitarista. (HOBSBAWM, 1998a, p. 23)

A terceira obra de Hobsbawm foi intitulada **Labouring Men** e foi publicada em 1964, sendo traduzida para o português em 1981, com o título **Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado**.⁴¹

Os Trabalhadores não pode ser considerada uma obra homogênea, pois reúne estudos distintos, que têm como foco a classe trabalhadora do final do século XVIII à Primeira Guerra Mundial, divididos em dezoito capítulos. Estes textos foram escritos entre 1949 e 1963.

Nesta obra, se encontram análises sobre: Tom Paine; o ludismo, costumes e tradições das classes trabalhadoras na Inglaterra e França; a união dos trabalhadores; nível de vida; o metodismo e a revolução de classe no século XIX na Inglaterra; a relação entre

⁴¹ HOBSBAWM, 1981.

aristocracia do trabalho e a estabilidade social no período vitoriano, a formação dos sindicatos trabalhistas, as tendências do movimento trabalhista, dentre outros temas.

No capítulo sobre o ludismo, o autor busca retratar as experiências da classe trabalhadora no processo de consolidação da indústria capitalista. Segundo ele, alguns analistas equivocaram-se ao reduzir o ludismo apenas à quebra de máquinas, pois existiram, pelo menos, dois tipos de quebra de máquinas: um primeiro tipo que não se opunha à máquina em si, mas utilizava esta oposição como mecanismo de negociação. “O valor desta técnica era óbvio, tanto como meio de fazer pressão nos empregadores [sobretudo nas pequenas fábricas], como de garantir a solidariedade essencial dos trabalhadores” (HOBSEBAWM, 1981, p. 19). E uma segunda forma, que expressava a insatisfação com o maquinário, que tendia a economizar mão-de-obra.⁴² Apesar de ter sido um movimento derrotado, o autor afirma que o ludismo levou a burguesia a uma constante reflexão sobre os rumos do desenvolvimento industrial, afinal de contas, os burgueses tinham que pensar nos estragos causados pelos trabalhadores descontentes.

É notória a contribuição destes artigos para a historiografia mundial, no geral, e para a britânica em particular, principalmente os artigos **A Aristocracia do trabalho na Inglaterra do Século XIX**, **Costumes, Salários e Carga de Trabalho na Indústria do Século XIX** e **O Artesão Ambulante**, que, apesar do caráter descritivo, formam uma tentativa de reunir material sobre esses assuntos. Por descritivo entendo o texto que conta o que se passou de forma clara e linear, como se os fatos se encaixassem de forma homogênea. Este tipo de descrição não impede as análises necessárias para o ofício do historiador.

Mesmo tratando-se de uma coletânea de artigos, a intenção do autor é desmistificar a velha teoria de que o capitalismo, desde a sua gênese como sistema econômico europeu e

⁴² O autor nos lembra que esta hostilidade não era nem tão indiscriminada nem tão específica como se imaginou. Dependendo da especificidade local ou regional, o ludismo foi surpreendentemente fraco: não foi uma ojeriza exclusiva dos trabalhadores, mas também de industriais.

mundial, melhorou a vida dos trabalhadores como um todo. Nesse sentido, o diálogo travado por Hobsbawm é com os apologistas do capitalismo que, sem perceberem, acabaram revivendo toda uma problemática que já quase se extinguiu na Europa da década de 1950.

No final de 1968 e início de 1969, Hobsbawm publica **Industry and Empire**, obra traduzida para o português em 1980, com o título **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**⁴³ e que, já em 1986, contava com a sua quarta edição. Ela foi dividida em quinze capítulos retratando a Inglaterra de 1750 a 1914. O objetivo do autor é “explicar a ascensão da Grã-Bretanha à categoria de primeira potência industrial, seu declínio após a dominação temporária, passado o período de pioneirismo, seu relacionamento um tanto regular com o resto do mundo e os efeitos de tudo isto sobre a vida do povo britânico” (HOBBSAWM, 1986, p. 09). Nesse sentido, a obra resgata a luta de classes dentro da Inglaterra, mesmo que, no cômputo geral, a obra trate muito mais das estruturas do que dos agentes históricos.

Aqui, a estrutura é vista tanto como a metáfora arquitetônica de base e superestrutura do modelo marxista, como uma forma genérica referente a um complexo de instituições – a família, o Estado, o sistema jurídico, etc.⁴⁴

A revitalização das questões sobre a industrialização, na década de 1950, trata

não só de problemas altamente genéricos, tais como a natureza do desenvolvimento econômico e os aspectos sociais da industrialização, como também de problemas específicos como as origens da revolução industrial, o que foi que houve de errado com a economia britânica no último terço do século XIX (se é que houve algo de errado), o surgimento da classe trabalhadora, os efeitos da depressão entre as guerras mundiais, o caráter do 'imperialismo'. (HOBBSAWM, 1986, p. 10)

Para Hobsbawm, a Revolução Industrial é a mais radical transformação da vida humana registrada em documentos, isto graças ao pioneirismo da Grã-Bretanha, a grande

⁴³ HOBBSAWM, 1986.

⁴⁴ Ver BURKE, 2002. Neste livro, o autor cita um terceiro sentido para estrutura, que se pauta na concepção de estrutura de Claude Lévi-Strauss, isto é, a estrutura vista como sistemas de pensamento ou representação cultural.

oficina do mundo. Para ele, foi justamente este pioneirismo britânico o único motivo para o declínio da economia inglesa já no século XIX. Ao tornar-se a intermediária entre as economias avançadas e as atrasadas, neste período, coube à Inglaterra optar pela competição econômica com as outras potências. Foi justamente esta possibilidade que tornou a economia britânica arcaica, como reflexo da época de pioneirismo.

Neste livro, o autor observa que a Grã-Bretanha combina dois fenômenos díspares: de um lado, o tradicionalismo de suas instituições e, de outro, o pioneirismo na violação das tradições do passado (eliminou o campesinato, e promoveu uma grande urbanização). Para Hobsbawm, este casamento proporcionou à Grã-Bretanha uma flexibilidade e capacidade de adaptação das velhas instituições, inerentes às grandes revoluções.

É preciso frisar que, para o autor, a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico inglês, mas foi decorrência das transformações econômicas e sociais, não podendo ser vista como o triunfo de uma nação, pois esta fazia parte de uma economia mais ampla (economia européia ou economia mundial dos Estados marítimos europeus). A bipolarização neste contexto é evidente: de um lado, os países urbanizados e manufatureiros; do outro, os países campestres e fornecedores de matérias-primas. Dentre os países desenvolvidos, qualquer um poderia ter se tornado a oficina do mundo, o problema, para Hobsbawm, é saber porque foi a Inglaterra e não outro.

Existem duas correntes que explicam as causas da Revolução Industrial. Uma que salienta principalmente o mercado interno, que era claramente, e de longe, o maior escoador para os produtos do país; e a outra, que destaca o mercado externo, por seu dinamismo e segurança. Para Hobsbawm, “a resposta correta provavelmente será que ambos eram essenciais, cada um a seu modo, como também essencial era um terceiro fator, freqüentemente desprezado, o governo” (ibid, p.40). As exportações, apoiadas pelo auxílio sistemático e agressivo do governo, proporcionaram a centelha e constituíram o setor básico

da industrialização, que, por sua vez, conduziu uma importante melhoria nos transportes marítimos. Já o mercado interno proporcionou a base geral para uma economia industrializada em grande escala e incentivou melhorias nos transportes terrestres, base para a mineração de carvão e outras inovações tecnológicas. O governo dava incentivo tanto aos comerciantes e manufatureiros como às inovações técnicas e à industrialização como um todo. Mesmo assim, para Hobsbawm, com essa intrincada rede de inter-relações econômicas produtivas, o estopim real para a Revolução Industrial foi o lucrativo comércio ultramarino, captador dos recursos necessários para os investimentos na industrialização.

Foi durante a segunda Revolução Industrial que a Grã-Bretanha deixou de ser a grande "oficina do mundo" para tornar-se apenas uma das três maiores potências industriais, e a mais fraca delas. É neste período (entre 1873-96) que nascem os partidos proletários socialistas. É esse período de crise que gera a Era do Imperialismo: o formal, com a divisão da África; o semi-formal, com os consórcios nacionais e internacionais; e o informal, com os investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento, para utilizar um jargão em moda nos nossos dias. Efetivamente, “o que havia de novo era o fim do virtual monopólio britânico no mundo subdesenvolvido, e a conseqüente necessidade de se delimitar formalmente regiões de influência imperial, a fim de alijar concorrentes em potencial” (ibid, p. 121). De forma geral, a obra analisa as origens da Revolução Industrial, abordando inclusive, como visto acima, o próprio papel do governo britânico no fazer revolucionário.

A quarta obra de Hobsbawm que trata da luta de classes, é intitulada **Captain Swing** e foi publicado em co-autoria com George Rudé, em 1969, sendo traduzida para o português somente em 1982.⁴⁵ Apesar de ser uma obra de co-autoria, os autores argumentam que não se trata de uma justaposição de artigos de um e do outro, tratando-se, na verdade, de um trabalho em equipe. A obra é composta por quinze capítulos, dispostos em quatro partes

⁴⁵ HOBSBAWM e RUDE, 1982.

distintas: Antes do Swing, O Levante, A Anatomia do Levante e A Repressão e as Consequências.

Sem dúvida alguma, é a obra de Hobsbawm de maior expressividade no campo da história das pessoas comuns, consolidando teórica e metodologicamente este campo de estudo específico, o que não aparecia nas obras acima discutidas. Ou seja, se, em **Rebeldes Primitivos**, o povo fala, chora e emociona, em **Capitão Swing** o(s) autor(es) justifica(m) a importância de resgatar as pessoas comuns que falam, choram e se emocionam. O(s) autor(es) buscam resgatar não só os membros dessa revolta, como objetiva(am), com base nas mentalidades, reconstruir o universo camponês que gerou, no início do século XIX, na Inglaterra, essa série de revoltas camponesas intitulada Capitão Swing.

Com exceção da lápide de seus túmulos e dos de suas crianças, nada deixavam para trás que pudesse identifica-los, pois, como sabemos, a maravilhosa superfície do campo inglês, o trabalho de seus arados, pás e tesouras, e os animais que cuidavam não trazem assinatura ou marca como esculturas das catedrais. (HOBBSAWM, 1982, p. 13)

O aspecto mais notável destes movimentos de 1830 foi a sua multiplicidade de expressões: incêndios culposos, cartas ameaçadoras, panfletos e cartazes sediciosos, roubos, assaltos, destruição de máquinas. Contudo, por trás dessas atividades múltiplas, os objetivos básicos dos trabalhadores tinham uma determinação constante: obterem um salário que lhes garantisse um mínimo de subsistência e acabasse com o desemprego rural. Além de melhores salários, os autores enfatizam que os camponeses solicitavam qualquer coisa que pudesse melhorar seu poder aquisitivo, até mesmo a redução do dízimo.

Segundo observações da época, a atividade mais importante do *swing* “vinculava-se ao despacho de cartas ameaçadoras e incêndios dos sítios, montes de feno, cereais e celeiros” (ibid, p.200). No geral, as vítimas do *swing* eram os sitiantes que contratavam a mão-de-obra, mas podia ser qualquer autoridade, desde o pároco até o cobrador de impostos.

Os autores observam que os insurretos compunham-se de trabalhadores da aldeia e pobres que trabalhavam para os sitiantes, além de trabalhadores liberais (homens de ofício). Estes últimos, além de serem os mais instruídos, eram detentores de habilidades com ferramentas, necessárias para o desmonte do maquinário, uma das outras formas de protesto. “Eles estavam ligados aos revoltosos pelos laços de vida comunitária” (ibid, p. 246).

Na introdução de **Capitão Swing**, os autores reafirmam a necessidade de uma história das "pessoas comuns", uma história que, obrigatoriamente, não deve esquecer os líderes, mas que, também, não pode esquecer os homens e mulheres que participaram das escolhas daqueles. Os acólitos de Clio são convocados a levantar esta bandeira, independente de sua postura política ou ideológica. Teoricamente, os autores estão dialogando com os historiadores franceses que, no período, produzem história tomando como base as mentalidades coletivas ou individuais.⁴⁶

No final da década de 1960, no mesmo ano da publicação de **Capitão Swing**, Hobsbawm publica **Bandits**⁴⁷, um complemento de **Rebeldes Primitivos**. Partindo do pressuposto de que o banditismo social consiste num fenômeno de notável uniformidade, Hobsbawm analisa, a partir de poemas e baladas populares, a vida de bandoleiros em quase todos os continentes, dedicando, inclusive, algumas linhas aos cangaceiros brasileiros do final do século XIX e início do XX.

Nesta obra, que se divide em nove capítulos, o autor considera como bandidos aqueles indivíduos que a opinião pública não enquadrava como criminosos comuns, ou seja,

o ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e

⁴⁶ Para a evolução da História das mentalidades, ver ARIÈS, 1998, pp. 152-176. Neste artigo, o autor divide a evolução da história das mentalidades em três fases: a primeira fase inicia-se com os fundadores dos Annales, que foi batizada por Lucien Febvre de atitudes mentais; uma segunda fase de relativo descaso, onde as mentalidades serviam como pano de fundo para as pesquisas, mas não eram o objetivo dos pesquisadores; e uma terceira fase pós anos 1960, de revitalização das preocupações com as mentalidades.

⁴⁷ HOBBSBAWM, 1975.

são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladinos da justiça, talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. (HOBSEBWM, 1975, p. 11)

A partir da leitura de **Bandidos**, podemos identificar quatro características do banditismo social: a primeira é que, geralmente, é um movimento que envolve sociedades agrícolas; em segundo lugar, surge em locais de difícil acesso e comunicação, como montanhas e regiões desabitadas (sendo, de preferência, regiões isoladas pelo poder local, sem qualquer ligação circunvizinha); torna-se epidêmico em épocas de crise econômica e pauperismo elevado; e, por fim, os bandidos sociais se caracterizam por não possuírem um programa definido, ou melhor, buscam apenas a restauração do modo de vida tradicional, real ou mítico.

Hobsbawm argumenta, ainda, que o bandido nos moldes robinhoodianos não existiu, ou, pelo menos, não se tem notícia da existência de um indivíduo ou grupo que incorpore o modelo ideal. Para ele, o curioso é que alguns indivíduos se firmaram como heróis de seu povo a partir de suas práticas de violência explícita, como é o exemplo de Virgulino Ferreira, o Lampião, apresentado como um assassino cruel que mata velhinhas indefesas e, ao mesmo tempo, como defensor da moral sexual. Para analisar esse tipo de postura, o autor utiliza uma espécie de psicologia social para explicar as causas que levam indivíduos sem recursos financeiros e culturais a imporem a violência desnecessária. A principal tese é que a violência é a única maneira de demonstrar poder, pois estes indivíduos são desprovidos de bens materiais.

Para Hobsbawm, o banditismo social aproxima-se da revolução em dois aspectos: por ser um protesto social e por fornecer homens treinados em armas. O banditismo, geralmente, engajava-se nos movimentos de libertação. Mesmo assim, a contribuição do bandido é vista pelo autor como ambígua, duvidosa e breve, devido à sua posição: ele estava

entre o opressor e o oprimido. O bandido social luta contra a opressão, mas despreza os fracos e passivos.

Por tratar-se de uma obra baseada em fontes primárias, como a literatura de cordel, fica difícil estabelecer, de forma generalizada, os autores com quem Hobsbawm dialoga em **Bandidos**. O curioso é que a obra é lançada num período de confrontação indireta das duas superpotências nas regiões subdesenvolvidas. Neste período, inicia-se toda a movimentação militar que desembocará na Guerra do Vietnã, uma guerra travada entre a "autoridade" americana e os "bandidos" vietnamitas. Estes possuíam algumas das características do banditismo social apresentada por Hobsbawm: eram considerados criminosos pelas autoridades e heróis pelos seus pares e, portanto, merecedores de proteção.

Em 1971, Hobsbawm publica **As Origens da Revolução Industrial**⁴⁸, uma coletânea de três artigos, que acaba sendo traduzido para o português oito anos depois, e objetiva discutir, como o título sugere, as origens da Revolução Industrial. O autor inicia sua obra assinalando que a economia europeia passou, no século XVII, por uma crise geral, que acabou se revelando como a última fase de transição de uma economia eminentemente feudalizada para uma economia de mercado, na mais ampla acepção do termo. Mesmo assim, Hobsbawm adverte que toda crise geral acaba levando a uma regressão econômica, o que de fato ocorreu: “No comércio a crise foi mais geral. As duas principais zonas de comércio internacional, o Mediterrâneo e o Báltico sofreram uma evolução e possivelmente um passageiro declínio no volume de seu comércio” (HOBSBAMW, 1979, p. 13), por exemplo.

Além da crise financeira, o século XVII foi um século de revolta social tanto na Europa Ocidental como na Oriental. “As revoluções que aconteceram neste período levaram certos historiadores a acreditar numa espécie de crise social – revolucionária de meados do

⁴⁸ HOBSBAMW, 1979. A tradução para o português foi feita a partir do texto original em espanhol.

século” (ibid, p. 16), argumenta Hobsbawm. Para ele, a única instituição que prosperou nestes anos de crise foi o absolutismo.

Pela primeira vez, grandes Estados territoriais pareceram capazes de resolver seus três problemas mais cruciais: conseguir que as ordens governamentais fossem obedecidas diretamente em uma extensa zona; obter suficiente moeda para cobrir os pagamentos periódicos e – em parte como consequência daquilo – manejar seus exércitos. (ibid, p. 17)

Mesmo com todas as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas desde o século XVI, para Hobsbawm, o motor propulsor da Revolução Industrial foi efetivamente a internacionalização das relações econômicas. Nesse sentido, a revolução Industrial foi um fenômeno tipicamente inglês, em consequência das próprias relações comerciais deste país com as outras nações e suas respectivas colônias.

Em 1973, Hobsbawm publica uma coletânea de artigos com o título **Revolutionaries** – Contemporary Essays, que foram produzidos entre 1961 e 1972 e cujo principal foco são as pessoas e os atos revolucionários. Esta coletânea foi traduzida para o português em 1982, com o título **Revolucionários: Ensaio contemporâneos**, contando com uma segunda edição em 1985.⁴⁹ A maior parte dos artigos resultou de temas sugeridos para conferências ou de resenhas de obras sobre temas diversos.

Podemos dividir a obra em quatro partes:

a primeira parte trata da história do comunismo e de alguns partidos comunistas, principalmente no período da internacional comunista. A segunda trata do anarquismo (...) e a terceira de vários aspectos do debate internacional em torno de Marx e do marxismo, que adquiriu certa vivacidade desde meados dos anos 50. (HOBSBAWM, 1985, p. 11)

E finalmente, a última parte agrupa algumas formas de ações políticas violentas.

No artigo "Problemas da História do Comunismo", o autor define o período em que ele escreveu como sendo marcado pelo final do processo de desenvolvimento do

⁴⁹ HOBSBAWM, 1985.

socialismo através da criação dos Partidos Comunistas (PC) em vários países. “Todo Partido Comunista [é] filho do casamento – realizado tanto por amor quanto por conveniência – de dois parceiros mal-ajustados: uma esquerda nacional e a revolução de outubro” (ibid, p. 15), a primeira revolução proletária da história a empreender a ordem comunista. Mesmo padecendo dos problemas de aplicabilidade, o modelo soviético acabou servindo de molde para a implantação da revolução em outros países onde a “social-democracia e o anarco-sindicalismo haviam fracassado, enquanto Lênin tivera êxito”. (ibid, pp. 15-16)

Neste mesmo artigo, uma resenha do livro de James KLUGMANN, **History of the Communist Party of Great Britain: Formation and early Years**, Hobsbawm lamenta o fato da obra não buscar questionar o que a Internacional esperava do Partido Comunista Inglês e se pergunta: Por que o impacto do PC foi modesto na década de 1920? Qual era a base de apoio comunista? De forma geral, o livro de Klugmann é apontado como um bom resumo didático da situação do Partido na Inglaterra?

Segundo Hobsbawm, os bolchevistas acreditavam: a) na não existência de qualquer diferença entre os objetivos finais dos anarquistas e os seus; b) que haveria uma etapa entre a revolução e o comunismo, o que não contradizia os anarquistas, que defendiam o fim do Estado com a revolução; c) na importância da disciplina em oposição à espontaneidade dos anarquistas; d) na possibilidade do engajamento dos movimentos socialistas e comunistas e e) na permanência da aversão típica ao anarquismo.

Por fim, o autor destaca o papel da intelectualidade nos movimentos revolucionários. Segundo ele, o maio de 1968 na França é o típico movimento em que a intelectualidade marcou presença maciça através dos estudantes, o estopim revolucionário. Hobsbawm destaca dois momentos da mobilização: o primeiro, exclusivamente estudantil e outro, operário, 3 a 11 de maio e 14 a 27, respectivamente. Por intelectualidade, o historiador inglês entende que é todo indivíduo que desempenha uma função que não teve de aprender a

executar qualquer trabalho específico. “Não é o fato de pensar de forma independente ou não, o que dá aos intelectuais certas características políticas, mas a situação social particular na qual desenvolvem sua atividade de pensar” (ibid, p. 245).

Por revolucionário, o autor entende o indivíduo que rejeita qualquer compromisso com o *status quo*, e que exerça uma atividade não destinada, direta e exclusivamente, a opor-se frontalmente ao capitalismo. O curioso é que a maioria dos revolucionários radicais são eminentemente intelectuais. Por que homens e mulheres se tornam revolucionários? Sobretudo, “porque acreditam que o que desejam subjetivamente da vida não pode ser alcançado sem uma mudança fundamental na sociedade” (ibid, p. 247). Ou seja, os indivíduos só se tornam revolucionários, quando não conseguem realizar coisas simples sem alguma mudança radical, não a ambição de ultrapassar os limites, mas o fracasso aparente de todas as formas alternativas para alcançá-lo. O compromisso com a revolução é motivado pelo(a): (1) desejo de uma vida melhor, (2) sensação de que todas as portas podem ser arrombadas e (3) sentimento de urgência. Comparando o movimento revolucionário do entre-guerras e o da década de 1960, o autor aponta a grande diferença do socialismo como modelo real para o movimento, o que já não se configura mais após a crise de 1956.

No âmbito geral, **Revolucionários** busca apontar novos caminhos para as revoluções sociais que surgiram no decorrer das décadas de 1960 e 1970 no mundo. Nesse sentido, o autor dialoga com todas as pessoas, intelectuais ou não, que, em algum momento da vida, aderiram às propostas de um mundo socialista.

Em 1975, o autor publica **The Age of Capital 1848-1875**, traduzida para o português, em 1979, com o título **A Era do Capital 1848-1875**.⁵⁰ Esta obra está dividida em três partes, com dezesseis capítulos. A primeira parte discute o prelúdio revolucionário; a segunda parte, o desenvolvimento do capital, e a terceira, os resultados sociais e culturais.

⁵⁰ HOBBSAWM, 1996c.

Neste livro, **A Era do Capital**, o autor aborda a conquista do planeta pela economia capitalista, realizada pela burguesia, sob a bandeira da ideologia liberal. É neste período que a sociedade burguesa se estabiliza graças à prosperidade econômica.

Em 1984, Hobsbawm publica o que seria uma espécie de continuidade de **Os Trabalhadores**, que recebeu o título de **Worlds of Labour** – Further Studies in the History of Labour, que teve sua primeira edição portuguesa em 1987, com o título **Mundos do Trabalho: Novos Estudos sobre História Operária**.⁵¹ Nesta obra, o autor aborda a formação e a evolução da classe trabalhadora entre o final do século XVIII e meados do XX em seus dezessete artigos. Mesmo sendo mais uma coletânea de textos, escritos entre 1971 e 1983 (com exceção de um dos artigos, que data de 1964), o autor busca não centrar seus esforços na organização, ideologia e política trabalhista enquanto tal, mas ver o contexto como um todo.

Hobsbawm divide a história da classe operária em três fases:

uma fase de transição do início da industrialização, quando uma classe trabalhadora industrial dotada de visão e de modo de vida independente surge das 'classes inferiores' ou dos 'trabalhadores pobres'; uma fase de 'separatismo' altamente desenvolvido; e uma fase de relativo declínio da separação. (HOBSBAWM, 1987, pp. 13-14)

O livro trata, essencialmente, das duas primeiras fases, em especial da segunda. Os primeiros sete capítulos são de caráter geral e comparativo, tratando dos pressupostos ideológicos daqueles que escreveram a história da classe operária como consciência distinta da de outros grupos sociais. Estes capítulos são seguidos por discussões comparativas mais específicas sobre a relação entre movimentos socialistas e religião, sobre o operariado e as nações, bem como sobre as transformações dos rituais do operariado e a iconografia.

No capítulo "História Operária e Ideologia", o autor discute a ideologia que permeia os escritos sobre a luta de classe e os movimentos operários. Para ele,

⁵¹ HOBSBAWM, 1987.

o típico historiador da classe operária é um pesquisador ou professor universitário, embora isso também não seja sempre verdadeiro. Historiadores da classe operária, assim, situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo. (ibid, p. 17)

Assim, a história operária é, por tradição, um tema altamente politizado, e, por muito tempo, foi feito fora das universidades, como o trabalho de Edward Thompson, citado acima.

Essa história operária feita de fora da universidade tendia a identificar classe operária com movimentos operários ou com organizações, ideologias ou partidos específicos. Ao mesmo tempo, ela tendeu a ser um pouco arqueológica por buscar desenterrar aquilo que estava soterrado na história, quanto preocupada em atribuir uma importância que ninguém mais parecia conceber. Essa história engajada também acabou produzindo modelos de explicação nacional ou internacional. “Concluindo, e talvez um tanto surpreendentemente, a historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa. Ela produziu uma grande quantidade de narrativas tradicionais e história institucional; apenas seu objeto era pouco usual”. (ibid, p. 21)

O autor afirma que a história operária de caráter acadêmico corrigiu algumas das tendências da história operária tradicional e a conjuntura política, outras. Entretanto, a força propulsora continuou a ser a política. Segundo ele, a radicalização da década de 1960 produziu uma safra substancial de novos historiadores do movimento operário, cujo interesse advém do compromisso político. Alguns acabaram produzindo uma história eclética e às avessas, como os contrafactualistas.⁵²

⁵² A história contrafactual surgiu dentro da cliometria e buscava gerar modelos explicativos a partir da idéia de o que teria mudado se as coisas não acontecessem como aconteceram. Nesse sentido, acabava criando uma história do que não aconteceu. Um bom exemplo dessa perspectiva é a seguinte suposição: E se o Brasil possuiu-se raízes Inglesas ao invés de Portuguesas? Seríamos uma super potência?

Essa expansão propiciou uma ampliação da história operária tanto no seu campo de ação quanto no seu método de investigação. Abandonou-se a história política e ideológica e passou-se a uma história efetivamente social.

O autor continua sua argumentação discutindo, em "O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914", o surgimento da classe operária nos moldes do Zé Boné. Para ele, uma classe não pode ser entendida como algo acabado, que teve um início, um meio e, impreterivelmente, terá um fim. Elas nunca estão prontas, o fazer-se é diário. O operário britânico, por exemplo, tornou-se identificável não só pelo boné, símbolo da classe, mas também pelo ambiente físico no qual vivia, por um estilo de vida e de lazer, por uma certa consciência de classe cada vez mais expressa pelos sindicatos.

Para Hobsbawm, Edward Thompson acertou ao datar a emergência da classe trabalhadora na sociedade britânica no início do século XIX. Por outro lado, afirma Hobsbawm, "Thompson me parece estar errado ao sugerir – pois ele não vai além disso – que as classes trabalhadoras do período anterior ao cartismo, ou mesmo durante este movimento, eram a classe trabalhadora como ela iria se desenvolver mais tarde" (ibid, p. 275). Afirma, ainda, que as pesquisas subseqüentes mostraram o quão esta visão era equivocada.

Em 1984/85, o autor publica **The Age of Empire 1875-1914**, traduzido para o português em 1988, com o título **A Era dos Impérios 1875-1914**. Esta obra possui ao todo treze capítulos que buscam analisar "uma era de estabilidade social crescente dentro da zona de economias industriais desenvolvidas, que forneceram os pequenos grupos de homens que, com uma facilidade que raiava a insolência, conseguiram conquistar e dominar vastos impérios" (HOBBSAWM, 1998a, p. 24), ou seja, o período de (re)colonização da África e Ásia.

Mesmo não estando sub-dividida em partes como as "ERAS" antecessoras, **A Era dos Impérios** acaba seguindo o mesmo esquema: uma apresentação panorâmica, as mudanças do período e os resultados alcançados, no caso, a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Em 1989, Hobsbawm publicou **Politics for a Rational Left**, que acabou sendo traduzido para o português em 1991, com o título **Estratégias para uma Esquerda Racional: Escritos Políticos 1977-1988**.⁵³ A idéia do livro surgiu numa conferência no Marx Memorial em 1978, na qual o historiador foi convidado a falar sobre "A Classe Trabalhadora Britânica, Cem Anos Depois de Marx". Não se pretendia abrir um debate, mas ele foi aberto logo após a publicação da conferência, com o título "Estagnação no futuro do Trabalhismo?".

Boa parte dos artigos do livro foram publicados na **Marxism Today** como parte do debate que se seguiu. A idéia de reunir os artigos num livro partiu de Robin Blackburn:

Se houvesse necessidade de justificar a publicação de um livro com esses textos de cunho ocasional, o motivo residiria no fato de eles representarem um ponto de vista de consistência razoável a respeito de temas que exibem um contínuo interesse, dentro da política britânica e do debate internacional sobre as esquerdas. Esses temas são tão particulares, quanto nacionais, gerais ou globais". (HOBSBAWM, 1991, p. 10)

Os artigos, numa análise global, tratam da natureza do thatcherismo, distinta dos outros governos conservadores britânicos e dos governos neoliberais de outros países; das possíveis maneiras de mobilizar e unir a maioria não thatcherista do país e do problema de liderança e de programa dentro do Partido Trabalhista, o único partido britânico de massa de esquerda.

Visto de uma perspectiva mais ampla ou internacional, os textos referem-se à necessidade de a esquerda reconsiderar seus programas e de encarar um mundo bem diferente daquele observado por Marx ou até mesmo Lênin: "Isso não significa que a análise de Marx não seja mais um guia para a compreensão do mundo, embora a própria teoria marxista, como

⁵³ HOBSBAWM, 1991.

qualquer teoria, precise abrir-se ao escrutínio crítico” (ibid, p. 11). Entretanto, os textos também representam intervenções num debate mais permanente sobre a esquerda: aquele entre os realistas e os que costumavam ser chamados "impossibilistas", o amplo e o estrito, o compromisso e o purismo. Muitos dos artigos dirigem-se contra a esquerda sectária ou fundamentalista. Não porque seus argumentos valham muito esforço intelectual, mas porque têm muito poder na esquerda, do ponto de vista emocional:

Mas meus textos, [argumenta o autor], também dirigem-se contra aqueles, das plagas realistas, que pensam que uma nova água precisa de um bebê novo. Repensar a análise socialista e o projeto socialista com certeza pode levar a uma maior, mais extensa e dolorosa (para alguns de nós) modificação de antigas posições, como, por exemplo: a relação entre análise de Marx sobre a dinâmica do capitalismo e suas predições sobre o papel do proletariado como agente da transformação, ou a justificativa histórica do rompimento entre a social-democracia e o comunismo, ou os efeitos da Revolução de Outubro. (ibid, pp. 12-13)

O livro está dividido em três partes. A primeira, intitulada "Para Explorar o Problema", congrega oito capítulos que buscam levantar o problema do thatcherismo e do trabalhismo. No capítulo "O Debate Sobre o Avanço do Trabalhismo Estancado?", por exemplo, o autor alerta a esquerda trabalhista para as divisões internas do partido.

Na segunda parte, intitulada "A Inteligência da História", com quatro capítulos, busca refletir sobre o movimento trabalhista clássico e a relação entre nacionalismo e trabalhismo.

A última parte, "Recomeçando", busca discutir, nos seus sete capítulos, as perspectivas de um novo governo trabalhista, a partir da análise dos outros governos. Segundo o autor, três coisas são essenciais, para uma efetiva retomada do trabalhismo como proposta política séria, dentro da Inglaterra: primeiro, é que a destruição do thatcherismo deve ser encarada como tarefa primordial, não só da esquerda, mas principalmente dela, mas para todas as pessoas que se importam com as tradições e as convenções de lei e de civilidade, de liberdade e de governo; em segundo lugar, é preciso perceber que o apoio thatcherista é

minoritário dentro do conservadorismo; e em terceiro lugar, o trabalhismo só voltará ao poder quando a esquerda perceber que sua maior fraqueza está na sua fragmentação.

Em 1990, o autor publicou **Echoes of the Marseillaise: Two centuries look back on the French Revolution**, que foi traduzido para o português seis anos depois como **Ecos da Marselhesa: Dois Séculos Revêem a Revolução Francesa**.⁵⁴ Este livro é uma ampliação das três conferências Mason Welch Gross, realizadas pelo autor na Universidade de Ritgers, New Brunswick, New Jersey, em abril de 1989.

Neste período, afirma Hobsbawm, existia uma ampla bibliografia pronta para ser lançada como comemoração do bicentenário da Revolução Francesa. A questão é: por que publicar mais um? Para ele, existem duas justificativas para a publicação de sua obra: a primeira é que a nova literatura sobre a Revolução Francesa, especialmente em seu próprio país, é extraordinariamente distorcida. “A combinação de ideologia, moda e poder publicitário da mídia moderna permitiu que o bicentenário fosse amplamente dominado por aqueles que, em uma palavra, não gostam da Revolução Francesa nem da sua herança” (HOBSBAWM, 1996d, p. 09). Isso não seria novidade, já que, em seu primeiro centenário, foram escritas mais coisas contra que a favor da revolução. Em segundo lugar, a grande novidade é que a “rejeição da memória da Revolução Francesa vem daqueles que desaprovam sob o argumento de que a tradição central da historiografia francesa é, desde 1815, marxista e, como tal, inaceitável academicamente por uma nova escola de historiadores 'revisionistas'” (ibid, p. 10). Além disso, o autor argumenta que, apesar dos avanços, alguns autores novos acabam rejeitando toda a antiga análise por suporem estar errada. Assim, o livro é tanto uma defesa quanto uma explicação da velha tradição. “A irritação é a primeira razão para escrevê-lo. A segunda razão, e a mais importante, é que este ensaio trabalha com um tema surpreendentemente desprezado: não com a história da própria Revolução Francesa, mas com

⁵⁴ HOBSBAWM, 1996d.

a história de sua recepção e interpretação, da herança que recebeu dos séculos XIX e XX” (ibid, pp. 10-11).

Os revisionistas, afirma o autor, sugerem que a Revolução Francesa não fez tanta diferença na história da França e que, certamente, não representou uma mudança para melhor. De fato, para eles, ela foi desnecessária, não no sentido de poder ter sido evitada, mas no sentido de ter tido resultados modestos. A contradição é notória. Assim, o autor se questiona: como explicar a divergência entre uma visão antiga e uma nova?⁵⁵

Independente do ponto de vista, duas ou três coisas são corriqueiramente aceitas quando se trata da Revolução Francesa: (1) todos concordam que havia uma crise na velha monarquia, que acabou levando os três Estados – o povo, o clero e a nobreza – a convocarem os Estados Gerais; (2) em segundo lugar, todos admitem que ela foi um episódio de significado profundo na história do mundo moderno, independente da forma que se entende essa significação; (3) é indiscutível que a Revolução Francesa foi e continua sendo um super-espetáculo.

Em **Ecos da Marselhesa**, o autor busca considerar três aspectos da análise retrospectiva. Primeiro, a Revolução Francesa é abordada como uma revolução burguesa e, de fato, em certo sentido, como o protótipo das revoluções burguesas. Em segundo lugar, o autor busca examiná-la como um modelo para todas as revoluções subseqüentes, especialmente para as revoluções sociais e para aqueles que queriam fazê-las. E, finalmente, o autor busca considerar as transformações nas atitudes políticas refletidas nas comemorações da revolução

⁵⁵ Para Hobsbawm, “uma interpretação histórica enraizada no contexto contemporâneo – tanto o contexto intelectual como o social e o político; tanto o contexto existencial como o analítico – é indispensável aos historiadores que desejam responder a questões sobre o passado. Talvez o seja até mesmo na interrogação do presente (...) Todos nós, inevitavelmente, escrevemos a história de nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em algumas medidas, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem somente a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem intenção de o fazer” (ibid, p 14). Se este é o conceito de história do autor, para ele, a história é inegavelmente uma construção do presente, entretanto adverte que os historiadores que trabalham apenas na perspectiva do presente podem cometer erros de análise.

entre o seu primeiro e segundo centenários, seu impacto naqueles que escreveram e continuam escrevendo sua história.

Para Hobsbawm, o problema do revisionismo é que ele procura diminuir a significação de uma revolução cujo impacto extraordinário e duradouro é absolutamente óbvio, que só pode ser negada por provincialismo intelectual e uma visão estreita. Mesmo tratando-se de uma obra baseada em conferências distintas, fica clara, a preocupação do autor em dialogar com a esquerda marxista francesa e sua direita ex-marxista, em geral, e com a intelectualidade marxista, em particular.

Em 1990, Hobsbawm lança **Nations and Nationalism since 1780 – Programme, myth, reality** que foi publicado em português no mesmo ano como **Nações e Nacionalismos desde 1780 – Programa, mito e realidade**.⁵⁶ Este livro é fruto de quatro conferências proferidas pelo autor na Universidade de Queen, em Belfast. As conferências foram divididas em seis capítulos. Apesar do tema ser global, o autor acabou se concentrando “principalmente no século XIX e no começo do século XX, quando o assunto é bastante eurocêntrico ou, em qualquer caso, centrado nas regiões 'desenvolvidas'” (HOBSBAWM, 1998b, p. 09).

Para o autor, na introdução de **Nações e Nacionalismos**, a história dos últimos duzentos anos só pode ser entendida com o termo nação. O próprio sentido da palavra não mais velha que o século XVIII. Segundo ele, boa parte das obras que tratam do tema, busca responder a questão: o que é uma nação?, partindo geralmente de conceitos como língua, etnia. Isso é problemático, pois os termos são ambíguos. Assim, o autor propõe que a

alternativa é uma definição subjetiva, seja ela coletiva (seguindo a frase de Renan: 'uma nação é um plebiscito diário'), seja individual, à moda austro-marxista de se considerar a 'nacionalidade' como passível de aderir as pessoas onde elas vivessem ou com quem vivessem, sobretudo se estas decidissem exigí-la. (ibid, p. 16)

⁵⁶ HOBSBAWM, 1998b.

Para Hobsbawm, nem a definição objetiva nem a subjetiva são satisfatórias, e ambas acabam se tornando enganosas. “Em qualquer caso, o agnosticismo é a melhor postura inicial de um estudioso nesse campo e, portanto, este livro não possui uma definição *a priori* do que constitui uma nação” (ibid, p. 18), argumenta o autor. Por nacionalismo, o autor pressupõe qualquer corpo de pessoa, suficientemente grande, cujos membros se consideram pertencentes a uma nação.

Hobsbawm segue a seguinte postura: 1) para ele, o termo nacionalismo significa um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente (essa idéia deriva das análises de Ernest Gellner em **Nations and Nationalism**); 2) ele não considera a nação como uma entidade social originária ou imutável, a nação pertence a um período determinado e recente; 3) a questão está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social; 4) assim, a nação é fruto tanto de uma elaboração das elites como uma aspiração do povo; 5) ele adota a mesma postura de Miroslav Hroch (em **Social Preconditions of National Revival in Europe**), de perceber que a consciência nacional evoluiu desigualmente entre os grupos e regiões sociais e que a história dos movimentos sociais podem ser divididas em três fases: a primeira de cunho cultural, literária e folclórica ocorrida na Europa; a segunda, ocorrida através dos pioneiros e militantes da “idéia nacional” com o começo das campanhas em prol dessa idéia; e a terceira fase quando os programas nacionalistas ganharam sustentação popular.

Para Hobsbawm, responder à pergunta do que precisamente constituía o protonacionalismo popular é algo extremamente difícil, pois o povo raramente expressa suas idéias de forma escrita. A partir desta dificuldade, fica claro que o protonacionalismo popular não surgiu da língua, mas principalmente da escrita. Assim, o autor também descarta a própria etnicidade, a religião. Para ele, o protonacionalismo surge por conceitos históricos que ligam o indivíduo ou os indivíduos ao passado histórico.

Em "As Transformações do Nacionalismo: 1870-1918", Hobsbawm destaca a mudança ocorrida na idéia de nacionalismo. Segundo ele, o nacionalismo dos anos 1880-1914 diferia em três aspectos da sua fase inicial: primeiro, porque abandonava a idéia de ponto crítico, que tinha sido central na era liberal; em segundo lugar, mais em consequência da multiplicidade de nações surgidas da primeira mudança (uma nação não precisa de justificativa histórica para se formar), e por fim, passou-se a valorizar a etnicidade e a língua como critérios para formação de uma nação.

Em 1994, o autor publica a última parte de sua quadrilogia intitulada **Age of Extremes: The short twentieth century – 1914-1991**, que foi traduzida em 1995 como **Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991**. Este livro está dividido em três partes, com dezenove capítulos. Na primeira parte, intitulada "A Era da Catástrofe", o autor traça um panorama geral desde a Segunda Grande Guerra ao fim dos impérios regionais, até o surgimento dos dois impérios globais. Na segunda parte, "A Era de Ouro", o autor discute o surgimento da bipolarização entre os Estados Unidos da América, a maior potência capitalista do século XX, e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como representante do socialismo real. Por fim, ele discute os rumos, pós-Guerra Fria, de um mundo em crise econômica, política e social. Um mundo não mais polarizado entre capitalismo e socialismo, já que o último ruuiu com o último tijolo do Muro de Berlim.

O estudo – destes 202 anos de história nas quatro *Eras* – em nossa perspectiva, se justifica pelo próprio contexto no qual Hobsbawm viveu – "Sua época", *como se diz no jargão profissional*, é o século XX (ou o Breve Século XX) gotejado, ou melhor, bombardeado pelas duas Guerras Mundiais, a crise capitalista de 1929, a Guerra Fria com a constante ameaça do fim dos tempos, a Revolução Russa de 1917, enfim, uma *era dos extremos* como bem denominou o próprio autor.

Ao se debruçar sobre esse período, nessa quadrilogia, o autor busca compreender o processo histórico que criou e remodelou o modo de vida ocidental. Além disso, podem-se justificar estas obras tendo em vista que o fato de o autor defender o *continuum* temporal, que seria, em resumo, a relação entre o presente, o passado e o futuro inter-relacionados, interagindo uns nos outros (o futuro contribuiria de forma superficial nos outros tempos – ou não influenciaria – enquanto que o passado seria o motor propulsor dos outros tempos e o presente o caminho para o futuro e a fonte de inquietação sobre o passado).

Na introdução de **A Era dos Impérios** (1875-1914) Hobsbawm defende essa interligação temporal nos seguintes termos:

não são apenas os poucos indivíduos ainda vivos com uma vinculação direta aos anos anteriores a 1914 que enfrentam o problema de como olhar a paisagem de sua zona nebulosa particular, mas também, de modo mais impessoal, todos os que vivem no mundo da década de 1980, na medida em que sua forma foi moldada pela era que nos levou à Primeira Guerra Mundial. Não quero dizer que o passado mais remoto não tenha significado para nós [e ele tem], mas que suas relações conosco são diferentes. (HOBSBAWM, 1998a, p. 17)

E complementa:

ao lidarmos com períodos remotos, sabemos que os encaramos essencialmente como estranhos e distantes, mas como os antropólogos ocidentais, empreendo uma pesquisa sobre os povos montanheses de Papua. Se esses períodos estiverem muito distantes – geográfica, cronológica ou emocionalmente –, podem sobreviver exclusivamente através das relíquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos, impressos ou gravados, objetos materiais, imagens. (ibid, p 17)

O autor admite, como muitos outros historiadores, que nós partimos de

pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, inclusive da tendência a reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir e apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer (...) o único obstáculo com que nos deparamos são outros contemporâneos nossos discutindo, como estranhos, sobre um passado que não é mais parte de memória. Afinal, até o que pensamos lembrar sobre a França de 1789 ou a Inglaterra de George III é o que aprendemos de segunda ou quinta mão através de pedagogos, oficiais ou informais. (ibid, p. 17)

Assim, acredito que olhar para 1789 é voltar para um passado que é presente do autor.

Em 1997, Hobsbawm publicou o livro **On History**, que, em 1998, foi traduzido como **Sobre História**,⁵⁷ uma coletânea de artigos que buscam discutir três problemas: em primeiro lugar, aqueles referentes aos usos e abusos da história, tanto na sociedade como na política. O que se discute são os valores da história para as outras disciplinas, especialmente para a história social. Em segundo lugar, os problemas de relacionamento entre os historiadores e os outros cientistas sociais no passado. Incluindo levantamentos e avaliações críticas de várias tendências, modas, e debates como, por exemplo, sobre o pós-modernismo e a cliometria. E, por fim, o autor trata dos problemas da história social, principalmente de cunho marxista.

O objetivo do livro é demonstrar a vitalidade da história como disciplina, tratando das questões referentes à produção do conhecimento histórico. Além dos capítulos em que o autor discute a questão do tempo, ele busca dialogar com os marxistas e com os membros dos Annales. Um dos capítulos mais interessantes é o do "Engajamento", quando ele defende, de forma elegante, a possibilidade do cientista social ter um engajamento e este servir como condição para a evolução científica.

Em 1998, Eric J. Hobsbawm publicou **Uncommon People** que foi traduzido para o português no mesmo ano com o título **Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz**.⁵⁸ O livro retrata as pessoas comuns, aqueles indivíduos que usualmente são conhecidos apenas por seus familiares e amigos. Essas pessoas constituem a maior parte da população humana. A questão do livro é se essas pessoas devem ser retiradas da condescendência da posteridade, afinal, eles são, individual e coletivamente, os principais atores do drama histórico humano. O que realizam e pensam, faz a diferença. Como são moldados por seu

⁵⁷ HOBBSBAWM, 1998c.

⁵⁸ HOBBSBAWM, 1998d.

passado e presente? Qual a racionalidade de suas crenças e ações? Essas são as questões levantadas pelo autor.

Esta é mais uma das obras de Hobsbawm que resgata textos produzidos com objetivos diferenciados, produzidos durante vários anos e que acabaram sendo reunidos em forma de coletânea. A obra pode ser dividida em quatro partes: uma primeira que trata da tradição radical da classe operária, de sua ideologia, que vai do capítulo 1º ao 10º; uma segunda seção que discute o campesinato ou a tradicional classe agrária, englobando os capítulos 11º a 13º; uma terceira parte que discute o jazz como uma das mais ricas manifestações da cultura no século XX, que vai do 19º ao 25º capítulo; e uma quarta parte que discute, essencialmente, a história contemporânea, que vai do capítulo 14º ao 18º. De forma geral, essa coletânea sintetiza algumas das preocupações que estimularam a produção de Hobsbawm desde o final da década de 1940. Os textos, em sua essência, foram produzidos entre o começo da década de 1950 e meados da década de 1990.

Em 1999, Hobsbawm publica **Intervista sul nuovo secolo**, trata-se de uma longa entrevista dada ao jornalista Antonio Polito, correspondente em Londres do jornal italiano "La Repubblica". Esta obra foi traduzida para o português um ano depois da original, com o título **O Novo Século: Entrevista a Antonio Polito**.⁵⁹

O Novo Século está dividido em sete capítulos, abordando temas como: o aumento dos conflitos pelo mundo pós-Guerra Fria; a natureza da guerra moderna; a intensificação do ardor nacional em plena globalização, entre outros.

Na entrevista, feita em tom informal, e portanto livre dos rigores exigidos em seus livros de pesquisa, o autor examina tendências gerais e de longa duração, usando exemplos das mais diversas áreas de estudo.

⁵⁹ HOBBSAWM, 2000.

Uma outra obra de Hobsbawm que merece destaque, é intitulada **A Invenção das Tradições**.⁶⁰ Mesmo tratando-se de um livro organizado por Hobsbawm e Terence Ranger, a sua apresentação se faz necessária por tratar de uma problemática levantada por Hobsbawm em suas pesquisas. A obra é composta por sete capítulos, dos quais dois são de Hobsbawm.

A obra é o resultado de uma conferência organizada pela **Past & Present** que buscava discutir as tradições ou a criação delas.

O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizada, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBSBAWM, 1997, p. 09)

O objetivo é discutir como as tradições surgiram, não como elas se perpetuaram no tempo.

Para Hobsbawm, a tradição inventada pode ser compreendida como todo

conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (ibid, p. 09)

No geral, essa continuidade é artificial, uma reação a uma situação nova.

Ainda no capítulo "Introdução: a Invenção das Tradições", Hobsbawm busca separar, conceitualmente, costume e tradição. Para ele, o costume não pode se dar ao luxo de ser invariável. “Costume é o que fazem os juízes, 'tradição (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado” (ibid, p. 10).

⁶⁰ HOBSBAWM, e RANGER, 1997. A edição que dispomos não fornece nenhuma informação quando foi editado o livro em inglês e quando se deu a segunda edição brasileira.

Para ele também se faz necessário separar a tradição da rotina. As redes de convenção e rotina, criadas dentro da Revolução Inglesa, por exemplo,

não são 'tradições inventadas', pois suas funções e, portanto, suas justificativas são técnicas, não ideológicas (em termos marxistas, dizem respeito à infra-estrutura, não à superestrutura). As redes são criadas para facilitar operações práticas imediatamente definíveis e podem ser prontamente modificadas ou abandonadas de acordo com as transformações das necessidades práticas, permitindo sempre que existam a inércia, que qualquer costume adquire com o tempo, e a resistência às inovações por parte das pessoas que adotaram esse costume. (ibid, p. 11)

Assim, para o autor, a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

As tradições são inventadas primordialmente em épocas de grandes mudanças sociais. Algumas vezes, as novas tradições se inserem nas velhas, moldando-as. Pode ser que, muitas vezes, se inventem tradições não porque os velhos costumes não estejam mais disponíveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem sofrem adaptações.

Segundo Hobsbawm, as tradições inventadas desde a Revolução Inglesa podem ser classificadas em três categorias superpostas:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. (ibid, p. 17)

Mas qual a utilidade histórica de se estudar as invenções das tradições? Para Hobsbawm, as tradições são sintomas importantes, indicadores de problemas que, de outra forma não poderiam ser detectados nem localizados no tempo. Em segundo lugar, por esclarecer as relações humanas com o passado e, por conseguinte, como o próprio assunto, ofício do historiador. “Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (ibid, p. 21). Por fim,

podem-se argumentar os atributos interdisciplinares contidos no estudo das tradições, que estimula a interdisciplinaridade entre vários campos de pesquisa.

A partir da vida do autor no século XX e do conjunto de suas obras, podemos inferir pelo menos quatro considerações preliminares. Em primeiro lugar, a família teve um papel marcante na vida do autor. Foi ela que propiciou, graças aos seus dramas, uma educação cosmopolita. Além disso, como frisa bem o autor, foi o clã Hobsbaum-Grün:

que contribuiu para a ultra-intelectualização de meus anos seguintes foi o fato de que passei a viver constantemente com um casal que para todos os efeitos eram meus pais e que se recusavam terminantemente a permitir ao entusiasmado menino de dezesseis anos mergulhar na vida de militância política que lhe povoava a mente. (HOBSBAWM, 2002, p. 100)

Ou seja, a própria relação familiar vai determinar a permanência de Hobsbawm nas brumas da política partidária.⁶¹

Ainda sobre a influência da família sobre sua vida, ele complementa que:

Provavelmente ela [a mãe] adiou meu comprometimento político ao sugerir que mesmo os meninos muito inteligentes precisam de tempo para reflexão e amadurecimento intelectual, assim como me ensinou que há grandes escritores que somente podem ser entendidos quando o leitor já está um pouco mais velho. E, como ela sempre foi sincera comigo, fez com que eu acreditasse nela. (ibid, p. 57)

A própria ida do autor para Cambridge foi fruto de suas relações familiares e dos momentos de ruptura que esta sofreu (morte do pai, mãe). Vimos que havia uma certa preocupação educacional, o que levou os pais a assinar revistas de temas que interessavam diretamente a Hobsbawm.

A não ser para ele

⁶¹ As informações não fornecem indício algum de que Hobsbawm tenha participado das atividades políticas do partido de forma mais direta. O que fica mais ou menos claro é que sua contribuição para o Partido Comunista Inglês ocorrerá mais através de sua capacidade linguística do que de outra forma mais pragmática.

e para a indômita tia Mimi, a volta para a Inglaterra em 1933 revelou-se finalmente mais um dos fracassados intentos dos Hobsbaum-Grün de encontrar um ancoradouro em meio aos mares agitados do mundo entreguerras (...) em 1939, após alguns anos de altos e baixos, Sidney, então com cinquenta anos, abandonou a luta pelo pão de cada dia na Inglaterra e emigrou para o Chile, levando consigo Nancy e Peter [irmã e primo, respectivamente]. (HOBSBAWM, 2002, p. 97)

Hobsbawm complementa,

Somente o meu futuro e o de tia Mimi foram firmemente decididos: o meu, em 1935, quando resolvi submeter-me aos exames de admissão para Cambridge, e o dela, não muito depois, quando se apaixonou por um lote de terra disponível num pedaço encantador e protegido de um vale em South Down (...). (2002, p. 98)

Em segundo lugar, a Alemanha foi mais importante academicamente para a formação do autor do que a Inglaterra, pois, foi neste país que Hobsbawm se tornou comunista. A Inglaterra apenas propiciou uma maior abertura política, sobretudo após o isolamento provocado pela ida da família para a América do Sul.

Em terceiro lugar, os seus temas de estudo foram desenvolvidos graças a uma combinação de vida introspectiva (individualista) com uma proposta revolucionária coletivista. A filiação ao comunismo inibiu suas reflexões sobre os temas contemporâneos lançando Hobsbawm em temáticas do século XIX e XX. A escolha da “especialização” é fruto da tentativa, determinada antes da faculdade, de entender as influências das idéias – do século XX – sobre as sociedades – e sua vida.

E, por fim, podemos salientar que a vida no século XX, sobretudo em seus primeiros anos, proporcionou a concepção temporal do autor na medida em que sua vida expressa as contradições e mudanças da época. Nas próprias palavras do autor: “O passado é um outro país, mas deixou sua marca nos que o habitavam” (ibid, p. 21).

O passado não marca nem mais nem menos que o presente e o futuro. Resta saber o que esta tríade foi, é, ou será para Hobsbawm. Entretanto, antes de mais nada, é preciso entender a concepção de tempo discutida pelos historiadores e outros cientistas como os

filósofos e os físicos. Assim, espero que esse caminho facilite a compreensão da própria noção de tempo presente subjacente à obra de Hobsbawm e que é, por sua vez, totalmente diferente da idéia francesa de história imediata defendida pelos membros do Instituto de História do Tempo Presente.

CAPÍTULO II

CONCEPÇÕES DE TEMPO:

O FILOSÓFICO, O FÍSICO E O HISTÓRICO

História, ciência dos homens no tempo.

(Marc Bloch)

No livro **As Brumas de Avalon**: A grande Rainha – um dos romances do século XX sobre a Távola Redonda e o Rei Artur – a autora Marion Zimmer Bradley, através de Morgana, A Fada, personagem principal, divaga sobre o que seria o tempo:

À medida que envelheço, penso cada vez mais que talvez o que consideramos como o passar do tempo só acontece porque adquirimos o hábito, terrivelmente arraigado, de contar as coisas – os dedos de um recém nascido, o aparecer e o retornar do sol – e, por isso pensamos com muita frequência no número de dias ou de estações que devem transcorrer antes que o grão amadureça, ou nosso filho cresça no ventre e seja dado à luz, ou que algum encontro muito desejado se concretize. (BRADLEY, 1989, pp. 216-217)

Foi graças a este hábito que as sociedades humanas acabaram criando alguma noção de tempo, como mecanismo de registro, primordialmente, a partir de observações das mudanças climáticas, fenômenos celestes, entre outros. No exemplo acima, o contar o tempo serve para, entre outras coisas, a produção alimentícia (plantio, colheita), ou para os atos religiosos.⁶²

O que vai distinguir o homem da sociedade contemporânea de seus antepassados, é que nós adquirimos uma crescente consciência do tempo. Este tempo controla o nosso fazer

⁶² Ao se ler o livro de BRADLEY, percebe-se que a contagem do tempo feita pelas Sacerdotisas de Avalon, a Ilha Sagrada perdida nas brumas do tempo, tem como marca o ciclo lunar, a mais antiga forma de percepção temporal. No livro **Sobre o Tempo**, Norbert Elias defende a idéia implícita no romance de BRADLEY, de que o tempo é um fenômeno social, dependente dos níveis sociais. Em sociedades mais complexas, destaca Norbert Elias, o calendário, por exemplo, torna-se indispensável à regulamentação das relações sociais. Já nas sociedades menos complexas as relações são determinadas pelos indivíduos não por mecanismos sociais.

diário pela imposição dos ponteiros do relógio, assim como nossas agendas não são mais utilizadas para registrar idéias, pensamentos, mas para controlar nossos horários.

Nesse sentido, os poetas estão corretos, o *tempo não pára*, ele se impõe. Nada nos é mais familiar que o tempo que passa, que nos consome e acaba nos levando para sempre, “o tempo devora seus filhos como o monstro Cronos (em grego, tempo se diz Cronos) devorava seus filhos na medida em que sua esposa Rhéa os colocava no mundo. Nada nos parece mais natural que a personificação do tempo” (PIETTRE, 1997, p. 15).

Não podemos fugir da velha questão agostiniana:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam (...) se ninguém me pergunta, eu sei; se o quiser explicar a quem mo fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente. (AGOSTINHO, 2000, p. 322)

O tempo seria um ser que devora sua prole para perpetuar a si próprio? O tempo teria um ser, uma essência? O tempo é um fenômeno físico cósmico? Como a história enquanto campo do conhecimento vê o tempo? E, por fim, como tempo físico, ele se diferencia do tempo histórico e do tempo da consciência?

Para responder estas questões, se faz necessário trilhar três caminhos distintos: escalaremos as montanhas da discussão filosófica sobre o tempo; nadaremos os caudalosos rios do conhecimento físico para, enfim, enveredarmos pelas florestas da casa de Clio. O caminho será tortuoso, mas necessário para se compreender a natureza do tempo, afinal de contas, estes três campos do conhecimento têm buscado, cada um a seu modo, discutir o que é o tempo.

Esta discussão se faz necessária para pontuarmos a própria concepção de Hobsbawm sobre o tempo, pois elas são contemporâneas do autor, sobretudo as problemáticas einsteiniana e braudeliana.

1. O SER DO TEMPO OU O TEMPO NA FILOSOFIA

Uma coisa é indiscutível, nós temos a impressão de que o tempo prossegue para sempre, sem ser em nada afetado por qualquer outra coisa de tal modo que, se toda atividade fosse subitamente interrompida, ele ainda seguiria em frente sem interrupção. Essa consciência do tempo se processa pelas medidas, pelas marcas e referências comuns.

Marcação do dia ou ano, do começo ou fim do trabalho e de outras atividades, término de acontecimentos importantes, datas de aniversários, renovação de cerimônias, rituais, etc. Ter consciência do tempo é, talvez, antes de tudo, estabelecer marcas: marcas entre os dias e as noites, entre as manhãs e as tardes, entre as semanas, as estações, os anos. (PIETTRE, 1997, p. 15)

Mas o tempo seria essa entidade? Teria uma personalidade antropomórfica capaz de devorar a sua prole indefinidamente e indiscriminadamente?

Segundo Bernard Piettre, nossa experiência do tempo é bem antes a de um não-ser já que o passado não é mais, o futuro não é ainda e o instante presente já passou, e continua passando. Concordando com esta idéia, André Comte-Sponville afirma que “o tempo não é nem um ser, nem um puro nada” (2000, p. 20). Para o autor, o tempo seria a passagem perpétua do ser para o nada, e vice-versa. “Ser no tempo é ser em via de já não ser” (COMTE-SPONVILLE, 2000, p. 20).

O não-ser e o ser do tempo acaba criando um paradoxo dialético do nascer e do morrer, do aparecer e do desaparecer, da criação e da destruição, do que foi e do que virá. Assim, no ser do tempo estaria contido o veneno e o antídoto, pois é no tempo que nasce a

vida, o desejo e a verdade. A experiência do tempo, nesse sentido, seria comparável ao drama vivido por personagens de um filme de terror, em que todos buscam a salvação ou a redenção da vida. Até a salvação se dá no próprio tempo de exibição do filme ou de projeção da vida.

Os discursos sobre o tempo são tão diversos que não se tem uma idéia geral desse ser. Estas falas sobre o tempo, se devem ao fato de que a experiência da temporalidade não se dá de forma direta, mas sempre articulada por sistemas simbólicos variados de uma determinada cultura.

Não é à toa que Norbert Elias afirma que “o tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens” (1998, p. 15). Ou seja, para ele cada sociedade cria a sua própria noção de tempo, afinal de contas, o tempo é uma construção do e para o homem.

Assim, não se pode falar de um conceito homogêneo de tempo. No máximo, é permitido falar de concepções de tempo, já que o próprio conceito tem seu próprio tempo.

Estas discussões sobre o tempo acabaram criando um vocabulário comum, como: antes, depois, durante, presente, passado, futuro, agora, instante, duração, evento, eternidade, entre outros. Estas expressões estão presentes em quase todas as discussões sobre a natureza do tempo. Além das expressões, as próprias questões sobre a natureza do tempo foram se homogeneizando. No geral, os autores questionam: a subjetividade ou objetividade, a unicidade ou a pluralidade do tempo; se ele tem uma direção; se ele é devir ou eternidade⁶³.

Segundo Norbert Elias e José Carlos Reis, esses discursos sobre o tempo, mesmo construídos em épocas distintas, com objetivos diferenciados podem ser enquadrados – correndo o risco das classificações cientificistas que engavetavam o conhecimento – em duas direções distintas: uma tendência que pode ser intitulada **objetivista naturalista** do tempo cosmológico e físico que sustenta, em linhas gerais, a idéia de que

⁶³ Sobre o devir ver: JAPIASSÚ e MARCONDES, 1998; e também ABBAGNANO, 1998.

o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto justamente, por não ser perceptível; [e a outra que pode ser denominada **subjetivista espiritual** do tempo da consciência que afirma], que o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana. (ibid, p. 09)

Foi Aristóteles que criou esta dupla orientação quando afirmou que “quando a alma declara que há dois instantes, o anterior e o posterior, então dizemos que há lá o tempo, pois o que parece ser determinado pelo instante parece ser o tempo” (REIS, 1994, p. 15). Nesta idéia aristotélica, concentram-se todos os elementos da reflexão temporal que geraram as questões que abririam a via dupla acima apresentada. Dependendo do destaque que se faça na formulação original aristotélica, ou se destaca a alma ou o que está fora dela, se obtém os questionamentos da direção subjetivista ou objetivista.

Platão seria um dos representantes da tendência objetivista naturalista da concepção de tempo. Para ele, o tempo se confundiria com os movimentos regulares da esfera celeste, sendo a articulação desses movimentos (o nascer e pôr do sol conjugado com o nascer e o pôr da lua). O tempo nasce com o céu, que define dias e noites, meses e anos, que são as divisões do tempo mais comuns. O tempo imitaria a eternidade, descrevendo ciclos no ritmo do número, assim ele seria objetivo, único e finito. Sem uma direção determinada, existindo em relação à eternidade, e ao mesmo tempo, opondo-se a ela. A realidade, para Platão, seria o diferencial do tempo e da eternidade. A própria oposição operar-se-ia entre uma realidade formal eterna e uma realidade empírica temporal.

Mesmo gerando a via dupla da percepção do tempo, Aristóteles irá completar o pensamento de Platão ao afirmar que o tempo se dá por todo movimento, não só pelo movimento circular dos astros. O movimento aristotélico, segundo Bernard Pietre, deve ser compreendido em sentido amplo:

de movimento segundo o lugar – deslocamento, translação e rotação; de movimento segundo a qualidade – a alteração (a troca de cor, aparência ...); de movimento segundo a quantidade – aumento e diminuição (mudança de grandeza, de tamanho ...); de movimento segundo a essência – a geração e a corrupção (o fato de um indivíduo vir a ser, e seu desaparecimento, em outras palavras, o nascimento e a morte). (PIETTRE, 1997, p. 19)

O tempo na concepção aristotélica não é o movimento puro e simples, mas é uma medida de movimento fixado pelo espírito humano. É preciso destacar que a medida de movimento é uniforme e os movimentos são multiformes.

Assim, o tempo platônico e aristotélico seria exterior à alma no primeiro, mas dependente dela no segundo. O tempo pertenceria ao universo físico, ao movimento, ao número do movimento, não sendo um ser, mas um número, uma relação, uma articulação de movimentos.

Para Norbert Elias, o pensador de maior destaque desta estrada objetivista é Newton. Perpetuando o caráter exterior do tempo em relação à alma, considerando-o como medida do movimento, Newton apresentará uma formulação metafísica do tempo, não só física, como fez Aristóteles.

Segundo José Carlos Reis, Newton considera o tempo um ser, uma substância, como se ele fosse uma intuição divina uniforme que ele denomina duração.

O tempo como ser é uma realidade 'absoluta', que envolve o universo sem se confundir com ele. Esse tempo 'absoluto', por transcorrer uniforme e continuamente e envolver todos os seres, serve de referências a um tempo 'relativo', aparente e vulgar que é a medida sensível e externa de uma parte da duração qualquer, tomadas do movimento: horas, dias, meses e das quais se serve ordinariamente em lugar do tempo verdadeiro. (REIS, 1994, p. 21)

Esse tempo absoluto transcorre uniforme e continuamente, envolvendo todos os seres, como se emanado diretamente do Criador.

Esta posição newtoniana sobre o ser do tempo, diferencia-se da de Aristóteles, pois o movimento, para Newton, é metafísico, não exclusivamente natural como em Aristóteles. Porém os dois concordam com a possibilidade de medição dos movimentos naturais.

Segundo José Carlos Reis, Kant – apontado por alguns autores, como por exemplo, Norbert Elias⁶⁴, como o mais célebre representante do subjetivismo temporal – sintetizou o discurso aristotélico e newtoniano, enquadrando-se assim, no discurso objetivista sobre o tempo.

Se em Aristóteles, o tempo é só medida do movimento e em Newton ele é uma 'substância', um ser emanado diretamente de Deus, em Kant, o tempo será também 'objetivo', isto é, dado, embora não seja exterior ao sujeito, e será uma 'intuição a priori' do sujeito. Síntese de Aristóteles e Newton para Kant: o tempo é objetivo, dado, e intuitivo. E, como em toda síntese, Kant faz uma construção original: o objetivo é interior ao sujeito, a intuição é uma faculdade posta no interior do sujeito. A objetividade torna-se interior à alma. Sem deixar de ser dado, a intuição torna-se interior ao sujeito, sem deixar de ser absoluta. O tempo assim interiorizado, mas sem o controle do sujeito que se vê possuído por essa intuição, mantém sempre o caráter de objetividade e de capacidade de medida, de numeração dos movimentos do universo. (REIS, 1994, pp. 22-23)

O próprio Kant admite, na **Crítica da Razão Pura**, que “o tempo é, então, simplesmente uma condição subjetiva da nossa (humana) intuição – porque é sempre sensível, isto é, na medida em que somos afetados pelos objetos – e não é nada em si, fora do sujeito” (KANT, 2001, p. 16). Todavia, ele acrescenta que

todas as coisas, enquanto fenômenos – objetos da intuição sensível – estão no tempo, o princípio adquire a conveniente validade objetiva e universalidade a priori. [Nesse sentido, ele conclui que suas] afirmações demonstram a realidade empírica do tempo, quer dizer, sua validade objetiva relacionada a todos os objetos que possam apresentar-se aos nossos sentidos. (ibid, p. 16)

Para Kant, não é a percepção da mudança que representa o tempo, mas o contrário, é a percepção desta que possibilita definir o caráter intuitivo e *a priori* do tempo. Mesmo

⁶⁴ Para Norbert Elias a concepção de tempo subjetivo encontrou sua expressão mais autorizada em Kant, que considerava o espaço e o tempo como representando uma síntese *a priori*. Sob uma forma menos sistemática, essa concepção parece haver prevalecido largamente sobre a teoria oposta. Numa linguagem mais simples, ela se limita a dizer que o tempo é como uma forma inata de experiência e, portanto, um dado não modificável da natureza humana.

sintetizando a posição newtoniana e a aristotélica, Kant opõe-se à idéia de Newton de que o tempo é um dado pronto e acabado, como se opõe à idéia de Aristóteles de que o tempo é movimento.

A grande crítica feita a Kant gira em torno da "a prioricidade" do tempo, ou seja, da impossibilidade real de o tempo ser sempre intuitivo a priori. As crianças, por exemplo, a despeito da idéia kantiana, não possuem um sentido de passado, presente ou futuro. Essas noções surgem dentro do convívio social, ao longo da vida do indivíduo. Para Norbert Elias, “o indivíduo não tem capacidade de forjar, por si só, o conceito de tempo. Este, tal como a instituição social que lhe é inseparável, vai sendo assimilado pela criança à medida que ela cresce numa sociedade em que ambas as coisas são tidas como evidentes” (1997, p. 13).

O último representante da concepção de tempo objetivista naturalista é Einstein. Para ele, o tempo não é absoluto, metafísico, intuitivo ou evolutivo, mas medida relativa de movimento no espaço. O tempo é a posição dos fenômenos em movimento no espaço, tendo como referencial a velocidade da luz (300.000 km/s). O tempo é determinado pelo lugar do observador, por isso ele é relativo. Segundo Paul Davies, Einstein “libertou o tempo, bem como o espaço, das limitações desnecessariamente rígidas do pensamento newtoniano, mas foi incapaz de integrar os conceitos recém-libertados de um espaço e tempo flexíveis em uma teoria apropriadamente unificada” (2000, p. 17).

A concepção de tempo subjetivista foi inaugurada na cena original montada por Aristóteles, citada acima, em que só a alma possui ser, ela é o centro, não mais como numeradora, mediadora, mas como relação em si mesma. Segundo José Carlos Reis, esse “ser do tempo quase confunde com o ser da consciência, pois é nele que ela existe. Ele é o meio em que evolui e se relaciona a si” (1997, p. 29).

Esta reflexão sobre o tempo da consciência será desenvolvida inicialmente por Plotino e Santo Agostinho. Segundo José Carlos Reis, eles revelaram uma dimensão interior

do tempo. Este seria mudança vivida pela consciência numa relação em si e com o mundo. O tempo não seria eterno; o tempo e a eternidade se opõem e se imbricam.

Plotino, ao criticar Platão, argumenta que o tempo não seria nem movimento, nem alguma coisa do movimento. O tempo para Plotino é o desejo de ser da alma universal. Para ele, argumenta Bernard Piettre,

o tempo é consequência da marcha inacabada do espírito que anima o mundo – astronômico (os astros são vivos), animal, humano (...) a nossa experiência de seres 'incompletos', como a de todas as coisas do mundo visível, do curso de nossa existência humana, da vida de todos os seres vivos, dos astros no céu, como por tentar – em vão – suprir essa carência, resume-se na experiência do tempo. (1997, p. 27)

Para Plotino, o tempo está ao mesmo tempo na alma e fora dela. Para André Comte-Sponville, a própria consciência – a alma, o espírito – é inteiramente temporal.

Seguindo as idéias de Plotino, Santo Agostinho defendeu a concepção de que o tempo não tem existência fora do espírito, sendo uma criação de Deus. Antes da criação, que se deu na palavra, não havia o tempo. “Criastes todos os tempos e existes antes de todos os tempos [ô Deus]. Não é concebível um tempo em que possa dizer-se que não havia tempo” (AGOSTINHO, 2000, p. 322).

A experiência revela, em Santo Agostinho, que o tempo da consciência

é primeiramente a sucessão do passado, do presente e do futuro. Ora, o passado não existe, uma vez que já não é, nem o futuro, já que ainda não é, quanto ao presente, ou ele se divide num passado e num futuro, que não existem, ou não passa de 'um ponto de tempo' sem nenhuma 'extensão de duração' e, portanto, já não é tempo, nada, pois, entre dois nada: o tempo seria essa modificação perpétua de tudo. (COMTE-SPONVILLE, 2000, p. 18)

Assim, para Santo Agostinho, o passado só existe na medida em que é lembrado, o futuro na medida em que é esperado, e o presente, quando se pensa nele. Santo Agostinho, a partir dessa idéia, cria uma divisão temporal baseada apenas no presente. Para ele, existe

apenas o “presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras” (AGOSTINHO, 2000, 328). Em outras palavras, para ele, a divisão temporal ocorre quando o indivíduo lembra no presente as coisas passadas; quando olha o presente das coisas presentes e quando tem esperança no presente de coisas futuras.

Segundo Comte-Sponville essa tripartição agostiniana não se dá no tempo real,

não é o tempo do mundo, não é o tempo da natureza: é [exclusivamente] o tempo da alma, é o tempo do espírito, e o que chamaríamos melhor de temporalidade, entendendo por isso a unidade – na consciência, por ela, para ela – do passado, do presente e do [futuro]. (2000, p. 31)

Ainda dentro da concepção de tempo subjetivo, Bergson afirma que o tempo se confunde com a continuidade de nossa vida interior. Segundo Gaston Bachelard,

Bergson evita, sem dúvida, inscrever o passado numa matéria, mas inscreve, mesmo assim, o presente no passado. A alma se manifesta do mesmo modo que uma coisa atrás do fluxo de seus fenômenos; na verdade ela não é contemporânea de sua fluidez. E o bergsonismo, que foi acusado de mobilismo, não se instalou contudo na fluidez da duração propriamente dita. Reservou uma solidariedade entre o passado e o futuro, uma viscosidade da duração, que fez com que o passado continue a ser a substância do presente, ou em outras palavras, que o instante presente nunca seja outra coisa que não o fenômeno do passado. (BACHELARD, 1994, p. 12)

Para Gaston Bachelard, foi Bergson que racionalizou o ser e o devir. Segundo José Carlos Reis, o tempo bergsoniano é a fluidez da vida interior, “é a continuação do que precede no que segue, é a transição ininterrupta, multiplicidade sem visibilidade e sucessão sem separação” (1994, pp. 32-33). Assim, o tempo bergsoniano busca o absoluto da duração pura. O tempo real não tem instante, mas uma linha determinada por pontos.

Gaston Bachelard, dando continuidade ao trabalho de Bergson, enfatiza o caráter da descontinuidade do tempo da consciência. O tempo bergsoniano contínuo não existe para Bachelard, pois para ele “o tempo tem várias dimensões; o tempo tem uma espessura. Só aparece como contínuo graças à superposição de muitos tempos independentes” (1994, p. 87). Nesse sentido, o autor propõe que o tempo idealizado tem constância sem ter continuidade.

Bachelard não acredita em um tempo único, mas num tempo multifacetado; acredita ainda numa dialética da duração de tempos diversos e descontínuos.

Como último representante da percepção do tempo subjetivista, podemos apontar a tese de Levinas. Este defende que o tempo não é objetivo, mas também não tem a subjetividade da alma do universo. O tempo aparece na relação de um sujeito com outro.

Mesmo o tempo não apresentando um *ser* real, ele apresenta uma estrutura, marcada pela sucessão e pela simultaneidade. Esta estrutura pode se apresentar de três formas, na classificação de Barreau: circular, linear e ramificado. O modelo circular, baseia-se no “movimento regular e circular dos astros, que dá nascimento aos dias, meses e anos, que permite a datação e a medida. Aqui, predomina a noção de simultaneidade sobre a sucessão (...) nesse modelo, o tempo se impõe como 'medida', número de todas as durações” (REIS, 1994, p. 42).

No segundo modelo, o linear, “os instantes não são jamais os mesmos o que é compatível com a experiência comum do tempo (...) o tempo foge, transcorre, sem parar, implacável, indiferente, impessoal” (ibid, p. 43). A tese de Barreau, é que os dois modelos, aparentemente contraditórios, sempre se combinam. Já o modelo ramificado, trabalharia com o devir, enquanto ramificação para o futuro e eclipsando a ramificação para o passado.

Se o tempo não é, como ele pode apresentar uma estrutura? questiona-se Reis, que também responde: porque ele é sempre pensado como sucessão entre passado, presente e futuro. Mesmo que os físicos achem que esta distinção não exista, não passe de ilusão, a consciência empírica não acha.

Dessa relação, Lavelle afirma que o passado é o mais sólido na estrutura; ele é o único objeto de conhecimento, pois penetra no presente e determina o futuro. “Ele é o realizado, mas não existe em si. Ele se confunde com a 'reconstrução' que se faz dele. Ele existe no presente, como memória, reconstrução” (ibid, p. 51).

O presente seria o corpo do passado, a transição entre este e o futuro,

momento em que o futuro emerge e o passado afunda, ou ao contrário, isto é, momento em que o passado se torna mais longo e o futuro mais curto, qualquer que seja a lonjura presumida de um e de outro. Através do presente, o futuro mergulha no passado, acrescentando mais passado ao ser geral do tempo. Diferentemente do passado, que é reconstruído, o presente é 'percepção', é um estado real da duração da consciência. (ibid, p. 53)

Se o passado é lembrança, o presente, iniciativa (percepção), o futuro seria caracterizado pela espera. Nesse sentido, o futuro é o portador da inquietude, da instabilidade, da esperança de ser.

Alguns analistas discordam dessa divisão temporal, como é o caso de André Comte-Sponville, que defende o presente como único momento temporal, como também fez Santo Agostinho.

Ser é ser presente no espaço e no tempo; é portanto ser fisicamente e atualmente presente. Como então seríamos outra coisa senão o que somos? Outra coisa senão o que fazemos? Outra coisa senão o que devimos? Em suma, o que a consciência nos ensina ou nos sugere, quando tenta pensar o tempo tal como ele é (e não tal como ela o vive: como temporalidade extática ou intencional, como retenção ou protensão, como prospecção ou retrospecção, como esperança ou saudade ...), é que o tempo é o presente, logo que o tempo é a eternidade, logo que o tempo é o ser, logo que o tempo é a matéria, logo que o tempo é a necessidade, logo que o tempo é o ato (COMTE-SPONVILLE, 2000, pp. 49-50).

Já para Guyau, há uma linearidade entre o passado e o futuro, e, portanto, três tempos justapostos. O próprio Heidegger pressupõe uma temporalidade articulada entre futuro, passado e presente.

Seja na perspectiva objetivista, seja na subjetivista, o tempo é pensado, segundo Norbert Elias, como um dado natural. Num dos casos, tratando-se de um dado objetivo, no outro, uma simples representação subjetivista enraizada na natureza humana.

O fato é que o ser do tempo apresenta várias formas. Ele é um fato construído numa sociedade, num tempo e num espaço, “é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e a tarefas específicas dos homens” (ELIAS, 1998, p. 09). Prova disso

é a multiplicidade de formas de vê-lo. Nas sociedades camponesas mais afastadas do mundo moderno, o tempo ainda é o da natureza, cíclico. Já para nós, seres citadinos, o tempo é determinado pelo relógio, em que cada segundo é observado com um certo interesse.

Sobre a disciplinarização do mundo moderno Michelle Perrot, ao falar dos regulamentos fabris afirma que no “começo, os regulamentos fixam os horários e o valor das multas incluem sobretudo prescrições morais”. (1992, p. 68)

Thompson afirma que a regularização do tempo começa antes do sistema industrial. Para ele:

Toda a economia familiar do pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocações de papéis e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão-de-obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado. (2002, p. 272)

Sobre o mundo industrial, ele afirma que:

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro. (ibid, p. 294)

Assim, para Thompson a disciplinarização do tempo é um fenômeno cultural, de transformação social.

2. TEMPO E ESPAÇO OU O TEMPO DA FÍSICA

Falar de tempo físico ou do tempo da natureza é rediscutir, sob outros moldes, a perspectiva do tempo objetivo, implacável, desumanizado. Mesmo correndo o risco de nos

tornarmos redundantes, esta discussão faz-se necessária pelo fato de a física do século XX ter revisto a concepção da própria cientificidade de suas práticas, ao reelaborar o conceito de tempo a partir da Teoria da Relatividade Geral.

Uma das mais célebres obras escritas sobre a concepção do tempo físico é **Uma Breve História do Tempo**: do Big Bang aos Buracos Negros, de autoria de Stephen W. Hawking, um dos mais respeitáveis físicos do século XX. Esta obra foi uma das primeiras tentativas de popularizar as questões do espaço e do tempo discutidas pela física moderna. Depois dela, quase todos os físicos buscaram escrever algo sobre o assunto, bombardeando os leitores com vários títulos bastante sugestivos e interessantes.⁶⁵

Mesmo diante deste quadro, optei em seguir o argumento de Hawking por três motivos metodológicos: em primeiro lugar, por ser o autor um dos mais renomados físicos pós-Einstein; em segundo lugar, por sua obra ser, como já dito acima, o ponto de referência nesta discussão. Uma terceira causa pode ainda ser elencada, a saber: boa parte das discussões contemporâneas, realizadas pelos físicos, parecem ser recorrentes, se fazendo desnecessária uma grande bibliografia para pontuar a perspectiva temporal. Citar muitos autores, nesse caso, seria entediante e pouco proveitoso para a idéia geral deste capítulo, que é apresentar um panorama geral de como a filosofia, a física e a história compreendem o tempo.

A princípio é preciso destacar que, apesar de, em seu título, a obra de Hawking evocar a *história* do tempo, o autor escreve uma história da evolução do pensamento da física – enquanto campo do conhecimento natural – que vai dos primeiros pressupostos quanto à natureza do espaço e tempo, até à noção contemporânea de não-espaço, ou seja, o buraco negro. Neste sentido, a idéia de que o tempo físico associa-se ao espaço é reforçada, além da idéia de que o tempo físico é uma medida quantificável.

⁶⁵ HAWKING, 1999.

Os primeiros esforços para compreender o espaço e, conseqüentemente, o tempo, parte dos gregos, a exemplo de Aristóteles, quando este defende que a terra era uma esfera e não uma massa achatada, discóide. Ele chega a esta conclusão, tendo por base três argumentos. Primeiro, porque observou que todo eclipse lunar – quando a Terra se posiciona entre o Sol e a lua – acaba projetando uma sombra esférica sobre a Lua. A idéia principal é que se a terra fosse achatada, esta sombra teria que ter um formato alongado e elíptico, não esférico.

O segundo argumento aristotélico baseava-se na observação da estrela polar. Quando se observava esta estrela de uma região mais ao sul, ela aparenta estar mais próxima da terra, ao contrário se observada de regiões mais ao norte. Se o planeta fosse plano, como afirmavam alguns, a distância aparente seria a mesma, portanto, a terra não poderia ser achatada. O terceiro argumento surgiu de uma situação semelhante. Os gregos, povo marítimo por natureza, ao olharem para o horizonte, se questionavam sobre o motivo de se avistar primeiro as velas de um navio e não todo ele. Se a terra fosse plana, o navio apareceria como um todo; como ela não é, primeiro aparece a parte mais alta e depois, a mais baixa.

Porém, por pressupostos místicos, os gregos em geral, e Aristóteles em particular, acreditavam, segundo Hawking, que a terra era estática e que os outros astros celestes deslocavam-se em órbitas circulares à sua volta.

Tal idéia fora formulada por Ptolomeu no século II, dentro de um modelo cosmológico completo. A Terra ficaria no centro, circundada por oito esferas que seriam a Lua, o Sol, as estrelas e os cinco planetas conhecidos à época: Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno. (HAWKING, 1999, p. 19)

Em 1514, Nicolau Copérnico propôs um modelo mais simplificado do que o de Aristóteles. Sua idéia, era de que o sol era o centro estático, tendo os outros planetas uma órbita circular a sua volta. Informa Hawking que tal idéia só foi considerada seriamente quase um século depois, tanto por Galileu Galilei quanto por Johannes Kepler. Este último

aprimorou a idéia de Copérnico ao sugerir que as órbitas percorridas pelos planetas não eram circulares, mas elípticas (uma elipse é um círculo alongado).

A explicação do porquê dos corpos celestes girarem em torno do sol, só apareceu em 1687 quando Isaac Newton publicou seus princípios matemáticos da filosofia natural, e com eles, a lei da gravidade⁶⁶.

Para Hawking,

o modelo de Copérnico libertou-se das esferas celestes de Ptolomeu e, com elas, da idéia de que o universo tenha um limite natural. Uma vez que, independente da rotação através do céu, provocada pelo movimento rotativo da Terra em torno de seu eixo, é natural supor que as estrelas sejam corpos semelhantes ao sol, só que muito mais distantes. (ibid, p. 22)

É preciso destacar que, antes do século XX, acreditava-se que o universo sempre existira em estado imutável, num tempo finito no passado. Muito antes desta discussão, salienta Hawking, já se discutia se o universo teve um início ou não. No geral, um certo número de cosmologistas apontavam o começo do universo num tempo não muito distante e finito no passado. Santo Agostinho acreditava que esse início deu-se aproximadamente há 5000 anos antes de Cristo.

Essa questão dos primórdios do universo foi analisada por Kant, na ***Crítica da Razão Pura***, publicada em 1781. Segundo Hawking, o argumento kantiano gira em torno do conceito de antinomias da razão, ou seja, para Kant havia argumentos igualmente fortes tanto para acreditar na tese de que o universo teve um começo, quanto na antítese de que ele existiu desde sempre. Esse argumento, sublinha Hawking, baseia-se na própria noção de tempo de Kant. Para ele, o tempo sempre existiu, não importando se o universo tenha existido ou não. A

⁶⁶ "Cada corpo no universo é atraído por todo e qualquer outro corpo, por uma força tanto mais intensa quanto mais próximos forem os corpos e mais próximos estejam uns dos outros" (Hawking, 1999, p. 22).

idéia de tempo de Santo Agostinho contradiz a de Kant, pois afirma que o tempo é uma propriedade do universo criado por Deus.

A polêmica sobre o surgimento do universo só foi solucionada em 1929, quando Edwin Hubble observou que as galáxias estavam se afastando umas das outras, o que significa que o universo estava se expandindo. “As observações de Hubble sugeriam que teria havido um tempo, chamado instante do Big Bang, em que o universo fora infinitesimalmente pequeno e infinitamente denso” (ibid, p. 27).

Se o universo teve início há mais ou menos 10 a 15 bilhões de anos atrás (alguns especulam 20 bilhões), o tempo também teve um princípio? Baseado na teoria da relatividade, os físicos afirmam que o tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas que eles se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Nesse sentido, o tempo surge com o Big-Bang ou no mínimo se refez já que o próprio espaço sofreu uma drástica revolução, modificando o que existia outrora.

Segundo Paul Davies, a “novidade do tempo de Einstein foi o fato de conectar o tempo ao espaço fisicamente, e não apenas metaforicamente. A teoria da relatividade entrelaça espaço e tempo de um modo bastante preciso e íntimo” (2000, p. 94).

O espaço-tempo, segundo Bernard Piettre, constitui um *continuum* quadrimensional,⁶⁷ não se podendo dissociar as coordenadas de um corpo no espaço e coordenadas desse mesmo corpo no tempo. O tempo, nessa perspectiva, seria a quarta parte da coordenada dentro de um espaço quadrimensional.

Um dos principais questionamentos dos físicos é: se o tempo teve um início, ele terá um fim? Ou melhor, qual o sentido do tempo? Existe uma seta do tempo, implacável, que atravessa o coração do espaço? Para Hawking, as leis

⁶⁷ O espaço quadrimencional seria um espaço tridimensional com um observador que se encontra fora dessa realidade, que compõe o quarto ponto.

científicas não distinguem entre as direções para frente e para trás do tempo. Entretanto, há pelo menos três setas do tempo que distinguem o passado do futuro, que são a seta termodinâmica, direção do tempo em que a desordem aumenta; a seta psicológica, direção do tempo na qual se recorda o passado e não o futuro; e a seta cosmológica, direção do tempo em que o universo se expande mais do que se contrai. (1999, pp. 210-211)

Para a física, esta seta levará o universo a um colapso chamado Big Crunch, ou seja, o recomeço e isto aconteceria infinitamente, num eterno retorno.

Assim, a velha idéia de um universo imutável, que tenha sempre existido e continue indefinidamente, é substituída pela noção de um universo dinâmico, que parece ter começado num tempo finito passado e que deve terminar num tempo finito futuro, e ressurgir num tempo presente pretérito.

Antes de trilharmos a última etapa deste capítulo, é preciso destacar que, para os físicos, o tempo está associado diretamente ao espaço, não é à toa que o próprio livro de Hawking parte do princípio, segundo Paul Davies, de que o tempo começou quando o universo começou. É por isso que o tempo físico é quantificável, numerável.⁶⁸

3. TEMPO E HISTÓRIA

Como vimos, há duas perspectivas sobre o tempo. Uma que vê o tempo como movimento, caracterizado pela medida, quantidade, abstração, reversibilidade. Outra referente às mudanças vividas pela consciência, tendo como características a incomensurabilidade, a qualidade, o vivido concreto, a irreversibilidade.

Estas duas formas de ver o tempo, uma física e a outra filosófica, pensam modelos puros, excludentes mutuamente. Tanto uma quanto a outra especializaram-se numa forma de

⁶⁸ Segundo Paul Davies, após a teoria de Edwin Hubble de que o universo estava em expansão, a física passou a considerar o Big-bang como a origem do próprio tempo. “Se o próprio tempo começou com o big-bang, não houve um ‘antes’ em que algo pudesse acontecer”. (2000, p. 173) Por outro lado, esse universo que surgiu num momento chamado Big-bang, chegará a um fim, especulam os físicos, num momento chamado Big Crunch.

vislumbre do tempo distinto: ou ele é numerável, objetivo ou ele é psicológico, individual. Esta inflexibilidade dual não foi esclarecida nem com as afirmativas mais veementes feitas por Einstein, de que o tempo depende do observador, sendo, portanto, relativo. Einstein não relativizou apenas o tempo, mas o próprio conceito de ciência pura: a verdade esta lá fora, e ela não é totalmente absoluta.

A grande questão, entretanto, é saber se realmente é possível separar a consciência e a natureza no estudo do tempo. Segundo Reis, o tempo, como compreensão coletiva, é impensável sem o tempo psicológico individual, que depende do tempo biológico, que é impensável sem as condições cosmológicas. Assim, o problema da articulação entre tempo da natureza e o tempo da consciência persiste, gerando outra indagação: seria o tempo histórico o ponto de interseção entre o tempo da natureza e o da consciência?

Paul Ricoeur, no seu já clássico **Tempo e Narrativa**, situa o tempo contado pelo historiador entre o tempo cósmico e o tempo íntimo. Ele vê, nas intrigas inventadas primordialmente por historiadores, o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda. Assim, Ricoeur defende a tese de “que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85, v. I).

Para ele, o caráter narrativo da história não deve ser confundido com a “história narrativa dos acontecimentos”. Sua convicção é a de que “se a história rompesse todo e qualquer laço com *a competência de base que temos de seguir uma história* e com as operações cognitivas da compreensão narrativa (...) ela perderia seu caráter distintivo no concerto das ciências sociais: cessaria de ser história”. (Ricoeur, 1994, v. I. Grifos do Autor)

Mesmo a história que pretende se distanciar da narrativa “continua a ser ligada à compreensão narrativa por um laço de *derivação*, que se pode reconstituir passo a passo, grau

por grau, por um método apropriado”. (ibid, p. 134, v. I. Grifos do Autor) Nesse sentido, Ricoeur entende a narrativa como a condição última de inteligibilidade do campo histórico.

O tempo histórico se articula nas configurações narrativas que descreve como sendo mimese II (intriga) e, “por meio destas, enraíza-se na temporalidade característica do mundo da ação”. (ibid, p. 134, v. I)

Além disso, Ricoeur afirma que, ao responder às aporias da fenomenologia, a História elabora um terceiro tempo, “que faz a mediação entre o tempo vivido e o tempo cósmico” (ibid, p. 174, v. III). Nesse sentido, ele vê a prática histórica reinscrever o tempo vivido sobre o tempo cósmico utilizando “instrumentos de pensamento tais como o calendário, a idéia de seqüência das gerações e a idéia, conexa, do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, enfim e sobretudo, pelo recurso a arquivos, documentos e rastros” (ibid, p 179, v. III. Grifo do autor).

Para ele, o calendário seria a primeira ponte entre o tempo vivido e o tempo cósmico, por “constituir uma criação que não depende exclusivamente de nenhuma das duas perspectivas sobre o tempo: embora participe de uma e de outra, sua instituição constitui a invenção de um terceiro-tempo” (ibid, p. 180, v. III. Grifos do autor). Para ele, é a universalização do tempo-calendário que o torna um terceiro-tempo entre o tempo psíquico e o cósmico.

Indispensáveis na vida dos indivíduos e das sociedades, os mais diversos calendários apresentam uma estrutura comum: há sempre um evento fundador (momento axial) como o nascimento de Cristo, ou as cheias do rio Nilo; deste ponto zero, marcam-se duas direções, do passado ao presente e do presente ao passado; e, por fim, fixam-se as unidades de medida, ou intervalos constantes (ano, mês, dia).

Esse tempo-calendário mantém, do tempo físico, as características de continuidade, uniformidade, infinitude, linearidade, não tendo um presente fixo. Este tempo-

calendário acaba cosmologizando o tempo vivido e humanizando o tempo cósmico graças à originalidade do momento axial, que exterioriza tanto o tempo físico quanto o tempo vivido.

A outra ponte que torna o tempo histórico um terceiro-tempo, é alicerçada na idéia de seqüência das gerações. O movimento da vida e da morte produz o reconhecimento de que a história é a história de homens mortais. Essa ligação entre tempo vivido e tempo natural-biológico é representada pela sucessão das gerações que dialogam entre si, influenciam e participam de um destino comum, vencendo, do lado biológico, a morte da consciência, o esquecimento.

Para Ricoeur, a história refigura o tempo graças à idéia de rastro. Seguir o rastro é, para ele, uma maneira de contar com o tempo; remontar o rastro é decifrar, no espaço, o estiramento do tempo. Assim, a história

refigura o tempo construindo a junção que efetua o recobrimento do existencial e do empírico na significância do rastro. Sem dúvida, o historiador, enquanto tal, não sabe o que faz ao constituir signos como rastros. Ele permanece, para com eles, numa relação de uso. É ao freqüentar os arquivos, ao consultar documentos, que ele se põe a rastrear o passado tal como foi. O que significa o rastro é um problema não do historiador-cientista, mas sim do historiador-filósofo. (ibid, p. 209, v. III)

Essa reconfiguração temporal ocorre na construção da intriga e aparece dentro da narrativa, isso tanto na obra literária quanto na histórica.⁶⁹

Segundo Ivan Domingues, no livro **O Fio e a Trama**, quando a hermenêutica ricoeureana fala do tempo da história, está falando do tempo da historiografia e não do tempo da história. Isto porque a hermenêutica, quando trata do tempo da história, parte dos

⁶⁹ Sobre a diferença entre a obra literária de ficção e a histórica ver também Veyne (1998, pp. 17-24).

paradigmas da linguagem, onde o tempo histórico é tratado como tempo gramatical ou verbal.⁷⁰

Segundo Koselleck⁷¹, discutir o tempo histórico é a mais difícil tarefa, pois as fontes históricas jamais informam sobre o tempo da história, mas sobre fatos e pensamentos. Assim, para ele, o tempo histórico não existe sem as medidas das unidades do tempo natural.

A questão maior para Koselleck seria como, em cada presente, as dimensões temporais do passado e do futuro são postas em relação umas com as outras. Para ele, ao determinar a diferença entre passado e futuro, entre **campo de experiência e horizonte de espera**, em um presente, é possível conhecer o tempo histórico.

A História em Koselleck é apresentada como relações diferenciadas entre presentes diversos com suas experiências retidas e esperas atualizadas.

Assim, não se pode falar de um tempo histórico único, mas de tempos históricos plurais, como são plurais as sociedades e heterogêneas; não se pode falar de um tempo histórico linear, pois as mudanças, quando não reduzidas ao número, não têm direção dada antecipadamente, e as sociedades se relacionam diferentemente, em cada época, ao seu próprio passado e ao seu futuro. (REIS, 1994, p. 84)

Os historiadores mais heterodoxos, ao contrário de Koselleck, fazem coincidir o tempo histórico com a relação presente-passado, passado-presente. Assim, estes historiadores apagariam o presente da análise, classificando-o como apenas o lugar em que se encontra o historiador, um ser social. Essa história privilegia os eventos, por apresentar uma obsessão quanto à precisão e exatidão na reconstituição do passado. “O passado como objeto dessa história é objetivado, é posto como exterior ao presente e apreensível com precisão e exatidão,

⁷⁰ Ver DOMINGUES, 1996, pp. 65-94. Neste texto o autor levanta outras duas hipóteses: que a filosofia, ao falar do tempo histórico, fala do tempo não da história; e que quando a historiografia, ao se propor a mesma tarefa, acaba falando da história e não do tempo. Para sair desse impasse, Domingues propõe uma ontologia: 1) que fixe o laço entre tempo e eternidade; 2) o restabelecimento da transcendência, da potência e da universalidade do tempo, em conexão com a imanência, assegurando a especificidade das várias formas de temporalidade; 3) e fundar o tempo da história na ação, não como linguagem ou privação do ser, mas como práxis e criação do ser.

⁷¹ Ver KOSELLECK, 1990.

baseando-se em fontes seguras. Esse passado é concebido como uma sucessão de eventos bem reconstituídos e precisamente datados” (ibid, p. 84).

O tempo histórico, concebido como passado, aparece no seio da história nas três perspectivas científicas da história, ou como Ciro Flamarion Cardoso chama o paradigma iluminista da história.⁷² Para o **positivismo rankeano**, o passado se impõe ao presente e o isola. O tempo é o do objeto, e o objeto é o passado, portanto só existe o passado. Nesta concepção temporal, o presente é o local do historiador, e o futuro, "coisa de cartomante".

Já para o **historicismo**, o passado não isola o presente, mas o presente se impõe ao passado como problematizador. O único tempo que importa é o presente, que busca uma concentração do passado.

E por fim, o tempo dos **Annales**, em que o passado mantém sua diferença em relação ao presente e vice-versa, relacionando-se e determinando-se reciprocamente. Nestas três concepções, o tempo ora se naturaliza, quando o passado se impõe; ora o tempo se conscientiza, quando o presente se impõe.

A grande questão posta é saber em que categoria o tempo histórico se enquadra. Seria ele natural ou consciente? Ou seria o tempo histórico um terceiro tempo?⁷³

Esse terceiro tempo deverá inscrever o tempo cósmico, caracterizado pelo número do movimento natural, no tempo da consciência, marcado pela mudança humana (irreversível, direcionado, heterogêneo, descontínuo), e vice-versa, de tal forma que se constitua um tempo original.

Uma resposta a esta questão seria parcialmente negativa e parcialmente positiva. Se, por um lado,

⁷² Ver CARDOSO, e VAINFAS, 1997, pp. 01-26.

⁷³ Como vimos, Ricoeur considera o tempo histórico uma terceira via entre o tempo natural e o da consciência, pois articula, através da narração o tempo vivido e o cósmico.

de fato, pelo tempo calendário, a história humana inscreve-se no tempo cósmico. Como 'sucessão de gerações', a história humana se inscreve no tempo biológico; como 'acúmulo de vestígios materiais', a história se inscreve num tempo estratigráfico da natureza, isto é, coisas materiais que se dispersam em uma certa ordem, e acumulam-se e superpõem-se; por outro lado, nessa inscrição mesma na natureza, o tempo da consciência mantém-se exterior a ela e o tempo histórico revela essa não-assimilação recíproca da consciência e da natureza. (REIS, 1994, pp. 86-87)

Por outro lado, poder-se-ia argumentar que o tempo histórico não só não realiza essa síntese original, como ele reproduz a divisão básica do tempo natural e da consciência, revelando antes a sua impossível mediação. O tempo histórico pode ser dividido em tempos naturalistas e tempos culturalistas, isto é, ora ele exagera o seu lado natural, ora exagera o seu lado cultural.

A *Nouvelle Histoire* – a história produzida sob a influência das ciências sociais – mesmo promovendo uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico – o tempo deixa de ser exclusivamente evento e sucessão, e passa a incorporar a simultaneidade e a repetição –, não resolveu esta aporia do terceiro tempo, mesmo utilizando o tempo estrutural, que é o mais próximo da síntese entre o tempo da consciência e o material.⁷⁴ Analisemos os três grandes arquitetos dos Annales: Febvre, Bloch e Braudel.

O próprio Lucien Febvre, no corpo de sua obra, vai rejeitar o tempo histórico **positivista** por ser tecido de eventos sucessivos. Contra esse tempo construído (ou seja, dado como eterno), Febvre proporá um tempo reconstruído; contra a narrativa eventual, defenderá uma história-problema

que integra o evento único em uma ordem conceitual, sem perder de vista a ordem cronológica. Datar com precisão continua sendo primordial. Mas não basta: faltam o conceito, o problema, as hipóteses, a interpretação, o sujeito do conhecimento. O conceito de longa duração já aparecia em suas formulações, mas ele mais o praticou do que tematizou. (REIS, 1994b, p. 33)

⁷⁴ Esse contato com as ciências sociais promove, segundo Reis, duas alterações na história. Em primeiro lugar, a história modificou o seu campo de análise, ao abandonar os objetos tradicionais (política, biografia). Em segundo lugar, a *Nouvelle Histoire* modificou o campo das técnicas e métodos (observação documental). A Terceira Geração dos Annales tem promovido o retorno dos objetos tradicionais dos historiadores sob uma nova roupagem metodológica e teórica.

Para Febvre, o tempo histórico não coincide com o tempo da experiência histórica; o historiador, ao reconstituir o que passou, reconstrói o que se passou. Os fatos não são apreendidos, mas fabricados a partir da observação, das fontes, dos documentos e, sobretudo, das hipóteses e conjecturas. Assim, para Febvre, o historiador parte do presente para conhecer o passado, não do passado para legitimar o presente.

Febvre apresentará contra uma história-museu – colecionadora de antiguidades, – uma história-problema. O conhecimento do passado apoiar-se-á na interpretação e organização dos problemas e através de conceitos. Segundo Reis, “o resultado final é um passado que o presente tem necessidade de conhecer” (1994b, p.35).

O tempo da história-problema apresenta um duplo sentido:

teórico, que significa a problematização do passado, em vez de sua recuperação, tal como se passou; prático, pois este conhecimento-reabertura do passado pretende informar a ação presente não pela sua legitimação ou mesmo pela sua orientação, mas pelo exercício da crítica do presente, o que a impede de aderir a este ideologicamente. O tempo da história-problema é uma dialética de aproximação e distanciamento tanto do tempo passado, reconstruído, quanto do tempo presente, vivido. Presente, passado e seu conhecimento constituem três tempos diferentes: o presente exige a ida a um certo passado, para melhor se localizar; este passado é reconstruído por um conhecimento que procura se diferenciar, tanto deste passado quanto deste presente que o inspira, ao mesmo tempo que pretende esclarecê-los e promover o diálogo entre eles. (REIS, 1994b, pp. 35-36)

O interessante é que, para Reis, Febvre, dentro dos Annales, é ao mesmo tempo o mais agressivo promotor e o mais ilustre desconhecido. Seu lugar é original, devido à sua compreensão do tempo histórico como “tempo da alma ou da consciência”. É graças a essa perspectiva que Febvre pertence às extremidades do movimento dos Annales:

ele a fundou, foi esquecido entre os anos 60/70 e volta a ser importante nos anos 80/90. O lugar que volta a ocupar deve-se, principalmente à sua compreensão do tempo histórico que, embora influenciada pelas ciências sociais, ainda o mantém ligado ao tempo de uma certa filosofia, a hermenêutica. (REIS, 1994b, p. 37)

Ao contrário de Febvre, Bloch rompe efetivamente com o tempo histórico tradicional, tornando-se, nas palavras de Reis, “um historiador específico do século XX” (1994b, p. 46). O que concede este título a Bloch é sua compreensão do tempo histórico.

Sob a influência da sociologia durkheimiana, Bloch tenderá a apagar da sua obra a presença do evento e a pensar estruturalmente o tempo vivido. Ao contrário de Febvre, ele não vai do grande evento intelectual a sua estrutura, mas analisa estruturas onde os eventos são tratados como meros sinais reveladores e em posição secundária. (ibid, p. 47)

O tempo em Bloch não é o da alma ou da consciência, mas o tempo inconsciente da coletividade. Ele não reduz o tempo humano ao tempo natural, produz no primeiro as características deste. Não é à toa que, para Bloch a história é a “ciência dos homens, no tempo. O historiador não apenas pensa o 'humano'. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração” (2001, p. 55).

É a partir da categoria duração que o autor defende que o tempo é, por natureza, um *continuum*, mas também perpétua mudança. A história para Bloch seria totalizante, pois as estruturas econômicas-sociais-mentais são interdependentes, interagindo continuamente, formando a totalidade social.

Na obra **Apologia da História, ou, O Ofício do historiador**, Bloch analisa as relações entre sociologia e história no início do século XX. Este período da historiografia, segundo ele, sofreu da obsessão do tempo da física. A partir desta obsessão, alguns historiadores cogitaram a possibilidade de se estender no espírito o esquema temporal das ciências naturais, o que tornaria a história um conhecimento autenticamente científico. Assim, a história do início do século XX passou a ter duas alternativas metodológicas: ou se submetia ao tempo físico ou ela não se submetia e continuava um falso saber. Segundo Reis, “a posição

de Bloch é ambígua: a história poderia produzir um conhecimento científico, mesmo mantendo a especificidade do seu tempo” (1994b, p. 51).

Bloch acabou elaborando um terceiro caminho entre uma história naturalista e uma história espiritualista ao afirmar o caráter diferenciador do tempo humano: ele é mudança e duração ao mesmo tempo; ele possui características naturais, sem ser naturalizado.

Nesse sentido, Febvre abriu o caminho subjetivista dos *Annales*, e Bloch o caminho objetivista (no sentido em que, mesmo não reduzindo o tempo da consciência ao da natureza, ele o aborda de forma naturalista). Portanto, Febvre e Bloch continuaram a primeira aporia, ou seja, sustentaram a impossibilidade de conciliação entre tempo da consciência e o tempo da natureza.

Herdeiro desta tradição, Braudel vai elaborar um conceito de tempo baseado nas duas tendências representadas pelos pais fundadores dos *Annales*. A partir de Braudel, o movimento dos *Annales* tornar-se-á estrutural, serial ou evento-estruturado.

Enquanto serial ou estrutural, Braudel liga seus sucessores à linha aberta por Simiand, Bloch e Labrousse. Enquanto evento-estruturado, Braudel preserva a contribuição de Febvre, que só vai reaparecer nos anos 80/90. A história serial é principalmente econômica e privilegia os ciclos e conjunturas da estrutura econômica. A história estrutural privilegia o tempo quase imóvel das estruturas econômicas, sociais, demográficas, geográfica e mental. (REIS, 1994b, p. 59)

A idéia de tempo braudeliano reflete, ainda mais, o ponto de vista das ciências sociais que o de Bloch. Para ele, a mudança só é apreendida ao se pressupor a duração; e a duração só é apreensível através da reiteração de certos fatores em cada uma das situações concretas. Para Braudel, há uma articulação entre os ritmos temporais: tempos longos, médios e curtos. Esta articulação se dá na longa duração.

De fato, as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é apenas a duração que é criação do nosso espírito, mas as fragmentações desta duração. Mas estes fragmentos

reúnem-se no fim do nosso trabalho. A longa duração, conjuntura, acontecimento, ajustam-se sem dificuldade, posto que todos tem a mesma escala de medida. (BRAUDEL, 1972, pp. 59-60)

É no **Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II** que os ritmos temporais braudelianos aparecem mais claramente. No primeiro volume, a história é quase imóvel, referindo-se a uma história das relações do homem com o meio que o cerca. No segundo volume, o ritmo é dialeticamente lento e conjuntural. Aqui, o tempo acelera e desacelera. “Eis, portanto, os ritmos do segundo livro: estruturas e conjunturas econômicas, sociais, culturais, militares, demográficas e técnicas. Permanências que sofrem mudanças internas, que se articulam sobre resistências permanentes” (REIS, 1994b, p. 88).

Já no terceiro volume, o tempo é rápido, rasteiro, marcado pelos acontecimentos singulares do dia-a-dia. Aqui completa-se a dialética da duração braudeliana. O tempo é diverso: passado e presente, presente e passado, tempo real e tempo reconstruído. Um por todos, e todos em um. Nesse sentido, a história total torna-se uma utopia, já que a realidade em si é composta de realidades parciais dificilmente articuláveis entre si.

As gerações que seguem Braudel, dentro da historiografia francesa vinculada aos *Annales*, acabaram concebendo um novo tempo histórico. Tais gerações continuaram a pensar o tempo de forma ampla, e o espaço de forma reduzida, deixando de acreditar em ritmos históricos múltiplos. Por exemplo, a história serial verá o tempo como ciclo, a pesquisa privilegia os ritmos conjunturais diversos. Ela retorna à longa duração e faz retornar o evento como motor da escrita da história.

Segundo Reis, esta concepção do tempo histórico faz fronteira com a hermenêutica e o marxismo, que têm também como objeto o evento estruturado. Porém, a hermenêutica privilegia o tempo subjetivo da consciência e o marxismo pensa estruturalmente a contradição e os conflitos sociais. O que os aproxima e os torna fronteiros, é a percepção estruturada do evento histórico.

Essencialmente, a mudança mais profunda promovida pelos Annales se deu na concepção de tempo. “Se a história dos Annales pode se pretender nouvelle é porque ela apresentou, de fato, uma nova concepção do tempo histórico” (ibid, p. 126, Grifo do autor), o tempo longo.

Esse tempo longo (ou longa duração) vai rejeitar a idéia de progresso. A história não é entendida como tendendo assintomaticamente em direção a um ideal final (teleológico). Como vimos, esse tempo não é uno, mas plural, com ritmos variados: rápido, lento e muito lento. “O novo tempo histórico consiste em uma hipótese contrária à do tempo filosófico: o tempo não é progressivo, mas pluridirecionado; não é global, mas múltiplo” (ibid, p. 129).

Nos Annales, o tempo é uma realidade presente, dada nos fenômenos humanos concretos, ele consiste em suas durações e ritmos objetivos. Se, na perspectiva positivista, o passado isolava o presente e se constituía como um objeto em si; se, na perspectiva historicista, o presente absorve o passado, nos Annales, há uma relação de interrogação recíproca, “o passado não se isola do presente. Ele é abordado com base no presente e é este que levanta as questões sobre o passado que o ajudarão a melhor se conduzir e se compreender” (ibid, p. 133).

Ao considerar as estruturas duráveis como mais reais que os acidentes conjunturais, afirmam Agnes Chauveau e Philippe Tétart, erodindo a cadeia factual, a nova história (terceira geração dos Annales) acabou ignorando, na relação entre passado e presente, os estudos do contemporâneo. No mesmo artigo, os autores afirmam que os pais fundadores dos Annales já demonstravam um certo interesse pelo presente.⁷⁵

A longa duração buscou, inclusive, superar o próprio evento, tido como divulgador de um tempo muito rápido, mesmo não alcançando este objetivo.

⁷⁵ Ver CHAUCHEAU e TÉTART, 1999, pp. 07-38.

Ela se evade do evento de três maneiras essenciais: afetivamente, ela aspira à paz de uma longa duração e mesmo de uma muito longa duração, até mesmo à paz de uma história natural, imóvel, geográfica, sem os homens e seu tempo inquieto, criador de dramas; intelectualmente, ela propõe a separação dos tempos da pesquisa e do tempo vivido. O historiador reconstruirá seu objeto, vai cortá-lo em durações múltiplas, sob o domínio da longa duração e do desprezo do evento. Ele porá problemas, criará modelos e conceitos, vai se deixar inspirar pelo presente, mas não se submeterá aos seus ritmos e, por isso não procurará legitimá-lo ou defendê-lo. Finalmente, ele tratará seu objeto numericamente: quantificará, pesará, medirá, mapeará, construirá gráficos, tabelas, séries, datas exatas. (REIS, 1994b, p. 176)

É neste contexto de discussão sobre a natureza do tempo, e sob a influência da segunda geração dos Annales, contemporânea da História Social Inglesa, que Hobsbawm elaborará a sua própria concepção de tempo, que aparecerá em quatro artigos republicados em 1998 no livro **Sobre História**.

No primeiro, uma conferência do ano de 1970, promovida pela revista **Past and Present**, Hobsbawm busca discutir “O sentido do passado e a história”. Ele inicia o artigo, intitulado “O Sentido do Passado”, afirmando que todo ser humano tem consciência do passado (período anterior à memória individual) em virtude das suas relações com pessoas mais velhas.

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações. (1998c, p. 22)

A história, argumenta Hobsbawm, lida com sociedades e comunidades em que o passado é essencialmente o padrão para o presente. Nessas comunidades, cada geração reproduz sua predecessora até onde seja possível, e se considera em falta para com o passado na medida em que falha em copiar o passado. A inovação, nesse tipo de sociedade, se dá pela

seleção do que oficialmente foi o passado. Por outro lado, existem sociedades em que o passado é socialmente formalizado, a lei é igual ao costume. Em tais sociedades,

também é possível a inovação consciente e radical, mas pode-se supor que existam apenas poucas maneiras de legitimá-la. Ela pode ser disfarçada como retorno ou redescoberta esquecida ou abandonada, ou pela invenção de um princípio anti-histórico de força moral superior prescrevendo a destruição do presente/passado, como, por exemplo, uma revelação religiosa ou profecia. (ibid, p. 24)

Nessas sociedades, afirma Hobsbawm, a crença de que o presente deva reproduzir o passado implica numa ritmização lenta da mudança histórica. E acrescenta, a “crença de que a ‘sociedade tradicional’ seja estática e imutável é um mito da ciência social vulgar. Não obstante, até um certo ponto de mudança, ela pode permanecer ‘tradicional’: o molde do passado continua a modelar o presente, ou assim se imagina”. (ibid, p. 25)

Numa provável oposição entre sociedades tradicionais representadas pelos camponeses, e sociedades não tradicionais representadas pelos citadinos, o autor comenta que o “domínio do passado não implica uma imagem de imobilidade social. É compatível com visões cíclicas de mudança histórica, e certamente com a regressão e a catástrofe (ou seja, o fracasso em reproduzir o passado). É incompatível com a idéia de progresso contínuo”. (ibid, p. 25)

Segundo Hobsbawm, ainda sobre o sentido do passado, quando a mudança social transforma a sociedade para além de um certo ponto, “o passado deve cessar de ser o padrão do presente, e pode, no máximo, tornar-se modelo para o mesmo”. (ibid, p. 25) Nesse sentido, o passado acaba se tornando uma máscara para a inovação, “pois já não expressa a repetição daquilo que ocorreu antes, mas ações que são, por definição, diferentes das anteriores”. (ibid, p. 26)

Hobsbawm alerta para o perigo de se tentar restabelecer um certo passado longínquo no presente, pois “a demanda de restabelecer ou recriar um passado tão remoto que

possui pouca relevância para o presente pode ser igual a inovação total, e o passado assim invocado pode se tornar um artefato ou, em termos menos lisonjeiros, uma fabricação”. (ibid, p. 28)

Hobsbawm continua sua argumentação destacando que o problema de rejeitar o passado aparece quando a inovação é identificada tanto como inevitável, quanto como socialmente desejável, ou seja, quando representa progresso. “Paradoxalmente, o passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história direcional, de desenvolvimento ou evolução”. (ibid, p. 30) Em suma, Hobsbawm afirma que o passado é legitimador do presente; o passado não é compreendido como um conjunto de pontos de referência, mas como passado em via de tornar-se presente.

E quanto aos que também requerem previsão, para especificar o futuro como sendo diferente de tudo no passado?, pergunta Hobsbawm. Em todo caso, a forma do futuro

é vislumbrada mediante a procura de pistas no processo de desenvolvimento passado, de forma que, paradoxalmente, quanto mais esperamos inovação, mais a história se torna essencial para descobrir como ela será. Esse procedimento pode ir desde o muito ingênuo (...) até o intelectualmente muito complexo e intenso; mas, essencial, a história continua a ser a base de ambos. (ibid, p. 31)

Para o autor é inquestionável o valor da investigação histórica sobre “o que de fato aconteceu” para a solução desse ou daquele problema específico do presente e do futuro.

Por fim, ele busca traçar dois problemas que o uso social do passado ainda levanta: o do passado como genealogia e como cronologia. Segundo Hobsbawm, o sentido do passado como continuidade coletiva de experiência é surpreendentemente forte, mesmo para as sociedades centradas na inovação e, conseqüentemente, crentes na novidade como sinal de melhoria.

Com relação à cronologia, Hobsbawm considera ser difícil uma sociedade não achar conveniente registrar a duração do tempo e a sucessão dos eventos. Para ele, “a cronologia é essencial ao sentido histórico moderno do passado, já que a história é mudança direcional”. (ibid, p. 34). Para ele, a história (unidade de passado, presente e futuro) “pode ser algo universalmente apreendido, por deficiente que seja a capacidade humana de evocá-la e registrá-la, e algum tipo de cronologia, ainda que irreconhecível ou imprecisa segundo nossos critérios, pode ser uma mensuração necessária disso”. (ibid, p. 35)

O segundo artigo, intitulado “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?”, que trata da questão temporal foi compilado como conferência e ministrada em 1984 na Universidade da Califórnia por ocasião de seu septuagésimo quinto aniversário.

Hobsbawm começa o texto fazendo o que acredita ser uma pergunta que todo mundo faz, ou sempre fez desde que a humanidade passou a registrar suas experiências: “O que pode a história nos dizer sobre a sociedade contemporânea?” (ibid, p. 36)

Para ele, a postura que adotamos em relação ao passado, o presente e o futuro é uma questão de interesse vital, indispensável para qualquer sociedade. Assim, se torna “inevitável que nos situemos no *continuum* de nossa própria existência, da família e do grupo a que pertencemos. É inevitável fazer comparações entre o passado e o presente: é essa a finalidade dos álbuns de fotos de família ou filmes domésticos”. (ibid, p. 36)

Nesse sentido, os historiadores são o banco de memória da experiência. Teoricamente,

o passado – todo o passado, toda e qualquer coisa que aconteceu até hoje – constitui a história. Uma boa parte dele não é da competência dos historiadores, mas uma grande parte é. E, na medida em que compilam e constituem a memória coletiva do passado, as pessoas na sociedade contemporânea tem de confiar neles. (ibid, p. 37)

O problema não é saber se elas confiam, mas o que esperam obter do passado. Para Hobsbawm, uma das funções da história seria dizer como uma dada sociedade deveria funcionar. O passado seria o modelo para o presente e o futuro. A história, assim,

representava a chave para o código genético pelo qual cada geração reproduzia seus sucessores e organizava suas relações. Daí o significado do velho, que representava sabedoria não apenas em termo de uma longa experiência, mas da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas. (ibid, p. 37)

Nesse sentido, ele complementa, que “a história é, positivamente, a autoridade para o presente” (ibid, p. 37)

A segunda função da história e do passado é servir como modelo para um presente insatisfatório. “Os tempos passados eram definidos – muitas vezes ainda o são – como os bons tempos do passado, e é para lá que a sociedade deveria voltar”. (ibid, p. 38)

Hobsbawm alerta que essa ligação da história como experiência acumulada, não é tão relevante. O presente não é, e nem pode ser, uma cópia-carbono do passado, nem pode utilizá-lo como modelo em nenhum sentido operacional. Entretanto, o autor destaca ainda, que o passado retém sua autoridade em alguns assuntos humanos, todos relacionados à experiência histórica acumulada.

Para Hobsbawm, a história ao generalizar, sempre está atenta à dessemelhança. Além disso, ele considera que uma “das funções menores dos historiadores é mostrar que a inovação não é e não pode ser absolutamente universal”. (ibid, p. 41)

Por fim, o autor admite que na prática o que a história pode dizer sobre a sociedade contemporânea baseia-se numa combinação entre experiência e perspectiva histórica. “É tarefa dos historiadores saber consideravelmente mais sobre o passado do que as outras pessoas, e não podem ser bons historiadores a menos que tenham aprendido, com ou sem teoria, a reconhecer semelhanças e diferenças”. (ibid, p. 47)

O terceiro artigo foi inicialmente apresentado na Landon School of Economics, durante a David Glass Memorial Lecture, e intitula-se “A História e a Previsão do Futuro”. Esta conferência busca homenagear David Glass, intelectual inglês especialista em demografia. Segundo Hobsbawm, um cientista social na sociedade e para a sociedade.

Nesse sentido, falar de David Glass é discutir “tendências sociais”. Isso argumenta Hobsbawm, implica olhar o futuro.

E toda previsão sobre o mundo real repousa em grande parte em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir daquilo que aconteceu no passado, ou seja, a partir da história. O historiador, portanto, deve ter algo pertinente a dizer sobre o assunto. Reciprocamente, a história não pode se esquivar do futuro, no mínimo porque não há nenhuma linha separando os dois. (ibid, pp. 49-50)

Para o autor, pode até haver razões técnicas para a distinção entre o passado e o presente, e o passado e o futuro, no entanto “passado, presente e futuro constituem um *continuum*”. (ibid, p. 50)

Os seres humanos, argumenta Hobsbawm, estão enraizados no passado, e todos acabam definindo sua posição em relação a ele. “E mais, a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro”.(ibid, p. 50)

Hobsbawm é de opinião que é desejável, possível e necessário prever o futuro até um certo ponto. E se pergunta: Por que tal perspectiva é impopular entre os historiadores? A resposta é simples: porque a

trajetória da previsão histórica é, numa afirmação moderada, desigual. Todos nós que fazemos previsões freqüentemente fracassamos diante da tarefa. O mais seguro é evitar a profecia afirmando que nossas atividades profissionais param no ontem, ou confinarmo-nos às ambigüidades estudadas que costumavam ser a especialidade de oráculos antigos e ainda fazem parte do repertório dos astrólogos de jornal. (ibid, p. 51)

Uma das razões apontadas para o fracasso das previsões é a força do desejo humano. Segundo Hobsbawm existem previsões objetivas e subjetivas. A grande diferença entre elas é que as previsões subjetivas, como a histórica,

são acompanhadas por um comentário daqueles que julgam, em diversas bases, serem elas impossíveis ou indesejáveis, geralmente porque não gostam do que elas nos dizem. Os historiadores sofrem a desvantagem adicional de carecerem de grupos sólidos de clientes que independentes de ideologia, necessitam de previsões do tempo com regularidade e urgência: marinheiros, fazendeiros e outros [se tomarmos os meteorologistas como padrão para as previsões objetivas]. (ibid, p. 52)

É justamente a falta de objetividade que atrasa e atrasou o “desenvolvimento” do prognóstico histórico.

Hobsbawm destaca que a previsão histórica, mesmo não estando bem desenvolvida, se difere das outras formas preditivas em dois aspectos: em primeiro lugar, os historiadores se preocupam com um mundo real mutável e, portanto, mais complexo. Não existe um laboratório histórico em que se possa testar hipóteses, nem repetir experiências. Nesse contexto, a previsão histórica está voltada “a fornecer a estrutura e a textura gerais que, pelo menos potencialmente, incluem os meios para responder a todas as perguntas específicas de previsão que as pessoas com interesses particulares possam desejar fazer – claro que até onde possam ser respondidas”.(ibid, p. 54)

Em segundo lugar, os historiadores não estão preocupados com a previsão enquanto confirmação. Para Hobsbawm,

pode ou não ser desejável testar a previsão, mas ela emerge automaticamente da formulação de proposições sobre o *continuum* entre passado, presente e futuro, porque tal formulação implica referências ao futuro; mesmo que muitos historiadores possam até preferir não levar mais adiante suas formulações. (ibid, p. 55)

Hobsbawm destaca que os métodos elaborados, para analisar causas, consequências e alternativas históricas através da retrovisão, são relevantes para o previsor. O

valor desses métodos reside em duas coisas: as previsões dos historiadores dizem respeito à realidade complexa da vida humana; em segundo lugar, as disciplinas históricas tentam descobrir precisamente os padrões de interação, os mecanismos de mudança e os rumos da transformação da sociedade.

Essas previsões por meio da história utilizam dois métodos, geralmente conjugados: a previsão de tendências por meio de generalização, também chamada de generalização; e a previsão de eventos ou consequências concretas por meio de uma modalidade de análise de trajetória. (ibid, p. 56)

Logo após a essas considerações, o autor afirma que a previsão de tendências sociais é mais fácil do que a de acontecimentos. Para ele, quando se trabalha com a previsão de tendências, é necessário determinar um certo intervalo de tempo.

Nesse sentido, a previsão pode ser chamada de longo prazo, em oposição à previsão de curto prazo, ainda que o 'longo prazo' em questão possa ser comparativamente curto, mesmo em função da amplitude temporal das previsões humanas de longo prazo, que se limita no máximo a um século aproximadamente. (ibid, p. 61)

Além das previsões de curto e longo prazo, Hobsbawm aborda as previsões por modelos teóricos aplicados à realidade. Segundo ele, nenhuma

previsão além da puramente empírica é possível sem construções baseadas em tais proposições. Mas são inadequadas porque são muito gerais em si mesmas para lançar muita luz sobre situações concretas, e qualquer tentativa de utilizá-las diretamente em previsões está, portanto, condenada ao insucesso. (ibid, p. 63)

E, por fim, Hobsbawm adverte que os cientistas sociais, no geral, e os historiadores, em particular, são impotentes quando confrontados com o futuro. Entretanto, afirma que os historiadores, ao contrário do que se pensa, não buscam uma falsa exatidão, imitando as ciências naturais. Mesmo assim, eles dispõem de um conhecimento sem precedente, para os que querem prever o futuro, da experiência humana passada.

O quarto artigo foi apresentado como Creighton Lecture na Universidade de Londres em 1993, e intitula-se “O Presente como História”. Logo no início, Hobsbawm relembra a idéia de Croce de que toda história é história contemporânea disfarçada.

Entretanto, ele comenta, que “uma coisa é escrever a história da Antigüidade clássica, ou das cruzadas, ou da Inglaterra dos Tudor como filho do século XX, como todos os historiadores desse período devem fazer, e outra coisa bem diferente é escrevermos a história do próprio tempo em que vivemos”.(ibid, p. 243) É sobre os problemas e possibilidades desse tipo de história que o ensaio se dedicará, sobretudo três problemas: o das gerações; o da mudança de perspectiva do passado; e o de como escapar das suposições da época partilhada pela maioria dos contemporâneos.

A primeira grande questão posta é sobre a expressão “nosso próprio tempo”. Para Hobsbawm, ela supõe uma coletivização de uma experiência que é, no máximo, pessoal. “Se a maioria de nós reconhece os principais marcos da história mundial ou nacional em nosso tempo de vida, não é porque todos passamos por eles, muito embora alguns de nós possam de fato tê-lo feito ou mesmo ter percebido na época que eram marcos”.(ibid, p. 244)

Se o indivíduo deixar de lado, afirma Hobsbawm, o quadro geral da história contemporânea que é dado e adicionar sua experiência pessoal, ela continuará sendo sua, ou seja, “todo historiador [ou indivíduo] tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”.(ibid, p. 244)

Nesse sentido, é inevitável que a experiência individual modele a maneira de como o indivíduo vê seu tempo.

Nessa perspectiva de individualização da experiência, o choque entre as gerações é inevitável, e o próprio choque entre indivíduos contemporâneos também. Hobsbawm complementa,

quando digo a meus alunos nos Estados Unidos que consigo me lembrar do dia em Berlim em que Hitler se tornou chanceler da Alemanha, olham para mim como se tivesse dito que estava presente no Teatro Ford quando o presidente Lincoln foi assassinado em 1865. Ambos os eventos são igualmente pré-históricos para eles. Mas para mim 30 de janeiro de 1933 é parte do passado que ainda é parte de meu presente. (ibid, p. 245)

Hobsbawm defende que sua geração é bem mais perspicaz, quando se trata da história do século XX, por que a vivenciou e, portanto, sabem, sem maiores exercícios intelectuais, o quanto as coisas mudaram. E destaca que, na medida “em que o começo da compreensão histórica é uma apreciação da *alteridade* do passado, e o pior pecado dos historiadores é o anacronismo, dispomos de uma vantagem inerente para compensar nossas muitas desvantagens”.(ibid, p. 248)

A segunda questão posta por Hobsbawm é a de que o próprio passado registrado muda à luz da história subsequente. O autor cita a própria história do século XX que foi totalmente revista após a queda do comunismo real.

A terceira questão busca discutir as idéias que surgem dentro do contexto histórico em que vive o indivíduo e que podem direcionar a visão do historiador.

E, por fim, Hobsbawm destaca a questão das fontes para uma história do presente. Para ele, “o problema fundamental para o historiador contemporâneo em nosso tempo infinitamente burocratizado, documentado e inquisidor é mais um excesso incontrolável de fontes primárias que uma escassez das mesmas”.(ibid, p. 254)

Graças aos artigos acima destacados, pode-se inferir pelo menos cinco conclusões sobre a concepção de tempo de Hobsbawm. Em primeiro lugar, para Hobsbawm, nós seres humanos estamos ligados, de alguma forma, ao passado, este entendido como o período anterior à memória individual.

Em segundo lugar, para ele a história é constituída não só pelo passado, mas também pelo presente e o futuro. E, em decorrência dessa relação, se pode afirmar que ele pensa o passado como continuidade coletiva de experiência.

Em terceiro lugar, partindo do artigo “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” percebe-se que Hobsbawm vê semelhanças e diferenças entre o passado e o presente (mas também, o futuro). E que, a relação entre o *continuum* é indispensável para a sociedade contemporânea justamente por destacar as semelhanças e diferenças entre o hoje e o ontem.

Em quarto lugar, que Hobsbawm pensa numa relação temporal que ao mesmo tempo aproxima e separa o passado, o presente e o futuro. Além disso, pode-se afirmar que para o autor, o futuro em história está atrelado à idéia de horizonte de expectativa, ou seja, que os historiadores pontuam possibilidades sociais com base em seus anseios, ou como defende Josep Fontana, pensam um projeto social.⁷⁶

E, por fim, graças ao artigo “O presente como história”, pode-se concluir que Hobsbawm não percebe o tempo presente como um tempo imediatista como os franceses vinculados ao Instituto de História do Tempo Presente (IHTP).

Para os membros do IHTP, no termo “história do presente”, a palavra presente associa-se à idéia de contemporâneo como sinônimo de proximidade imediatista, quase jornalística. Segundo Lacouture, a “imediação de certa história que se elabora hoje (...) baseada tanto em sua instataneidade (os americanos falam de “Instant History, conceito muito mais limitativo) quanto na relação afetiva entre o autor e o objeto da sua pesquisa”. (1998, p. 217)

Já para Hobsbawm, a palavra presente evoca a idéia de “experiência vivida”. Não é à toa que, ao falar de sua experiência na década de trinta, como visto acima, ele afirma que seu passado (1933) faz parte de seu presente (1993). O presente imediato está relacionado, nessa concepção, a um passado vivido.

⁷⁶ Segundo Fontana, todo historiador ao produzir seus trabalhos está pensando numa relação que passa entre a história, a “economia política” e um projeto social. Ver FONTANA, 1998.

A história do tempo presente em Hobsbawm trata da experiência vivida e, portanto, da memória unindo, através de seu mundo temporal, o tempo da consciência, concepção da filosofia, e o tempo da natureza, perspectiva dos físicos. Ao utilizar a memória, Hobsbawm está colocando o indivíduo, que experimentou a mudança do tempo, e se modificou a partir dela, como o articulador entre um passado e um presente.

Resta saber como o autor articula o passado, o presente e o futuro para construir sua história do presente.

CAPÍTULO III

DO PRESENTE AO *CONTINUUM*

Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente. Selecciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, quase sempre com o fim, consciente ou não, de justificá-la. Assim, o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão encadeando-se até dar como resultado ‘natural’ a realidade social em que vive e trabalha, enquanto que os obstáculos que se opuseram a esta evolução nos são apresentadas como regressivas, e as alternativas a ela, como utópicas. Apresenta-se como uma averiguação objetiva do curso que vai do passado ao presente, o que antes de tudo é, um partir da ordem atual das coisas para rastrear no passado as suas origens, isolando a linha de evolução que conduz às realidades atuais, transformando em uma manifestação do progresso, com fins legitimadores. (FONTANA, 1998, p. 09)

Uma das questões contemporâneas sobre a problemática do tempo histórico, que não foi abordada no segundo capítulo, e que aqui dedicaremos algumas linhas, é a do tempo presente. Quando Braudel inicia a discussão sobre a longa duração e estipula que o tempo é múltiplo, recheado de ritmos variados, ele acaba escanteando uma das mais tradicionais discussões historiográficas: é possível uma história do presente?

Vavy Pacheco Borges num livro da coleção Primeiro Passos, que objetiva apresentar **O Que é História**, afirma que fazer “uma história do presente não é, escrever sobre ele, mas sobre indagações e problemas contemporâneos ao historiador. É preciso conhecer o presente e, em história, nós o fazemos sobretudo através do passado, remoto ou bem próximo”. Ela ainda completa, dizendo que “a história vista como o estudo do passado parece hoje (1993) para todos um ponto pacífico” (1993, pp. 55-56).

O movimento dos Annales, na sua primeira geração, rompe com essa concepção “puramente passadista do discurso histórico, a correlação passado e presente na construção de uma história que tenha por campo de estudo não somente o passado mas também a sociedade contemporânea” (DOSSE, 1992, p. 67). Lucien Febvre convidava seus pares a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente.

Foi a partir das considerações de que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura, e que os fenômenos de longa duração são mais decisivos do que os de curto alcance, que a segunda geração dos Annales ignorou o contemporâneo, *a fortiori*, o presente e o imediato.⁷⁷

Entretanto é preciso frisar que Fernand Braudel “reverte a concepção linear do tempo que avança na direção de um aperfeiçoamento contínuo, ele a substitui por um tempo estacionário em que passado, presente e futuro não se diferenciam mais e se reproduzem sem descontinuidade” (DOSSE, 1992, p. 120).

Jean Glénisson, no já clássico **Iniciação aos Estudos Históricos**, afirma que os historiadores movem-se no tempo, enquanto duração (que comporta um ontem, um hoje e um amanhã). Afirma, ainda, que este “corresponde ao passado: um passado concebido ‘como tal, como matéria e objeto’ – objetivado, segundo a linguagem dos filósofos – passível de ser imaginado, de ser explorado, de certa forma” (1979, p. 30).

Se o passado faz parte da consciência humana e, sobretudo, da cultura histórica, a distinção entre passado e presente torna-se um elemento fundante na concepção de tempo de Glénisson.⁷⁸ Como toda história, é “essencialmente história do presente”, graças à problematização, a própria idéia de presente em história já se define como o nosso tempo⁷⁹. A

⁷⁷ Ver CHAUVÉAU e TÉTARD, 1999, pp. 07-38.

⁷⁸ Sobre a cultura histórica ver LE GOFF, 1994, pp. 17-166.

⁷⁹ Sobre a expressão “nosso tempo” ver Capítulo II deste trabalho.

valorização do tempo longo na década de 1940 colocou a história do presente fora das análises dos historiadores.

Na década de 1970, como uma tentativa de reviver as discussões sobre a história do tempo presente, é fundado na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). Segundo Agnès Chauveau e Philippe Tétart, as locuções história do presente, história próxima e história imediata fazem referência à mesma cronologia. Esses

três tempos históricos pertencem ao campo do ‘muito contemporâneo’, o do século XX amputado de seu primeiro terço. Sob muitos aspectos, as questões que se colocam a um são válidas para os outros dois, porque a contração cronológica, o tipo de arquivo e a natureza dos objetos, dos campos fundam um só e mesmo tema. (CHAUVEAU e TÉTARD, 1999, p. 20)

Apesar das particularidades entre a história do presente, história do imediato e história próxima, o que define suas características é um tronco comum: são vetores da legibilidade do presente e se definem pela natureza de seus arquivos, dos seus métodos.

Essa discussão é importante para o nosso trabalho na medida em que uma parte da obra de Hobsbawm se dedica à narrativa de uma história do tempo presente. Mesmo compreendendo o tempo como um *cotinum*, uma interligação do passado, presente e futuro, como visto no capítulo anterior, Hobsbawm pontua a existência de uma zona neutra em que os ventos do tempo se convulsionam: **a zona nebulosa do indivíduo** (ou **zona de penumbra**).

Para Hobsbawm todos nós possuímos esta **zona de penumbra** entre “a história e a memória; entre o passado como um registro geral aberto a um exame mais ou menos isento e o passado como parte lembrada ou experiência de nossas vidas” (HOBSBAWM, 1998a, p. 15). Essa terra-de-ninguém no tempo, para os indivíduos

se estende do ponto onde as tradições ou memórias familiares começam – digamos da foto de família mais antiga que o familiar vivo mais velho pode identificar ou explicar – ao fim da infância, quando se reconhece que os destinos públicos e privados são inseparáveis e se

determinam mutuamente (...) A extensão dessa zona pode variar, bem como a obscuridade e a imprecisão que a caracterizam. (HOBSEBAWN, 1998a, p. 17)

No entanto, ela corresponde a um tempo próximo para os indivíduos comuns. A dúvida surge quando se trata de historiadores cujas lembranças pessoais se confundem com as lembranças do ofício.

A **zona de penumbra**, destaca ainda o autor, também faz parte da cadeia de DNA das sociedades. Um bom exemplo é a **Era dos Impérios** formada e consolidada no século XIX, que teria influenciado o século XX até quase o seu fim. Para Hobsbawm, o século XX tem como **zona de penumbra**, todo o longo século XIX.

Esta concepção do tempo presente ou da **zona de penumbra** não descarta a influência do passado mais longínquo. Os historiadores, ao lidarem com períodos remotos, sabem que eles são essencialmente estranhos e distantes. No geral, eles sobrevivem através das “reliquias inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos, impressos ou gravados, objetos materiais, imagens” (ibid, p. 17).

A grande crítica à história do tempo presente é justamente por ela se dedicar a questões tão próximas, a ponto do historiador sentir os odores pútridos exalados pelos mortos, o que torna sua obra perigosamente engajada. Para Lacouture, os críticos acabam esquecendo que o imediatista (historiador do presente) se neutraliza quando se manifesta.⁸⁰ Além do mais, não podemos esquecer que a imparcialidade no campo da história é uma falácia por que nós sempre partimos dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação.⁸¹

Não podemos esquecer que a história do tempo presente possui seus problemas, a saber: o imediatista ignora o epílogo, o que torna sua análise frágil; a experiência pessoal modela a maneira de se ver o que se deve analisar (os historiadores do presente que o vivenciaram, tem algumas vantagens sobre os que não experimentaram a época que estudam;

⁸⁰ Ver LACOUTURE, 1998, pp 215-240.

⁸¹ Sobre a importância do engajamento na ciência Ver HOBSEBAWN, 1998c, pp. 138-154. Neste texto o autor defende a ideia de que o engajamento foi o motor das ciências que estimulou o seu avanço.

sabem, sem muito esforço, o que se modificou ou não); o terceiro problema diz respeito às mudanças de prazo curto, que influenciam a visão do historiador, ou seja, o imediatista pode mudar de idéia no calor das mudanças acontecimentoais; e em quarto lugar, existe o problema da generalização, das suposições que podem influenciar as análises.⁸²

Independente dos problemas do tempo presente enquanto história, ele se insere na idéia de *continuum*, ou seja, faz parte do trio: presente, passado e futuro. A questão que se coloca é saber se é possível uma história do presente, ou melhor, como o presente aparece na e para a história.

A cronologia acabou separando o passado e o futuro, o primeiro sendo entendido como o que passou e o segundo, como o que virá. Nesse sentido, o presente seria o ponto de intersecção entre ambos. Como “a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui-se de um mecanismo de comparação entre passado, presente e futuro” (HOBBSAWM, 1998c, p. 50), este trio acaba formando uma inter-relação, ou seja, um *continuum*.⁸³

Como visto no Capítulo II, Hobsbawm, mesmo pensando numa relação de proximidade entre o passado e o presente (e, também o futuro), deixa claro que há uma separação nítida entre eles, que ocorre através da experiência individual. É através da memória que o indivíduo aproxima o passado e o presente. O indivíduo se liga, no presente, a um passado que o constituiu enquanto tal.

Como Hobsbawm opera esse relacionamento entre o passado, presente e o futuro?

É possível perceber um *continuum* temporal?

A resposta é positiva pelo menos em dois sentidos. Em primeiro lugar, o *continuum* aparece a partir da própria problemática levantada pelo autor. Hobsbawm, ao

⁸² Ver CHAUEAU, e TÉTARD, 1999; e HOBBSAWM, 1998c.

⁸³ Por exemplo, quando uma criança, na sua ânsia em descobrir o mundo, coloca o seu dedo numa tomada elétrica pela primeira vez e sofre um choque, na sua memória não havia dados que pudessem ser comparados. Já uma segunda vez, a criança fará a correlação entre o fato passado com o fato presente (recolocar o dedo na tomada) com o fato futuro, a dor do choque.

eleger o século XIX, ou o Longo Século XIX, como foco de suas preocupações acadêmicas, tenta

entender e explicar um mundo em processo de transformação revolucionária, localizar as raízes de nosso presente no solo do passado e, talvez, sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não (como a especialização histórica tantas vezes nos força a vê-lo) como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura ou outros. Desde que comecei a me interessar por história, sempre quis saber como se articulam todos esses aspectos da vida passada (ou presente) e por quê. (HOBSBAWM, 1998a, p. 11, Grifo meu)⁸⁴

Assim, **A Era das Revoluções**, **A Era do Capital**, **A Era dos Impérios** e **A Era dos Extremos** formam um todo articulado e, por isso, um *continuum* temporal. As três primeiras obras, compondo um quadro coerente sobre o Longo Século XIX que vai de 1789 à 1914 e, a última, retratando o Breve Século XX, de 1914 à 1991.

Em segundo lugar, o *continuum* temporal aparece nas obras quando o autor busca uma interação entre o passado e o presente (futuro) através dos exemplos que tentam dar inteligibilidade ao leitor dos fatos passados a partir de coisas mais presentes que fazem parte da memória coletiva ou individual.

A análise se pautará nas Eras por fornecer um quadro homogêneo dos séculos XIX e XX. Para facilitar, estas obras foram divididas em dois grupos: em primeiro lugar analisarei o que chamo de o passado mais longínquo que compreende as obras que discutem o Longo Século XIX; e, em seguida, o passado mais recente que compreende a **Era dos Extremos**, que trata do Curto Século XX.

Esta separação entre passado e presente tem uma função didática na medida em que as próprias discussões sobre o tempo presente apontam para uma separação entre uma história eminentemente do passado longínquo e uma história do passado eminentemente

⁸⁴ Em sua autobiografia, Hobsbawm afirma que uma de suas preocupações acadêmicas, aos dezessete anos, era se “Marx foi capaz de prever o sistema socialista com base em uma análise precisa do sistema capitalista. Uma análise precisa da literatura capitalista, que leve em consideração todas as circunstâncias, todas as conexões e relações, deverá nos permitir chegar a conclusões semelhantes sobre a cultura proletária do futuro.” (HOBSBAWM, 2002, p. 117).

próximo. Um historiador que se dedique apenas ao passado distante, mesmo preocupado com questões do presente, se diferencia de um outro que busca um passado próximo, com as mesmas questões do presente.

Segundo Jean Lacouture

o primeiro se estende ao longo de um universo histórico e de uma ‘grande superfície’ de lugar e tempo, por mais estreito que possa ser seu campo de pesquisas declarado (...) O segundo coloca seu estudo como uma escada ao longo de um muro, o muro do acontecimento. Ele precisa subir depressa nela, sondar de um só lance, descobrir rápido, exprimir-se numa espécie de arroubo, pressa e ardor. (1998, p. 255)

Ou seja, o historiador clássico que estuda as coisas eminentemente passadas, se depara com problemas de análise, por tratar de temas, por mais reduzidos possíveis, amplos e gerais.

1. O PASSADO: O LONGO (E PRÓXIMO) SÉCULO XIX

Neste tópico, será analisada as obras referentes ao Longo Século XIX: **A Era das Revoluções**, **A Era do Capital** e **A Era dos Impérios**. Estas foram produzidas entre 1961 e 1988.⁸⁵

1.1. AS REVOLUÇÕES DO PASSADO E AS DO PRESENTE: A ERA DAS REVOLUÇÕES

N’**A Era das Revoluções** o tempo presente aparece quando Hobsbawm convoca o seu leitor a rememorar aspectos do presente para entender fatos do passado. Nesse sentido, ele

⁸⁵ As informações sobre as primeiras edições não constam no corpo das obras, o que é indispensável para qualquer trabalho historiográfico. Mesmo assim, na **Era das Revoluções**, o seu Prefácio é datado de 1961; o prefácio de **A Era do Capital** data de 1977; já na **Era dos Impérios** a data da primeira edição brasileira é de 1988, e o seu prefácio fala de 1986 como ano de conclusão da obra.

afirma que o seu leitor ideal “seria aquele construtor teórico, aquele cidadão culto e inteligente, que não tem uma simples curiosidade sobre o passado, mas que deseja compreender como e porque o mundo veio a ser o que é hoje, e para onde se dirige” (HOBBSAWM, 1996b, p. 15. Grifo meu). Assim, Hobsbawm busca estabelecer uma relação entre o passado, o presente e o futuro. A relação do *continuum* temporal ocorre graças à curiosidade do leitor que vê na história a possibilidade de entender um momento temporal diferente do seu, e que é, ao mesmo tempo, a base deste.

Nesse sentido, o autor busca legitimar o *continuum* temporal ao generalizar sobre a importância da Era das Revoluções, ao afirmar que a dupla revolução (a Revolução Francesa e a Industrial) “transformou e continua a transformar, o mundo inteiro” (ibid, p. 17, Grifo meu). O passado longínquo é cosido com o presente.

Logo em seguida, Hobsbawm desafia o leitor a dar

uma olhada no mundo na década de 1970 [para não sermos tentados a] subestimar a força histórica do socialismo revolucionário e da ideologia comunista nascidos de uma reação contra a dupla revolução e que por volta de 1848 tinham encontrado sua primeira formulação clássica. (ibid, p. 20, Grifo meu)

Apesar do passado ser o modelador do presente, é este que torna o passado inteligível. Nesse sentido, o autor leva o leitor regressivamente – como Marc Bloch desejava em 1929 –, do conhecido para o desconhecido.⁸⁶

Hobsbawm continua chamando a atenção do leitor para que observe o mundo de 1780, pois “ele era ao mesmo tempo menor e muito maior que o nosso. Era menor geograficamente, porque até mesmo os homens mais instruídos e bem informados da época (...) conheciam somente pedaços do mundo habitado” (HOBBSAWM, 1996b, p. 23. Grifo meu). O leitor é convocado não só para “observar” o passado, mas para compará-lo com sua

⁸⁶ Sobre a história regressiva ver: BURKE, 1997; e DOSSE, 1992.

realidade. Hobsbawm não só liga o passado longínquo com o presente recente, mas faz com que o indivíduo, através de seus conhecimentos, interaja com o passado.

Nesse sentido, o *continuum* temporal ocorre entre a pessoa que conhece o passado, por ser um artífice dele, e o presente, por viver nele, com o sujeito que vive o presente e quer conhecer o passado que agora está relacionado a este presente.

Ainda nesta relação do sujeito que conhece o passado, o historiador, e o sujeito que conhece o presente, o leitor, Hobsbawm destaca que o mundo de 1780 era não só menor espacialmente, como demograficamente, “para fins práticos não se dispõe de recenseamento, todas as estimativas demográficas são pura especulação, mas é evidente que a terra abrigava somente uma fração da população de hoje, provavelmente não muito mais que um terço” (ibid, p. 24. Grifo meu). Hobsbawm complementa afirmando que “os europeus [em 1780], no geral, eram nitidamente mais baixos e mais leves do que hoje” (ibid, p. 24. Grifo meu). O passado flui em direção ao presente e este presente legitima aquele, pois as estimativas demográficas passadas são especulações, enquanto que as estimativas demográficas de 1960 e 1970 são reais. O leitor através de seus conhecimentos e de sua memória aproxima e separa, ao mesmo tempo, o passado e o presente.

O autor comenta que se em 1780, antes da Dupla Revolução,

o mundo era em muitos aspectos menor, a simples dificuldade ou incerteza das comunicações faziam-no praticamente maior do que é hoje. Não tenho a intenção de exagerar estas dificuldades. O final do século XVI, uma era de comunicações rápidas e abundantes, e mesmo antes da revolução das ferrovias, eram notáveis os aperfeiçoamentos nas estradas, nos veículos puxados a cavalo e no serviço postal. (ibid, p. 25. Grifo meu)

Assim, o autor continua levando o leitor a relacionar o seu presente a um passado em que as comunicações eram de extrema precariedade.

Esse mundo de péssimas comunicações é eminentemente rural, com populações que nasciam, cresciam, se procriavam e morriam no campo. A palavra urbano, nesse contexto, podia ser considerada, para Hobsbawm, ambígua.

Ela inclui as duas cidades européias que por volta de 1789 podem ser chamadas de genuinamente grandes segundo os nossos padrões – Londres, com cerca de um milhão de habitantes, e Paris com cerca de meio milhão – e umas outras com uma população de 100 mil ou mais. (ibid, p. 27 Grifo meu)

Mas o termo também incluía uma multidão de pequenas cidades, onde a maioria dos habitantes vivia. O leitor é transportado pela narrativa do presente ao passado para entender que a palavra urbano pode ser empregada tanto para uma grande cidade como para uma de pequeno porte. Nesse sentido, o *continuum* temporal é estabelecido a partir do conhecido para o desconhecido, já que o leitor parte de suas experiências individuais para entender o passado que faz parte de seu presente.

Entretanto, é preciso destacar que nesta visão regressiva, o historiador se coloca, na sua narrativa, no passado, mas conhece o futuro, e quer entender o presente. Nesse sentido, o autor, enquanto ferreiro da história, se coloca entre a bigorna do passado e a espada do futuro, ou melhor, do presente. É por isso que 1780 faz parte da **zona de penumbra** das pessoas no século XX e, por tanto do presente.

Ao tratar das relações de produção no mundo da década de 1780, Hobsbawm afirma que “o observador contemporâneo seria mais diretamente surpreendido pelo amplo desdobramento do comércio, que estava intimamente ligado à exploração colonial” (ibid, p. 35. Grifo meu). O leitor contemporâneo é induzido a se surpreender com o poder de troca desenvolvido graças ao amplo comércio estabelecido naquele passado.

Ao tratar dos movimentos ideológicos dos anos 1780, Hobsbawm comenta que na época, os príncipes

adotavam o slogan do ‘iluminismo’ do mesmo modo como os governos de nosso tempo, por razões análogas, adotam slogans de ‘planejamento’; e, como em nossos dias, alguns dos que adotavam slogans em teoria muito pouco fizeram na prática, e a maioria dos que fizeram alguma coisa estava menos interessada nas idéias gerais que estavam por trás da sociedade ‘iluminista’ (ou ‘planejada’) do que na vantagem prática de adotar os métodos mais modernos de multiplicação de seus impostos, riqueza e poder. (ibid, p. 39. Grifo meu)

Hobsbawm, mais uma vez, busca integrar o passado ao presente através de uma estratégia comparativa que ocorre no corpo de sua narrativa histórica.

Segundo Hobsbawm, a expansão insdustrial do século XVIII acabou criando o seu próprio mercado assim como a própria indústria automobilística moderna. Não foi a demanda de carros existentes na década de 1890 que criou uma indústria de porte atual, mas a capacidade de produzir carros baratos é que fomentou a atual demanda em massa. Essa aproximação entre o conhecido e o desconhecido, chama a atenção por não se encontrar no corpo da narrativa do autor, mas por se encontrar em uma nota de rodapé.

Segundo Hobsbawm, a agitação política no final do século XVIII é tão grande “que alguns historiadores mais recentes falaram de uma ‘era da revolução democrática’, em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão” (ibid, p. 72). Assim, Hobsbawm, busca ligar passado e presente a partir de seus pares, ou seja, de “alguns historiadores mais recentes”.

Ao tratar da Revolução Francesa, ele sublinha que

igualmente, pode-se argumentar que a Revolução Russa de 1917 (que ocupa uma posição de importância análoga em nosso século) foi meramente o mais dramático de toda uma série de movimentos semelhantes, tais como os que – alguns anos antes de 1917 – finalmente puseram fim aos antigos impérios turco e chinês. (ibid, p. 72. Grifo meu)

Esta ligação ainda é confirmada por Hobsbawm quando ele afirma que a Revolução Francesa influenciou o mundo de forma direta e universal, “pois ela fornece o padrão para todos os movimentos revolucionários subsequentes, suas lições (interpretadas

segundo o gosto de cada um) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos” (ibid, p. 73. Grifo meu). O autor leva o leitor a entender o passado através do presente, numa perspectiva regressiva. Assim, o leitor é convidado a utilizar sua memória para entender a importância da Revolução Francesa.

É nesta perspectiva que Hobsbawm, algumas páginas depois, comenta que a

Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter ‘líderes’ do tipo que as revoluções do século XX têm apresentado até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. (ibid, pp. 76-77, Grifo meu)

Foi no decorrer da crise da jovem República Francesa, após a consolidação da Revolução que se inventou a guerra total: a total mobilização de recursos da nação e do fim, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. “Só foi em nossa própria época histórica [confirma Hobsbawm], que se manifestaram as tremendas implicações desta descoberta, com o advento da Primeira e Segunda Guerra mundiais” (ibid, p. 85. Grifo meu). Aqui o autor se coloca, ao mesmo tempo, como historiador e indivíduo, relacionando a sua própria memória – ele foi combatente na Segunda Guerra Mundial – com o passado longínquo da experiência francesa. É bom não esquecer que Hobsbawm trata a Revolução Francesa de forma cronológica, suas fases se sucedem em suas linhas.

Para Hobsbawm, quando a maior parte dos leitores pensa na Revolução Francesa

são os acontecimentos de 1789, mais especialmente a República Jacobina do Ano II, que vem à sua[as] mente[s] ... Os conservadores criaram uma imagem duradoura do terror, da ditadura e da histeria e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões que se seguiram à comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas. (ibid, p. 96. Grifo meu)

Já no Termidor, ele afirma não ter sido “uma fase cômoda para se viver, pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo, mas foi um fenômeno tão terrível e

irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela” (ibid, p. 90. Grifo meu). O autor busca estimular o leitor, a rememorar o medo atômico que a Guerra Fria aflorou nas populações do mundo no presente, objetivando uma proximidade comparativa com o temor vivido pelos franceses no período do Termidor, durante a Revolução Francesa. Portanto, o ponto de ligação entre o passado e o presente é a memória.

A grande fraqueza da era termidoriana continua o autor, era a falta de apoio político, estavam espremidos entre a aristocracia e os pobres sansculotes. “Era uma situação curiosamente semelhante à da Quarta República, e o resultado foi semelhante: o governo de um general” (ibid, p. 91. Grifo meu). O leitor convocado a rememorar o seu presente, a partir desta passagem, é o francês, e o tempo evocado como o do presente é a década de 1960, época da produção da obra e do governo De Gaulle.

Ao falar de Napoleão Bonaparte Hobsbawm afirma que:

Como general não teve igual; como governante, foi um planejador, chefe e executivo soberbamente eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam. Como indivíduo parece ter irradiado um senso de grandeza, mas a maioria dos que deram esse testemunho, por exemplo, Goethe, viram-no no auge de sua fama, quando o mito já o tinha envolvido. Foi, sem sombra de dúvidas, um grande homem e – talvez com exceção de Lênin – seu retrato é o que a maioria das pessoas razoavelmente instruídas, mesmo hoje, reconheceriam [numa galeria de fotos históricas]. (ibid, p. 93. Grifo meu)

Assim, podemos afirmar, e reafirmar, que o tempo em Hobsbawm é construído, n’**A Era das Revoluções** através de um canal de intrigas narrativas, que buscam explicitar um passado longínquo através de um presente vivido ou rememorado. Nesse sentido, o autor acaba transformando o passado, nesse caso, os anos entre 1780 e 1848, parte do presente. A sua narrativa não só cria um mundo temporal, como afirma Paul Ricoeur, ela objetiva criar uma interação entre passado como registro aberto a exame e, portanto, como parte lembrada e experiência vivida ou relembrada. O tempo presente, nesse sentido, não se resume ao instante,

muito pelo contrário, ele congrega a própria noção daquilo que foi vivido e que não existe mais, ou seja, o passado.

1.2. O CAPITAL DE ONTEM E O DE HOJE: A ERA DO CAPITAL

N’**A Era do Capital**, Hobsbawm continua sua análise da sociedade do século XIX, pontuando o novo mundo criado pela dupla revolução. Ele lembra que a temática tratada na obra não se encontra isolada das questões postas n’**A Era das Revoluções**, nem tampouco das propostas n’**A Era dos Impérios**:

ele é o segundo volume de uma série de três que buscam analisar a história do mundo moderno da Revolução Francesa até a Primeira Guerra Mundial, dos quais A Era das Revoluções 1789-1848 já está disponível e o último ainda será escrito (...) De maneira similar, procurei brevemente, sobretudo na Conclusão, fornecer alguns indicadores para o próximo livro. Mesmo assim, o livro pode ser lido independentemente, desde que os leitores se lembrem de que ele não trata de um período fechado que pode ser separado do que vem antes ou depois. História não funciona assim. (HOBBSAWM, 1996c, p 13, Grifo do autor)

O que se destaca aqui, é que o autor já inicia suas reflexões, evocando o leitor que já leu a primeira obra (**A Era das Revoluções**) e que poderá vir a ler o texto que ainda não foi escrito (nesse caso, Hobsbawm se refere a **A Era dos Impérios**). Mais uma vez o *continuum* é construído a partir da memória do leitor.

E ele continua afirmando que seu objetivo:

não foi tanto resumir fatos conhecidos, ou mesmo mostrar o que aconteceu e quando, mas unir fatos numa síntese histórica geral, para ‘dar sentido’ ao período estudado e traçar as raízes do mundo atual ligando-as àquele período. Mas meu objetivo é também trazer o caráter extraordinário de um período que realmente não tem paralelo na história e cuja excepcionalidade o faz estranho e remoto. (ibid, pp. 14-15. Grifo meu)

Assim, fica claro que o autor pensa a relação temporal através do método regressivo, ou seja, ele busca explicar o passado com exemplos do presente. O leitor é levado

do conhecido – mundo atual – ao desconhecido através de uma rede de intriga em que o autor inicia suas reflexões do passado, conhecido por ele, até chegar ao presente, vivido por ele e pelo leitor, afinal as “raízes do mundo atual [ligam-se] àquele período[passado]”.

Hobsbawm, ao discutir as conseqüências da fundação de uma economia industrial global e, conseqüentemente, de uma história mundial única, afirma que os chefes de Estado que se destacaram, foram os que combinavam controle político com diplomacia e controle da máquina do governo, como Bismarck e Cavour, respectivamente, governantes da Prússia e do Piemonte.

Ambos enfrentaram problemas imensamente complexos de tática internacional e (no caso de Cavour) de política nacional. Bismarck, que não precisava de ajuda externa e não se preocupava com a oposição interna, só podia considerar uma Alemanha unificada que não fosse nem tão democrática nem tão grande que não pudesse ser dominada pela Prússia. Isso implicava a exclusão da Áustria. [E o autor complementa para facilitar a compreensão do leitor que] se a monarquia dos Habsburgos ruísse com todas as suas nacionalidades, seria impossível evitar que os austríacos alemães viessem a se unir com a Alemanha, abalando, portanto, a supremacia da Prússia, tão cuidadosamente construída. Foi, de fato, o que aconteceu depois de 1918, e um dos resultados mais duradouros da ‘grande Alemanha’ de Hitler (1938-45) foi o total desaparecimento da Prússia. Hoje, nem sequer seu nome sobreviveu, exceto nos livros de história. (ibid, p. 12. Grifo meu)

Na última parte, desta longa citação, o autor convoca um exemplo contemporâneo aos seus leitores e, portanto, fácil de ser rememorado, como fez em toda **A Era das Revoluções**, com o único objetivo de explicar o temor Prussiano do século XIX, que se tornou realidade no XX. Entretanto, essa tentativa de ligar o passado longínquo ao presente ocorre não em sua intriga narrativa, mas dentro de uma nota de rodapé, espaço para erudição e que poucos leitores, infelizmente, recorrem no momento da leitura.

Segundo Hobsbawm, esse período histórico (1848-1875) foi um dos mais sangrentos, em primeiro lugar graças ao próprio processo de expansão capitalista global que multiplicou as tensões no mundo industrializado face ao mundo agrário. Hobsbawm complementa: pode-se “considerar essa transferência como um passo precoce, mas gigantesco no caminho que, no século XX, levaria a totalidade das Américas a passar da dependência

econômica britânica para a dependência econômica americana” (ibid, p. 119). O leitor é convocado a relembrar de forma indireta, já que ele não cita um aspecto específico, mas algo que faz parte do conhecimento cotidiano de qualquer indivíduo que possui o mínimo de informação possível sobre o poderio econômico americano.

É nesse sentido, que Hobsbawm ao falar do efeito do capital para a tecnologia bélica, comenta que as relações internacionais sofreram mudanças.

A Rússia, como a Guerra da Crimeia mostra, tinha cessado de ser potencialmente decisiva no continente europeu. O mesmo valia para a França, o que havia sido demonstrado pela guerra franco-prussiana. Por outro lado, a Alemanha, um novo poder que combinava uma impressionante força industrial e tecnológica com uma população substancialmente maior que a de qualquer outro Estado Europeu, exceto a da Rússia, tornou-se a nova força decisiva nessa parte do mundo, e assim permaneceria até 1945. (ibid, p 122. Grifo meu)

O passado (1848-1875) é comparado a um momento presente (1945), onde o leitor reconstrói um período passado, em que as relações internacionais sofreram mudanças drásticas com ajuda do poder econômico, graças a um certo presente, que, em tese, também já não é tão presente e, portanto, precisa ser arrancado da memória. Em síntese, podemos afirmar que quando o autor rememora os episódios europeus de 1945, que quase tornaram a Alemanha a dona do mundo, ele fala de um passado que ainda faz parte do presente de muitos de seus leitores.

Hobsbawm destaca ainda que, graças ao capitalismo

a política internacional tornou-se política mundial, na qual pelo menos duas potências não-européias iriam intervir de fato, embora isso não fosse evidente até o século XX. Mais ainda, esses países tornaram-se uma espécie de oligopólio de potências capitalistas industriais, exercendo um monopólio sobre o mundo mas competindo entre si, embora isso não se tornasse evidente até a era do ‘imperialismo’, depois do fim de nosso período. (ibid, pp. 122-123. Grifo meu)

Aqui a ligação entre o passado e o presente é clara, não direta, já que trata da velha luta travada entre a economia japonesa e a americana. A tentativa de dialogo que Hobsbawm

tenta estabelecer com o seu leitor, através de sua intriga, neste momento, e em quase toda **A Era do Capital** é indireta.

Segundo Hobsbawm,

as bases da nova estrutura de poder foram estabelecidas na década de 1860, incluindo o medo de uma guerra geral européia, que começava a preocupar os observadores da cena internacional na década de 1870. De fato, tal guerra não iria acontecer nos quarenta anos seguintes, um período mais longo do que o que o século XX jamais conseguiu. Nossa própria geração, que pode olhar para trás no momento em que escrevemos e ver quase trinta anos sem guerras entre as grandes ou mesmo médias potências, sabe melhor do que ninguém que a ausência de guerra pode ser muito bem combinada com o seu temor permanente. Apesar dos conflitos, a era do triunfo liberal tinha sido estável. Não mais o seria depois de 1875. (ibid, p. 123. Grifo meu)

O autor busca extrair de seu leitor as imagens da Guerra Fria, um período da história humana que mais se temeu a aniquilação total da humanidade. O que Hobsbawm busca, através de sua narrativa e de seu mundo temporal, é uma cumplicidade leitor-autor. Essa parceria aparece muito mais nas outras obras do que n'**A Era do Capital**.

A imagem que se pode evocar da concepção de tempo de Hobsbawm é aquela de um garoto brincando de io-iô. Enquanto o brinquedo se encontra nas mãos do garoto, o tempo é o do presente; quando este é arremessado em direção ao solo (ou qualquer outra direção) o io-iô percorrerá do passado mais próximo ao passado mais longínquo (ambos fazendo parte do presente, enquanto *continuum*). Na ponta do barbante, o io-iô permanece girando provocando tensão no tempo, ao ponto de seu usuário temer uma parada, dos círculos interligados presos ao barbante, resolvendo invocá-lo para sua mão. No processo inverso, o tempo é percorrido do passado ao presente.

Hobsbawm, ao tratar da política entre 1848 e 1875 e, sobretudo, do político de segundo escalão, compara Napoleão III com Hitler e afirma que este

pôde sobreviver à unânime reprovação da opinião mundial, já que é inegável que esse homem terrível e psicopata realizou coisas extraordinárias no caminho de uma catástrofe provavelmente inevitável, ao menos conseguiu manter o apoio de seu povo até o fim. Napoleão III não era nem tão extraordinário e nem mesmo louco. (ibid, 149)

Essa comparação leva o leitor do presente ao passado, não por aproximação, mas por oposição. Hobsbawm satiriza tanto com Napoleão III, quanto com Hitler ao compará-los. O leitor é induzido, a partir da imagem de um personagem do “seu tempo”, a criar uma imagem de sobreposição com um outro personagem do passado. A intenção do autor é tornar este passado parte do presente do leitor, ou seja, Napoleão III faz parte da **zona de penumbra** dos políticos de segundo escalão do século XX.

Ao destacar a parte do mundo “vitimada” pela superioridade capitalista, Hobsbawm afirma que os países da América Latina, somente após a década de 1870, “desenvolveu um padrão de produtos relativamente estáveis para exportação, que iriam durar como tais até as décadas intermediárias de nosso século atual, ou mesmo até hoje” (ibid, p. 175. Grifo meu). O que chama a atenção nessa parte do texto é a expressão “nosso século atual, ou até mesmo hoje”. O passado longínquo é comparado, ao mesmo tempo, com o século XX como um todo e com o momento em que o livro foi publicado: 1986. Nesse sentido, a relação temporal ocorre em dois sentidos: entre um passado longínquo e um passado próximo, mas também entre este e um presente “imediato”.

Hobsbawm se pergunta qual foi a vantagem de o mundo não capitalista de 1848-1875 se submeter ao capitalista, e comenta:

o que é hoje chamado o ‘Terceiro Mundo’ ou ‘os países subdesenvolvidos’ está à mercê do Ocidente, vítimas indefesas. Mas esta subordinação não trouxe nenhuma compensação para esses países? Como já vimos, havia os que, nos países atrasados, acreditavam que sim. A ocidentalização era a única solução, e se isso implicasse não apenas aprender e copiar os estrangeiros mas aceitar sua aliança contra as forças locais do tradicionalismo, isto é, sua dominação – então o preço tinha que ser pago. (ibid, p. 191. Grifo meu)

O leitor não é convocado diretamente a utilizar sua memória para legitimar a comparação entre o passado e o presente. Esta aproximação entre o ontem e o hoje ocorre de forma sutil através de um linguajar típico do mundo da segunda metade do século XX,

polarizado entre o capitalismo (o primeiro mundo) e o comunismo (o segundo mundo). Entre as duas forças antagônicas ficava o terceiro mundo, caracterizado por seu subdesenvolvimento.

E o autor complementa, comentando que o “contraste mais óbvio entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos era, e ainda é, aquele entre pobreza e riqueza” (ibid, p. 191).

Para Hobsbawm, se tomadas separadamente as diversas formas de arte, “a queda geral de nível é igualmente óbvia em algumas, sendo que em outras a superioridade em relação ao período precedente é inegável”. (HOBSBAWM, 1996c, p. 385. Grifo meu). Apenas a pintura francesa se tornou “uma parte permanente do museu imaginário do século XX (...)” (ibid, p. 386. Grifo meu). A interação temporal, neste momento, ocorre de forma geral a todo o século XX, borbulhado pela “imaginação da pintura francesa”.

Quanto à demanda da arte pela burguesia, Hobsbawm comenta que “seu patrocínio enquanto indivíduos não era talvez tão importante como iria ser na última geração antes de 1914, quando os milionários dos Estados Unidos aumentaram os preços de certas obras de arte mais do que nunca ou desde então” (ibid, p. 389. Grifo meu). Mais uma vez, o autor não recorre à memória de seu leitor, mas tenta, mesmo assim, construir uma relação de proximidade entre o passado e o presente a partir de indicativos próximos ao leitor.

Hobsbawm completa suas indagações acerca do mercado de massa das artes entre 1848-1875 afirmando que ele “pode ser comparado com o dos tempos atuais. Apesar disso, ele existia e sua importância é inegável” (ibid, p. 391. Grifo meu).

Ao discutir a arquitetura d’**A Era do Capital**, Hobsbawm sublinha que ela era eclética a ponto de o estilo “Barroco e rococó [serem] foram desprezados até o século XX” (ibid, p. 397). Além disso, essa

arquitetura não tinha uma ‘verdade’ própria porque não apresentava significado que pudesse ser expresso em palavras. As outras artes, sim, porque seu sentido o permitia. Nada é mais surpreendente para as gerações de meados do século XX, educadas em dogmas críticos bem diferentes, que a crença de meados do século XIX de que a forma da arte não era importante e o conteúdo valia tudo. (ibid, p. 399. Grifo meu)

Nestas duas citações Hobsbawm busca criar a ligação entre o passado e o presente – o *continuum* temporal – a partir de duas estratégias discursivas: na primeira, o autor se reporta ao século XX como um todo, deixando seu leitor desobrigado a rememorar; na segunda parte, Hobsbawm convoca as gerações pós-meados do século XX a se servirem de sua memória na construção da ponte entre passado e presente.

Ao contrário de n’**A Era das Revoluções**, em que o leitor era convidado a recorrer constantemente à sua memória – memória aqui entendida como a capacidade que os homens possuem de atualizar informações passadas e presentes – para corroborar com as imagens criadas pelo autor em sua narrativa, n’**A Era do Capital**, o leitor é obrigado a recorrer a um conhecimento histórico que obrigatoriamente não faz parte de sua memória, mas que precisa ser resgatado da memória histórica coletiva e individual.

Um bom exemplo dessa perspectiva, sem contar todos os outros exemplos pontuados aqui, ao falar do capital e dos países que se destacaram no cenário abordado entre os anos de 1848-1875, Hobsbawm comenta que:

Os historiadores, com o conhecimento que a percepção futura traz, talvez se tenham surpreendido menos diante das realizações japonesas do que deveriam. Eles apontaram para o fato de que, de muitos ângulos, o Japão, embora inteiramente diferente na sua tradição cultural, era surpreendentemente análogo ao Ocidente na estrutura social. (ibid, p. 211)

E ele complementa, dizendo que “até o final da Segunda Guerra Mundial, a crença de que, do ponto de vista tecnológico, os japoneses só podiam produzir imitações baratas dos produtos ocidentais, fazia parte da mitologia ocidental” (ibid, p. 220. Grifo meu). Assim, o leitor é forçado ao mesmo tempo a resgatar um conhecimento dado pela história, e rememorar

uma crença que existiu no passado para entender o período entre 1848 e 1875. Essa narrativa, nesse sentido, busca tornar o passado longínquo parte do presente, que não é tão próximo como os historiadores imediatistas franceses destacam. O passado se torna presente na medida em que é rememorado.

1.3. DO LIBERALISMO BURGUEÊS AO IMPERIALISMO CAPITALISTA: A ERA DOS IMPÉRIOS

Na terceira obra que se dedica ao Longo Século XIX, **A Era dos Impérios**, Hobsbawm recria o ambiente montado pela sociedade burguesa, entre 1848-1875, que culminará no Imperialismo subsequente.

Hobsbawm, logo na introdução, afirma que não são apenas os poucos indivíduos com vinculação direta aos anos anteriores a 1914 que devem olhar a paisagem de sua **zona de penumbra**, mas todos que vivem no mundo da década de 1980, na medida em que suas vidas foi moldada pela era desencadeou a Primeira Guerra Mundial.

Para ele, quando lidamos com períodos remotos, sabemos que são estranhos e distantes, que sobrevivem, dependendo das distâncias, através de relíquias inanimadas dos mortos (palavras, escritos, objetos, imagens). Hobsbawm complementa, ademais

sendo historiadores, sabemos que o que escrevemos só pode ser julgado e corrigido por outros estranhos como nós, para quem também, ‘o passado é outro país’. Partimos, por certo, dos pressupostos de nossa própria época, lugar e situação, inclusive da tendência a reler o passado nos nossos termos, a ver o que ele nos preparou para discernir e apenas o que nossa perspectiva nos permite reconhecer (...) Mas o único obstáculo com que nos deparamos são outros contemporâneos nossos discutindo, como estranhos, sobre um passado que não é mais parte de memória. (ibid, p. 17. Grifo meu)

Nesta longuíssima parte, podemos destacar duas figuras nas quais o autor busca o fio condutor do tempo: “os que vivem no mundo da década de 1980”, que vivem num mundo moldado pelos anos anteriores a Primeira Guerra Mundial; e os historiadores que partem dos

“pressupostos de nossa própria época” para “reconstruir” o que se passou. O que é interessante para o autor é que estes contemporâneos discutem **A Era dos Impérios**: “um passado que não é mais parte de memória”. O *continuum* se dá justamente nesta interação entre o que se sabe sobre o passado graças a um conhecimento que é parte da memória e o historiador que construiu sua versão daquele passado graças a sua narrativa.

O presente não é entendido, nem pode ser uma cópia-carbono do passado, mas como resultado dele. Apesar do conceito de **zona de penumbra** indicar que há lembrança, memória, o autor, nesta passagem, diz que esta memória é do sacerdote de Clio. Hobsbawm insiste, por exemplo, que “as pessoas do final do século XX ainda estarem, de fato, apaixonadamente envolvidas com o período que se encerrou em 1914, provavelmente porque agosto de 1914 é uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história” (HOBSBAWM, 1998a, p. 19. Grifo meu) porque marca o fim do Longo Século XIX.⁸⁷

Uma das coisas que interliga os homens do passado (1875-1914), com os homens do presente (1980), argumenta Hobsbawm, é a guerra. “De fato, em nenhum outro ponto a vinculação entre preocupações passadas e presente é mais evidente que na história da Era dos Impérios” (ibid, p. 20).

Uma das questões apontadas pelo autor, ainda na parte introdutória do seu texto, e que merecem destaque, é o da continuidade e descontinuidade entre o passado e o presente.

Pois, afinal, a relação do passado com o presente ocupa lugar central nas preocupações tanto dos que escrevem como dos que lêem história. Ambos querem, ou deveriam querer, entender como o passado se tornou o presente, e ambos querem entender o passado; e o maior obstáculo para tanto é o fato de este não ser igual ao presente. (ibid, p. 22. Grifo meu)

Mesmo assim, o passado e o presente estão interligados pelo *continuum*.

⁸⁷ Os marcos acontecimentais são fundantes na idéia de *continuum* temporal, porque, no mínimo, delineiam e separam o passado longínquo do passado recente e, este, do presente.

Hobsbawm, no capítulo “A Era dos Impérios”, afirmando que o período entre 1875-1914 pode ser chamado de Era dos Impérios não só por ter criado um novo tipo de imperialismo (econômico), mas por ser o período em que um grande número de governantes se auto denominaram ou foram considerados imperadores. “Hoje (1987), o único sobrevivente titular desse seleto grupo de supermonarcas é o governante do Japão, cujo perfil político é fraco e cuja influência política é insignificante” (ibid, p. 88. Grifo meu). O leitor é levado a criar uma imagem do passado a partir do seu presente.

Ainda nessa aproximação casual entre o passado e o presente, Hobsbawm afirma que em “1914, inúmeros políticos se orgulhavam de se denominarem imperialistas, mas no decorrer de nosso século eles praticamente desapareceram de vista” (ibid, p. 93. Grifo meu). O leitor, mais uma vez, é levado a relacionar o passado com o presente: no passado os políticos se denominavam imperialistas, no presente são não mais. O que nos chama a atenção, entretanto, é o fato do autor falar “1914” e logo em seguida usar a expressão “nosso século”. É bom lembrar que Hobsbawm não utiliza a clássica divisão dos séculos, mas uma divisão através de momentos de ruptura. Nesse caso, o século XIX não se iniciou em 1801 e nem findou em 1900, ele teve como marco fundante 1789 com a eclosão da Revolução Francesa, e foi encerrado em 1914 com o advento da Primeira Guerra Mundial.

Ao analisar as bases teóricas da obra de Lenin, Hobsbawm afirma que este via o imperialismo como uma nova etapa específica do capitalismo. Hobsbawm se nega a discutir “os mecanismos específicos através dos quais o ‘capitalismo monopolista’ levou ao colonialismo (...) ou a ampliação mais recente dessa análise numa ‘teoria da dependência’ de alcance mais geral no final do século XX” (ibid, p. 93. Grifo meu).

Hobsbawm complementa que esta discussão foi obscurecida pelas argumentações dos não marxistas. Eles tenderam “a negar qualquer conexão específica entre o imperialismo do fim do século XIX e início do século XX com o capitalismo em geral, ou com sua etapa

particular que (...) parecia emergir no final do século XIX” (ibid, pp. 93-94. Grifo meu). Assim, o autor, mais uma vez, coloca o seu leitor como o ponto de ligação entre o passado e o presente. Este passado, para Hobsbawm, faz parte do presente porque o formou. Entretanto, eles são distintos um do outro.

Ao discutir a nova divisão econômica internacional, como fruto do avanço do modelo capitalista industrial, Hobsbawm comenta que essa globalização da economia, não era nova, mas foi acelerada no século XIX. As áreas em desenvolvimento integravam o sistema graças a seus produtos primários. As principais reservas de cobre “e, por conseguinte, seus maiores produtores, estavam no que o final do século XX chamaria de Terceiro Mundo: Chile, Peru, Zaire, Zâmbia” (ibid, p. 97. Grifo meu). Aqui, mais uma vez, os leitores são convidados, indiretamente, a dar o seu testemunho através de sua memória para compreender o que o autor quer dizer com sua narrativa. O que é mais significativo, entretanto, é a ligação que Hobsbawm proporciona ao falar numa perspectiva mundial.

Hobsbawm, nesta redefinição cronológica, enfatiza que para os produtores de matéria prima, “a era dos impérios que começou no final do século XIX, durou até a Grande Depressão de 1929-1933” (ibid, p. 99. Grifo meu) quando a monocultura se tornou vulnerável no mercado internacional. Assim, o autor busca ligar o século XIX, e portanto o passado, ao século XX, o presente.

A grande depressão do final do século XIX, afirma Hobsbawm, foi um teste para o sucesso ultramarino britânico, “porque, como depressões mundiais posteriores (inclusive a dos anos 1970 e 1980), levou a uma crise de endividamento internacional de vulto, que pôs os bancos das metrópoles em sério risco” (ibid, p. 112. Grifo meu). Os leitores que vivenciaram o período de depressão dos anos 70 e 80 do século XX são levados a pensar sobre suas vidas para compreender, analogamente, o passado. A inter-relação é construída de forma regressiva, do conhecido para o desconhecido.

Hobsbawm, ao falar do exotismo provocado pelo encontro das inúmeras culturas no final do século XIX busca a inter-relação temporal ao afirmar que o primitivismo da cultura africana “era, sem dúvida, sua principal atração, mas é inegável que as gerações de vanguarda do início do século XX ensinaram os europeus a ver essas obras como arte – muitas vezes grande arte – em sua verdadeira grandeza, independente de sua origem” (ibid, p. 121). Esta relação entre o passado e o presente ocorre justamente no próprio passado já que “o início do século XX” também pertence a uma época distinta “do final do século XX”.

Hobsbawm, ao falar da política democrática, afirma que o período entre 1875 e 1914 foi iniciado em meio a uma histeria entre os governantes por causa da Comuna de Paris, “a cuja supressão seguiu-se um massacre de parisienses em escala normalmente inconcebível nos Estados civilizados do século XIX. Mesmo pelos nossos mais bárbaros padrões, a escala é ainda impressionante” (ibid, p. 126. Grifo meu).⁸⁸ O presente, mais uma vez, serve de modelo para se compreender o passado. A trama elaborada pelo autor, leva o leitor a entender o passado pelo presente.

É nesse sentido, que o autor, ao pontuar sobre a democratização na década de 1870 e sobre os sistemas eleitorais com sufrágio universal comenta que: “segundo padrões mais recentes, essa democratização ainda era incompleta – o eleitorado comum, sob sufrágio universal, era de 30 a 40% da população adulta – mas deve-se notar que até o voto feminino já era mais que um utópico slogan” (ibid, p. 127. Grifo meu).

Com relação ao engatinhar da democratização na sociedade, Hobsbawm destaca que

os leitores já devem ter observado de passagem que, mesmo países hoje considerados profunda, e historicamente democráticos, como os escandinavos, apenas tardiamente decidiram ampliar o direito ao voto; para não mencionar os Países Baixos, que, ao contrário da Bélgica, resistiram sistematicamente à democratização antes de 1918 (...). (ibid, p. 128. Grifo meu)

⁸⁸ Para Hobsbawm, esse massacre refletia um problema político da sociedade burguesa: sua democratização.

Se nas passagens anteriores, Hobsbawm buscava ligar o passado ao presente sem evocar diretamente a figura de seu leitor, aqui ele convoca o leitor a seguir seu raciocínio através de sua narrativa.

Quando Hobsbawm discute a mobilização de setores da sociedade civil unidos por lealdades setoriais, como é o caso das religiões e da nacionalidade, afirma que:

Assim, embora o potencial político dos partidos cristãos fosse enorme, como o demonstraria a história europeia a partir de 1945, e à medida que, evidentemente, esse potencial crescia a cada uma das extensões do voto, a igreja resistia à formação de partidos políticos, conquanto haja reconhecido, desde o início da década de 1890, que seria desejável arrebatar as classes trabalhadoras à revolução socialista e atéia e, é claro, necessário cuidar de seu maior eleitorado, os camponeses. (ibid, p. 134)

Mais uma vez, o leitor é obrigado a seguir a argumentação do autor a partir do presente vivido – e, portanto, passível de ser rememorado – ao passado.

Já em seguida, o leitor é convidado diretamente a interagir com o autor, quando este, ao tratar do sistema parlamentar, comenta que

as gerações de leitores que cresceram posteriormente à Primeira Guerra Mundial talvez considerem estranho que nenhum governo haja seriamente contemplado o abandono do sistema parlamentar e constitucional, neste tempo. Após 1916, de fato, o constitucionalismo liberal e a democracia representativa, efetivamente bateram em retirada em toda a linha de frente, embora em parte restaurados após 1945. (ibid, p. 146. Grifo meu)

O diálogo é estabelecido entre as pessoas nascidas pós-1918 e o passado, através da memória constituída no próprio tempo.

Continuando a discussão sobre a sociedade burguesa, Hobsbawm comenta que: “Nós situados em finais do século XX, podemos apenas considerar com melancólica incredulidade um período em que massacres, tais como os que diariamente ocorrem no mundo atual, eram tidos como monopólio de turcos e tribos selvagens” (ibid, pp. 147-148. Grifo meu). Além de falar do final do século XX e interligá-lo com o final do século XIX,

Hobsbawm, como marxista que é, critica a cegueira da sociedade burguesa que nem sempre representa o moderno ou a modernidade.

Hobsbawm ao tratar dos empregos burocráticos, que em 1914 na Alemanha chegaram a 5,5 ou 6% afirma que: “nos países da Comunidade Econômica Européia, na década de 1970, os empregos governamentais formavam entre 10 e 13% da população ativa” (ibid, p. 151. Grifo meu). É preciso salientar, entretanto que, neste momento, para Hobsbawm, 1914 faz parte do Longo Século XIX, portanto pertencendo a um passado longínquo que ao mesmo tempo faz parte de um presente que já é passado (1970). Nesse sentido, não há uma separação nítida entre o que passou e o que ainda é, mesmo sabendo que tanto o presente quanto o passado possuem suas especificidades.

Ele ao discutir “o otimismo democrático e a crença na inevitabilidade histórica”, afirma que: a fé de que o capitalismo, inevitavelmente, deveria abandonar a democracia burguesa é errônea porque

a democracia burguesa renasceu das próprias cinzas em 1945, permanecendo, desde então, o sistema favorito das sociedades capitalistas, quando suficientemente fortes, economicamente prósperas e socialmente não polarizadas ou divididas para permitir-se a adoção de um sistema tão vantajoso. (ibid, p. 161. Grifo meu)

Mil novecentos e quarenta e cinco (1945) é evocado como um período que dá inteligibilidade a 1914 e 1980. Nesse sentido, Hobsbawm não separa passado e presente, eles fazem parte de um mesmo contexto, e um serve de base explicativa ao outro.

Essa estratégia narrativa de opor o passado ao presente, para dar inteligibilidade ao que passou, e que não faz parte da memória individual, acaba criando uma proximidade entre o passado longínquo e o presente (este último pode ser dividido em: um presente que já passou, e um presente imediatista que ainda é). A memória, como vimos, é o elo de ligação entre presente e passado, que graças a ela forma um *continuum* temporal.

No Epílogo, essa relação temporal aparece de forma clara quando Hobsbawm, ao tratar cifras contabilísticas astronômicas (demográfica, econômica, etc.) afirma que elas “não podem ser cabalmente explicadas, e ainda menos justificadas, pelo rápido crescimento da população mundial em nosso século. A maioria delas se refere a áreas onde ela não estava crescendo tão depressa assim” (ibid, p. 455, Grifo meu). A expressão em “nosso século” objetiva colocar o leitor do presente diante de uma realidade que é ao mesmo tempo diferente e próxima da dele.

Corroborando com essa idéia, Hobsbawm afirma que mesmo sendo inegável o progresso do século XX,

as previsões não sugerem um ascenso contínuo, mas a possibilidade, talvez a iminência, de alguma catástrofe: outra e mais letal guerra mundial, um desastre ecológico, uma tecnologia cujo triunfo torne o mundo inabitável para a espécie humana, ou qualquer outra forma atual que o pesadelo possa revestir. A experiência nos ensinou, em nosso século, a viver na expectativa do apocalipse. (ibid, p. 456. Grifo meu)

É inevitável para o autor, na tessitura de sua intriga, utilizar o presente para explicitar melhor um passado que, para ele, faz parte deste presente. Para isso, nós vimos acima, ele utiliza duas estratégias discursivas: na primeira, o leitor é convocado a utilizar elementos de sua memória como ponto de ligação entre o passado e o presente. Um bom exemplo disso, além dos já pontuados, aparece em frases do tipo: “Estamos, hoje em dia, tão habituados à definição étnico-lingüística das nações que olvidamos que essencialmente ela foi inventada em fins do século XIX”. (ibid, p. 208. Grifo meu) Ou, em frases em que a memória é convocada, como: “Para os que nasceram após 1914, é difícil imaginar como a crença de que uma guerra mundial não podia ‘realmente’ acontecer estava profundamente enraizada no tecido da vida antes do dilúvio”. (ibid, p. 420. Grifo meu)

Na segunda estratégia, o autor não convoca o leitor, ele apenas indica uma aproximação entre o passado e o presente. Essa estratégia aparece em frases do tipo: “Suas

máquinas de produção, embora não fossem muito potentes pelos padrões atuais – na Grã-Bretanha a média de 20 HP em 1880 –, costumavam ser grandes, ainda feitas principalmente de ferro, como se pode constatar nos museus de tecnologia”. (ibid, p. 47. Grifo meu) Ou aparece em frases, do tipo: “Nem os EUA, no auge de sua supremacia mundial no início dos anos 1950 – e representando uma parcela da população mundial três vezes superior à britânica dos anos 1860 –, conseguiram em momento algum atingir os seus 53% da produção mundial de ferro e aço e 49% da têxtil”. (ibid, pp. 74-75. Grifo meu)

2. O PRESENTE: O CURTO (E INTENSO) SÉCULO XX

Devemos analisar a última obra que compõe a quadrilogia de Hobsbawm: **A Era dos Extremos**. Antes de nos debruçarmos sobre a obra em si, não custa relembrar mesmo estando isolada como única obra a tratar do tempo presente, ela revela-se muito maior e mais densa que suas precedentes, pois condensa um século de história mundial em pouco mais de quinhentas páginas.

Além disso, assim como o Longo Século XIX é visto por Hobsbawm em três momentos (**A Era das Revoluções**, **A Era do Capital**, e **A Era dos Impérios**), o Curto Século XX é pontuado em três fases.

Uma primeira denominada “A Era da Catástrofe”, em que são abordados os trinta e um anos da grande Guerra (1914-1945). Uma segunda fase chamada de “A Era de Ouro”, que vai abordar a história mundial durante os anos 1950 a 1970, o que compreende o período mais intenso da Guerra Fria. E, por fim, um terceiro momento, “O Desmoronamento”, que analisa o fim da década de 1970 até 1991, quando ocorre a ruptura do século XX para o XXI: o fim da bipolarização das superpotências com a destruição do bloco comunista.

É preciso destacar que essa tripla divisão já havia sido pontuada por Hobsbawm quando este tratava do Longo Século XIX. Nesse sentido, a “Era da Catástrofe” é comparável **A Era das Revoluções** com suas revoluções sangrentas e com o esfacelamento da sociedade anteriormente estabelecida.⁸⁹ A “Era do Ouro” pode ser entendida e comparada com **A Era do Capital**, um período de reorganização política, econômica e social. Já a fase do “Desmoronamento” pode ser entendida como **A Era dos Impérios**, uma fase de crise do que foi posto na “Era de Ouro” através das contradições aparentes e inerentes surgidas na sociedade. A velha dialética hegeliana aparece aqui de forma clara: a síntese anterior (antigo regime ou Imperialismo) gerou a tese, que por sua vez criou a antítese que produziu o século XXI (o presente).

No início d’**A Era dos Extremos**, Hobsbawm narra a visita do Presidente francês François Mitterrand a Sarajevo em 28 de junho de 1992, e comenta:

Para qualquer europeu culto da geração de Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre a data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo, [a Primeira Guerra Mundial]. Mas quase ninguém captou a alusão, exceto uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva. (HOBSBAWM, 1995, pp. 12-13. Grifo meu)

Infelizmente, lamenta Hobsbawm,

a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles tem de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (ibid, p. 13. Grifo meu)

⁸⁹ No caso d’**A Era das Revoluções** o que desmorona, é o Antigo Regime; já no caso da “Era da Catástrofe” o domínio europeu sobre o resto do mundo.

Nesta longa passagem pode-se destacar algumas idéias relacionadas a perspectiva de tempo de Hobsbawm. Em primeiro lugar, o passado recente e, portanto, a **zona de penumbra** pode servir de base para compreender o presente graças à memória. Essa faceta é coisa de “historiadores profissionais e cidadãos idosos”, já que o final do século XX “destrói o passado”, pois seus jovens vivem num “presente contínuo”.

A expressão “presente contínuo”, em segundo lugar, reforça a noção de presente que aparece na obra de Hobsbawm, que é a do *continuum* temporal. Ficar apenas no presente, como os jovens do final do século XX fazem, é matar um passado que faz parte do presente. É, por isso, que ele convoca os historiadores à cruzada contra a morte do passado. A história e o historiador têm a função de “lembrar o que os outros esquecem”, e que lhes dá identidade. Nesse sentido, o historiador seria o ponto de ligação entre um passado passível de esquecimento e um presente.

O objetivo de Hobsbawm com a obra é compreender e explicar por que as coisas foram do jeito que foram, mas também trata-se

de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis –, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. (ibid, p. 13)

O indivíduo, enquanto observador do século, tem na história o instrumental para correção da memória. Entretanto, é preciso destacar, que para Hobsbawm as opiniões sobre “nossa época” são determinadas a partir de acontecimentos cruciais. É por isso que para ele a história, ou o tempo presente, não pode ser dissociado de um passado recente, que é parte do presente.

É nessa perspectiva que Hobsbawm afirma que para ele e sua casta,

o passado é indestrutível, não apenas por que pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (...), em que os tratados de paz ainda eram assinados e portanto tinham de ser identificados (...) e os memoriais de guerra lembravam acontecimentos passados, como também porque os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. (ibid, pp. 13-14. Grifo meu)

Essa concepção de tempo, elaborada pelo autor tem origem, indica indiretamente, a citação acima, na própria experiência de vida do autor. Como se viu, toda a trajetória de vida dele foi trespassada por acontecimentos públicos que determinaram uma parte de sua vida e de seus contemporâneos.

Para Hobsbawm, isso não implica que outros leitores não possam interagir com ele, através de experiências de segunda mão (ou de terceira), afinal de contas, este passado pertence a todos. É nesse sentido que ele afirma:

Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma. (ibid, p. 15. Grifo meu)

Nesse sentido, o passado recente, aqueles fatos ocorridos no início do século XX, fazem parte do presente, eles formam um *continuum* temporal.

Sobre os marcos históricos do século XX, Hobsbawm afirma que:

Não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos. (ibid, p. 14. Grifo meu)

Apesar da discussão sobre os marcos acontecimentais na obra de Hobsbawm ser objeto do próximo tópico, não podemos nos dar ao luxo de não comentar esta passagem. Aqui a ruptura temporal, marco do texto do autor, é brusca. Assim como nasceu, o século XX

pereceu, de forma traumática e violenta. O *continuum*, nesse sentido, é o grande instrumental da não fragmentação do tempo, pois ele é visto de forma uniforme.

Ao traçar o roteiro d’**A Era dos Extremos** e ao falar do fim do socialismo real em 1991, Hobsbawm enfatiza que “esse colapso pode assinalar o fim do Breve Século XX, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início. Nesse ponto minha história chega ao fim” (ibid, p. 19, Grifo meu). Os marcos temporais, são político-sociais, fatos que modificaram drasticamente uma situação já existente, como é o caso do fim do socialismo real.

Hobsbawm alerta que mesmo fazendo parte de um mesmo período e, portanto, de um mesmo tempo, não se pode comparar o mundo do final do Breve Século XX ao mundo de seu início. Em primeiro lugar, porque ele deixou de ser eurocêntrico; em segundo lugar, porque ele efetivamente se tornou global; e, em terceiro lugar, graças ao fim dos velhos padrões de relacionamento humano, “e com ela, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente” (ibid, p. 24). Essa quebra ocorre, como visto acima, justamente porque o presente não mais se preocupa com o passado recente, nem tão pouco, com o passado longínquo.

Nesse sentido, Hobsbawm comenta que

no fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. (ibid, p. 25. Grifo meu)

A estratégia narrativa de Hobsbawm leva justamente o leitor a – direta ou indiretamente – inter-relacionar o passado as experiências destes no presente. A dúvida é justamente se isso é uma forma de reconciliar o mundo mais presente com o mundo mais

passado? Não possuímos elementos para responder a esta questão, sem contar que este trabalho não se propõe a tanto.

Esta inter-relação entre o passado e presente aparece em vários outros momentos da narrativa histórica do autor. Ao tratar dos problemas econômicos que o mundo viveu após a Primeira Guerra Mundial, Hobsbawm retrata os problemas do café brasileiro, e comenta que,

apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1930; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas. (ibid, p. 97)

Assim, os leitores, no caso brasileiros, são levados a aliar memória, no caso dos mais velhos, com imaginação, os mais jovens, na construção de um quadro histórico, que alia passado (recente) e presente.

A idéia de *continuum*, a inter-relação passado-presente, ainda aparece quando Hobsbawm discorre sobre a principal consequência da Depressão pós-Grande Guerra: o desemprego. Essa situação foi mais dramática porque a previdência pública, na forma de seguro social, “ou não existia, como nos EUA, ou, pelos padrões de fins do século XX, era parca, sobretudo para os desempregados a longo prazo”. (ibid, p. 97. Grifo meu)

Hobsbawm reforça essa ligação entre o passado e o presente, ao discutir sobre os acordos e dívidas econômicas do pós-Primeira Guerra. Segundo ele, o “Banco de Acordos Internacionais em Basileia (Suíça), a primeira das instituições financeiras internacionais que iriam se multiplicar após a Segunda Guerra Mundial (No momento em que escrevo, ele ainda está em funcionamento)” (ibid, pp. 102-103. Grifo meu).

Por outro lado, Hobsbawm destaca que “para quem olha em retrospecto da década de 1990, salta aos olhos o pessimismo de comentaristas inteligentes. Economistas capazes e

brilhantes viam o futuro do capitalismo, caso ele não fosse mexido, como de estagnação” (ibid, p. 106. Grifo meu). O leitor pode até não conhecer a intenção do autor, entretanto ele se sente, ao ler um texto escrito dessa forma, fazendo parte do passado, ou melhor, ele relaciona o passado com o seu presente.

Sobre a estagnação do capitalismo, Hobsbawm completa que

talvez historiadores, que venham estudar o período de 1973 até o fim do Breve Século XX, fiquem igualmente impressionados com a persistente relutância das décadas de 1970 e 1980 em considerar a possibilidade de uma depressão geral da economia capitalista mundial. (ibid, p. 106. Grifo meu)

Nesta passagem, o autor busca especular sobre um futuro estudo da crise econômica da década de 1970 e 1980. A inter-relação temporal aparece de duas formas: em primeiro lugar, na possibilidade de um estudo futuro sobre a crise econômica de 1970-1980; e, em segundo lugar, por o autor falar do problema do capitalismo em 1970-1980 numa discussão sobre os desafios da economia em 1929.

Ao tratar da compreensão e correção dos defeitos da economia mundial, Hobsbawm comenta que

aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos. Também nos dá uma vívida ilustração da necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer. (ibid, p. 107. Grifo meu)

Mais uma vez, Hobsbawm busca relacionar o presente com o passado usando como instrumental a memória adquirida pelos leitores, neste caso, por aqueles indivíduos que vivenciaram a década de 1930.

Com relação a queda do liberalismo, e sobretudo, ao falar do fascismo como eficaz instrumento de análise de crenças malucas e alta tecnologia, Hobsbawm diz que “o fim do

século XX, com suas seitas fundamentalistas brandindo as armas da televisão e da coleta de fundos programada em computador, nos familiarizou mais com esse fenômeno” (ibid, p. 122. Grifo meu). O leitor continua sendo convidado a relacionar suas experiências para entender o passado e, principalmente o fascismo, ocorrido no passado.

Ainda nessa perspectiva, se destaca a análise de Hobsbawm sobre os defensores do fascismo, ex-defensores do liberaslismo, que “do mesmo modo, no fim do século XX, a desintegração dos movimentos proletários trabalhistas e socialistas clássicos liberou o chauvinismo e o racismo instintivos de muitos trabalhadores braçais” (ibid, p. 124. Grifo meu).

Além disso, podemos destacar de forma enfática, que Hobsbawm busca uma inter-relação entre presente e passado, através dos elementos contidos no próprio presente, quando ele ao falar dos recrutas da Primeira Guerra, afirma que “esses Rambos da época eram recrutas naturais da direita radical” (ibid, p. 128). Apenas um leitor, que tenha assistido a série de filmes, que conta às aventuras de um soldado americano traumatizado pela Guerra do Vietnã, poderá entender a crítica e ligar o presente ao passado de forma analógica, como objetiva o autor.

Essa busca do passado pelo presente, aparece também quando Hobsbawm fala das condições que tornaram a política democrática frágil: “acordos de paz após 1918 [que] multiplicaram o que nós, no fim do século XX, sabemos ser o vírus fatal da democracia, isto é, as divisões do conjunto de cidadãos exclusivamente segundo linhas étnicos-nacionais ou religiosas” (ibid, p. 141. Grifo meu).

Ele continua, “as incertezas em torno da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam tão óbvias quanto entre 1950 e 1990” (ibid, p. 143. Grifo meu). O interessante do texto de Hobsbawm é sua capacidade de aproximar ou

distanciar o leitor. Nesse caso, o leitor não é convocado diretamente, como em passagens anteriores contidas nas outras obras ou mesmo n’**A Era dos Extremos**. Mesmo correndo o risco de ser repetitivo, é preciso deixar claro como isso acontece.

O leitor é distanciado em momentos do tipo: “Mesmo a derrota absoluta em duas guerras mundiais não impediu a Alemanha de acabar o século XX como o Estado dominante do continente” (ibid, p. 133. Grifo meu) europeu. O leitor não é obrigado a visualizar o passado pelo presente, mas o passado é apenas comparado com a situação atual.

A comparação também ocorre em partes do texto do tipo:

As principais exceções [de países do Terceiro Mundo não revolucionários] até a data em que escrevo são a Índia e umas poucas colônias governadas por paternalistas autoritários e longevos como o dr. Banda, de Malavi (ex-colônia de Niassalandia) e o (até 1994) indestrutível M. Félix Houphouët-Boigny, da costa do Marfim. Essa persistente instabilidade social e política do Terceiro Mundo dava-lhe seu denominador comum. (ibid, p. 422)

A expressão “até a data em que escrevo” não leva o leitor a rememorar, apenas induz uma comparação que aproxima passado e presente.

Por outro lado, Hobsbawm também busca aproximar o leitor, o colocando diretamente como co-elaborador da trama temporal, já que ele usa sua memória para construir um *continuum* entre passado e presente.

Isto ocorre, por exemplo, quando ao discutir a implantação do comunismo em Cuba, Hobsbawm afirma que “as esperanças de Krushev, como lembrarão os leitores mais velhos, eram de que o capitalismo fosse sepultado pela superioridade econômica do socialismo” (ibid, p. 424). Nesse caso, ele recorre aos leitores mais velhos, mesmo assim, são eles os responsáveis em dar inteligibilidade ao passado graças a sua memória.

Um outro exemplo possível, dessa aproximação do leitor, ocorre quando o autor, discutindo a gênese da Segunda Guerra Mundial, comenta que:

De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos *sabíamos* que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincentes para evitá-la. Nós – o historiador também pode recorrer à própria memória – *contávamos* em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. (ibid, p. 154. Grifo do autor)

Apesar do aparente egocentrismo do autor, sobretudo com a frase “o historiador também pode recorrer à memória”, gostaria de destacar que os verbos “sabíamos” e “contávamos” estão em destaque, o que indica uma ampliação do “eu” do historiador para um “nós” coletivizado.

E, por fim, como último exemplo, posso destacar a discussão que o autor levanta sobre a Itália revolucionária de Franco quando diz:

É significativo que não mais de mil voluntários estrangeiros tenham lutado do lado de Franco (...) Para esclarecimento dos leitores criados no ambiente moral de fins do século XX, deve-se acrescentar que esses não eram nem mercenários, nem, com exceção de poucos casos, aventureiros. Eles foram lutar por uma causa. (ibid, p. 161. Grifo meu)

Os leitores, nessa passagem, são convidados a dialogar com o autor, através de seus conhecimentos sobre o presente.

3. O ACONTECIMENTO COMO MARCO TEMPORAL

Uma das problemáticas mais persistentes para o historiador, e conseqüentemente, para a história é a do acontecimento. Antes de embarcarmos nesta trilha dentro dos mananciais da obra de Hobsbawm, se faz necessária uma breve discussão sobre a natureza do acontecimento.

Num artigo intitulado “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”, contido no livro **A Escrita da História: Novas Perspectivas**, Peter Burke destaca que assim como no “nosso tempo”, o próprio Iluminismo “já atava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos”, e nesse sentido, a “chamada

‘Revolução Copérnica’ liderada na historiografia por Leopold von Ranke no início do século XIX, parece muito mais uma contra-revolução, no sentido de que trouxe os acontecimentos de volta ao centro do palco” (BURKE, 1992, pp. 347-348).

Um segundo ataque à história acontecimento, comenta Burke, ocorre no início do século XX quando Lewis Namier e RH. Tawney, na Inglaterra, sugeriram que o historiador, em vez de narrar pura e simplesmente os acontecimentos, deveria analisar as estruturas subjacentes a sociedade.

Paul Ricoeur, salienta Burke, já declarava que toda a história escrita, incluindo a chamada história “estrutural” necessariamente assume algum tipo de narrativa. Nesse sentido, o problema não é saber se a narrativa faz parte ou não da maleta de instrumentos do ferreiro da história, mas como essa narrativa aparece hoje em dia como um instrumento não meramente descritivo. Além do mais, é preciso entender a própria natureza do acontecimento narrado pelo historiador.

O acontecimento, assim como o fato histórico, repousa numa decisão *a priori* do historiador. Eles não possuem existência autônoma, não falam por si só. Segundo Edward H. Carr, “os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto” (CARR, 1989, p. 14). A própria idéia de acontecimento histórico se forma desse princípio, ou seja, é o historiador que transformará um fato num acontecimento histórico.

É preciso destacar, que o próprio historiador mesmo com uma documentação em mãos, acaba tendo de processar as informações contidas neste ou naquele documento. Isso sem contar que “os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre retratados através da mente do registrador” (ibid, p. 23). Nesse sentido o fato se constitui a partir de um processo de interação

entre o historiador e os acontecimentos, um diálogo entre o presente (afinal somos fruto do meio no qual interagimos) e o passado.

Como o fato é uma construção do historiador, ele sempre será fruto das indagações de um determinado tempo e espaço, tornando a questão da verdade histórica algo extremamente relativo, pois dependerá da época em que se encontra o historiador. É este sacerdote da casa de Clio o responsável pela “construção” da história, pelo menos enquanto campo de conhecimento sistematizado.

Hobsbawm ao eleger 1789 como início do século XIX (ou melhor, do Longo Século XIX) está não só datando o seu corte cronológico, como também determinando um fato como marco de ruptura que separa o século XVIII e o XIX. O acontecimento não é narrado, mas sim analisado como ponto chave de ruptura; como um momento de transformação drástica, para não usarmos a palavra cara aos marxistas, revolucionária. A revolução não precisa ser descrita, e o livro **A Era das Revoluções** “não pretende ser uma narrativa minuciosa, mas sim uma interpretação” (HOBSBAWM, 1996b, p. 15), nem para o leitor leigo, como para o leitor especialista, pois todos devem perceber o momento de ruptura.

A própria subdivisão da obra em duas partes Evolução e Resultados, e seus capítulos iniciais (“O Mundo na Década de 1780”, “A Revolução Industrial” e a “A Revolução Francesa”) compõem ou têm a intenção de compor um quadro analítico da ruptura provocada pelos acontecimentos destacados, que nesse caso, foram a Revolução Francesa e a Inglesa.

Esse princípio, que Hobsbawm adotou na **Era das Revoluções**, é recolocado nas outras obras. **A Era do Capital** inicia-se justamente com a segunda fase revolucionária datada de 1848,

não fosse sua ocorrência e o medo de sua recorrência, a história da Europa nos 25 anos seguintes teria sido muito diferente. Mil oitocentos e quarenta e oito estava bem longe de ser ‘o ponto crítico

quando a Europa falhou em mudar'. A Europa não conseguiu mudar de uma forma revolucionária. Já que tal não ocorreu, o ano das revoluções permanece sozinho, uma abertura mas não a ópera principal, um portal cujo estilo arquitetônico não leva a esperar o que se encontra após atravessá-lo. (HOBSBAWM, 1996c, p. 29)

Mesmo não sendo o ator principal, 1848 marca sua interpretação, pois consolida o modo de vida burguês; e, nesse sentido, rompe definitivamente com os laços do antigo regime.

A Era dos Impérios rompe com o período anterior ao colocar uma nova forma de exploração capitalista, o imperialismo. Aquela sociedade burguesa que na fase anterior estava se consolidando, agora está plenamente formada tentando, e conseguindo, transmitir seus valores sociais, políticos, culturais e econômicos as outras regiões do globo que não passaram diretamente pela dupla revolução (Revolução Francesa e Inglesa). Nesse caso, não houve um acontecimento de ruptura como nas obras anteriores. O acontecimento é o próprio período, a década de 1870, em que se começa a expansão e a criação de impérios “modernos”. Entretanto, o final do período é um acontecimento forte, a Primeira Guerra Mundial.

É com a eclosão da Primeira parte da Guerra de trinta e um anos (a Primeira e Segunda Guerra Mundial) que se inicia **A Era dos Extremos**, última parte de uma quadrilogia que inicialmente seria uma trilogia. O século XX é visto pelo autor como curto já que termina num outro acontecimento de ruptura: a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo real.

Os acontecimentos são selecionados na tentativa de estabelecer uma trama, no sentido atribuído por Paul Veyne, no já clássico **Como se escreve a história**. Para ele, “é preciso haver uma escolha em história, para evitar dispersão de singularidades e uma indiferença em que tudo teria o mesmo valor” (1998, p. 41). A história continua o autor, não se interessa pela originalidade dos acontecimentos, mas pela sua especificidade. Os

acontecimentos selecionados por Hobsbawm são específicos porque são marcos de separação entre o que era e o que passou a ser.

Segundo Veyne, “os fatos têm uma organização natural, que o historiador encontra pronta, uma vez escolhido o assunto que é inalterável; o esforço do trabalho histórico consiste, justamente, em reencontrar essa organização” (ibid, p. 41). Os fatos destacados pelos autores são justamente aqueles que se encaixam na trama escolhida. Como os historiadores narram tramas, “nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é o verdadeiro ou é a História” (ibid, p. 45). Nesse sentido, os acontecimentos como ruptura fazem parte da trama escolhida por Hobsbawm que é a de demonstrar a totalidade do século XIX e como este foi longo em suas características e, por outro lado, demonstrar o curto século XX.

Entretanto, é preciso relembrar, como visto acima, que a trama se estabelece tendo como atores tanto o autor, como o seu leitor. É este último, o grande responsável pela solução ou complicação da trama, através dos exemplos dados pelo autor do que acontece na atualidade mais que se assemelha com o que já aconteceu no passado.

4. A CONCEPÇÃO DE DURAÇÃO NOS SÉCULOS XIX E XX

Como visto no primeiro capítulo desse trabalho, a vida de Hobsbawm foi influenciada por acontecimentos de ordem histórica, como a Guerra Fria. Isto vai determinar sua idéia de tempo histórico, ou pelo menos, a forma de expor a versão da história do Longo Século XIX e do Curto Século XX.

Por viver e ser filho, em todos os sentidos, do final do século XIX e de todo o século XX, Hobsbawm vai expressar isso em seus livros. A própria idéia de que o passado faz parte do presente nasce dessa relação que o autor tem entre o passado e o presente.

A própria escolha de estudar estes temas foi fruto de suas relações íntimas e coletivas. Sua família e o Partido Comunista Inglês vão ser fundamentais, para que este ser do século XX, crítico de si mesmo aos dezoito anos, amante de jazz, mais sensível em captar a beleza dos lugares e as questões sociais que refletem a sociedade, do que as pessoas se torna um historiador comunista engajado, especialista em história contemporânea (não podemos esquecer que na divisão clássica a História Contemporânea inicia-se no final do século XVIII, 1789), ou em história do presente.

É graças ao século XX que Hobsbawm irá pensar a própria noção de tempo. É neste século que a história modifica a noção de tempo histórico, que se torna muito mais lento com a idéia de longa duração braudeliana.⁹⁰ O estudo do longo e do curto século XIX e XX, respectivamente, feito por Hobsbawm, é uma tentativa de entender dentro da longa duração as relações estabelecidas nestes séculos mesmo que ele não se dedique apenas ao aspecto cultural como o estudo em longa duração busca.

Não custa lembrar, que num texto de 1978 sobre “A História Britânica e os ‘Annales’: Um Comentário”, Hobsbawm afirma que a influência dessa “escola” histórica na Inglaterra é *graças* ao

tríplice significado de Fernand Braudel. Primeiro, exerceu influência como autor de um grande livro – e aqui acho que discordo de Peter Burke – que era lido com grande entusiasmo por muitos de nós, quase a partir do momento em que surgiu, e foi influente em sentidos ainda não muito fáceis de definir. Segundo, a partir de certo período, ele nos marcou como diretor da revista dos Annales. E terceiro, e talvez mais importante, foi ele quem transformou, no prazo de uma geração, a VI Section da École Pratique, que é hoje a Escola de Altos Estudos nas Ciências Sociais, no principal centro dinâmico das ciências sociais francesas. Ao fazer isso, pouco a pouco integrou à história francesa a maior parte daquilo que acabei de chamar de *nouvelle vague* e vinculou-a ao âmbito dos Annales e desse grupo. (HOBSBAWM, 1998b, pp. 193-194)

⁹⁰ Na sua autobiografia Hobsbawm se lembra ainda com certo constrangimento que suas relações nunca foram as mesmas, até “ficaram comprometidas para sempre a partir do momento em que o grande homem, muito mais velho e mais eminente do que eu, sugeriu formalmente que nos tratássemos por tu (...) Eu simplesmente não conseguia trata-lo informalmente como um amigo comum e não mais como um superior amavelmente condescendente, que era a posição em que havia aprendido a admirá-lo e a afeiçoar-me a ele” (HOBSBAWM, 2002, pp. 357-358.) Apesar do constrangimento, nota-se um certo grau de admiração de Hobsbawm para com a teórico da Longa Duração.

O conceito de tempo de Hobsbawm busca na longa duração, um instrumental analítico para entender o que ele chama de o Longo Século XIX e o Curto Século XX. Ao escolher 1789 e 1914 como período de estudo, mesmo fragmentando em três momentos, o autor busca estabelecer um marco temporal de longa duração. Isso ocorre também com relação ao período que vai de 1914 a 1991.

É preciso destacar que, mesmo fazendo esse recorte “de longa duração”, a principal idéia de Hobsbawm é estabelecer uma ligação entre o século XIX e o XX, entre o passado e o presente. Assim como todo indivíduo possui sua **zona de penumbra**, o século XX possui o Longo Século XIX como passado que ainda é presente.

Assim, a idéia de longa duração na obra de Hobsbawm funciona muito mais como recorte temporal, do que como proposta metodológica como ocorre em Braudel no **Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II**.

CONCLUSÃO

Somos, de nossas recordações, apenas uma testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: “Aí está alguém que não me deixa mentir”. (BOSI, 2001, P. 407)

Segundo Ricoeur, a narrativa histórica sempre constrói um mundo temporal. Ou seja, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” (1994, p. 15, v. I)

Partindo desse pressuposto, é possível inferir quatro idéias básicas sobre a obra de Hobsbawm e sua concepção de tempo. Em primeiro lugar, que a produção intelectual do autor reflete, em linhas gerais, o próprio período vivenciado. Como se viu no primeiro capítulo, a vida de Hobsbawm foi marcada por momentos históricos de ruptura, que influenciaram o século XX como um todo. Foi o caso da Primeira e Segunda Guerra Mundial; da Revolução Russa e da Guerra Fria.

Assim, os marcos cronológicos da obra de Hobsbawm serão momentos de ruptura político-sociais. A própria divisão desta reflete estes momentos: **A Era das Revoluções** mostra os traumas de uma sociedade em um momento de ebulição, em que uma nova ordem social se estabelece, como é o caso da burguesia; **A Era do Capital** resgata um período de estabilidade após a revolução em que a sociedade burguesa se instaura como nova perspectiva social. Já **A Era dos Impérios** reflete os conflitos internos desta sociedade que culminará na Grande Guerra iniciada em 1914, em que nasce um novo mundo. Essa divisão por ruptura reaparece na **Era dos Extremos** que reconstrói o século XX – como as outras obras

reconstruíram o século XIX – que será marcado por duas fases de crise, intercalada por uma de prosperidade.

Assim, em segundo lugar, o acontecimento histórico eleito por Hobsbawm é sempre de ruptura política e social, provavelmente mais por opção teórica do que metodológica, considerando que ao escolher datas como 1789, 1848, 1875, 1914 e 1991, ele delimita marcos cronológicos em que a sociedade é transformada de forma revolucionária.

Em terceiro lugar, ao fazer cortes de longa duração, Hobsbawm tenta diluir os atritos causados pelas datas selecionadas. Através do longo período, o autor busca uma continuidade temporal. Nesse sentido, tanto a Revolução Francesa como a Primeira Guerra Mundial fazem parte do presente, mesmo que tenham acontecido num tempo passado distante do leitor e do autor no momento de leitura e escrita da obra, respectivamente. Assim, Hobsbawm pensa em um tempo presente que possui um tempo passado dentro de si. A aporia agostiniana do triplo presente aparece como a marca delimitadora da visão de tempo em Hobsbawm.

E, por fim, é possível afirmar que o tempo presente em Hobsbawm é construído através de uma narrativa que retira da memória do leitor os elementos de interligação entre o passado e o presente. O tempo presente, portanto, se encontra na memória individual e coletiva, sendo resgatadas através de analogias explicativas. Nesse sentido, a memória seria o elemento de ligação entre o tempo físico e o da consciência, já que se constitui a partir deles.

A questão que se coloca a partir de agora é se essas “analogias temporais” aparecem apenas na obra de Hobsbawm ou são comuns a outros historiadores nascidos no século XX, engajados em algum projeto político-social ou não.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 3 ed. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrosio de Pina. São Paulo: Nova Cultura, 2000. Os Pensadores.
- ARIÉS, Philippe. “A História das Mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**, s/d.
- AUGUSTO, Sérgio. Uma época violenta e apressada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 Jul., 1995. Caderno Mais!, p.7-8. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.
- BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. 2 ed. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1994.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos** 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- BRADLEY, Marion Zimmer. **As Brumas de Avalon – A Grande Rainha**. Trad. Waltensir Dutra. – A Grande Rainha. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- BRAUDEL, F. “A Longa Duração”. In: **História e Ciências Sociais**. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Presença, 1972.
- _____. **Reflexões sobre a História**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BURKE, Peter. (Org.) **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edusp, 1992.
- _____. **História e Teoria Social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Unesp, 2002.
- _____. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. 5 ed. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. A nova esquerda de FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 Out., 1996. Caderno Mais!, p. 05. **Entrevista concedida a Milton Santos**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

CARR, E.H. **Que é História?** 6 ed. Trad. Lúcia M. de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

CARVALHO, Bernardo. Coletânea traz humanismo de Hobsbawm. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 23 Jan., 1999. Caderno Ilustrada, pp.04-08. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. O Século dos Hibridismos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15.Out., 2000. Caderno Mais, p. 19. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

CHAUNU, Pierre. **A História como Ciência Social: A Duração, o Espaço e o Homem na Época Moderna**. Trad. Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CHAUVEAU, A. e TÉRTAR, Ph. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

COLOMBO, Sylvia. Hobsbawm revela usos da história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 Abr., 1998. Caderno Ilustrada, pp. 4. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 28 Set. 2001.

COMTE-SPONVILLE, André. **O ser-Tempo**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2001.

COUTO, José Geraldo. FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 Set., 1998. Caderno Especial, pp.4-9. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

DAVES, Paul. **O Enigma do Tempo: A revolução iniciada por Einstein**. 2 ed. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

DOMÍNGUEZ, Ivan. **O Fio e a Trama: Reflexões sobre o tempo e a História**. São Paulo: Iluminuras, 1996.

DOSSE, F. **A História em Migalhas: dos Annales a Nova História**. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony. **História do Século XX**. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FENELON, Dea Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. **Projeto História**, São Paulo, n. 12, 1981.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos & Abusos da História Oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FLORENZANO, Modesto. Defesa da revolução. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 Nov., 1996. Caderno Especial, p. 04. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Trad. Luiz Roncari São Paulo: Edusc, 1998.

GAY, Peter. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, s/d.

GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

HADDOCK, B.A. **Uma Introdução ao Pensamento Histórico**. Trad. Maria Branco. Lisboa: Gradiva, 1980.

HALL, Michael. Fascinante, mas perigoso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 Jun., 1998. Jornal de Resenhas, pp. 5. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. O século da barbárie. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 Ago., 1995. Caderno Mais, p. 19. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

HAWKING, S. W. **Uma Breve História do Tempo**: do Big Bang aos Buracos Negros. 29 ed. Trad. Maria Helena Torres. Rio de Janeiro, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Bandidos**. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

_____. **Rebeldes Primitivos**: Estudos de Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX. 2 ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **As Origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global, 1979.

_____. **Os Trabalhadores**: Estudos sobre a História do Operariado. Trad. Marina Leão Texeira Viriato de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. “A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia”. In: BLACKBURN, Robin. **Ideologia na Ciência Social**: Ensaio crítico sobre a teoria social. Trad. Aulyde Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

_____. e RUDÉ, George. **Capitão Swing**. Trad. Marco Antonio Pamplona e Maria Luiza da Silva Pinho. Rio de Janeiro: F. Alaves, 1982b.

_____. (Org.) **História do Marxismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982c. 13 vol.

_____. **Revolucionários**: Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Trad. João Carlos, Vitor Garcia e Adelangel S. Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Trad. Donaldson Magalhães Garschagem. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. **Mundos do Trabalho**: Novos Estudos sobre História Operária. 2 ed. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **História Social do Jazz**. 2 ed. Trad. Ângela Noronha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Estratégia Para Uma Esquerda Racional**: Escritos Políticos 1977-1988. Trad. Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

_____. **A Era dos Extremos** – o breve século XX (1914-1991). 2 ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **Ecoss da Marselhesa**: Dois séculos revêem a Revolução Francesa. Trad. Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia das Letras, 1996d.

_____. **A Era das Revoluções 1789-1848**. 9 ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996b.

_____. **A Era do Capital 1848-1875**. 5 ed. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996c.

_____. e RANGER, Terence. (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. 2 ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: Programa, mito e realidade. 2 ed. Trad. Maria C. Paoli e Anna M. Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.

_____. **Pessoas Extraordinárias**: Resistência, Rebelião e Jazz. Trad. Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998d.

_____. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 5 ed. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998c.

_____. **O Novo Século**: entrevista a Antonio Polito. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

_____. Europa supera terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15.Out., 2000. Caderno Mundo, p. 12. **Entrevista concedida a Fabio Zanini** Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. O ano em que os profetas falharam. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 Mai., 1998. Caderno Mais!, pp. 04-05. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 28 Set. 2001.

_____. LUTTWAK, E. ASH, T. G., FUKUYAMA, F. COOPER, R. Depois do Primeiro Ato. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 Mai., 2000. Caderno Mais!, pp. 04-07. **Entrevista concedida a Robert Cooper**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. O mais violento dos séculos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19. Dez., 1999. Caderno Mais, pp. 30-31. **Entrevista concedida a Robert Maggiori**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. Mercado livre foi moda passageira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 Jan., 1999. Caderno Mundo, pp. 01-12. **Entrevista concedida a Halpelerin (et al.)** Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. Jazz a Era da Improvisação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11.Out., 1998. Caderno Mais!, p.5-8. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. A diferença do Holocausto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 Mai., 1998. Caderno Mais!, p. 05. **Entrevista concedida a Giancarlo Bosetti**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 28 Set. 2001.

_____. Historiador acredita que instituições do Reino Unido tentam obter dividendos políticos com a tragédia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 Set., 1997. Caderno Mundo, pp. 01-09. **Entrevista concedida a Paulo Henrique Braga e Fernando Canzian** Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

_____. É difícil entender a sucessão de eventos passados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 Ago., 1995. Caderno Ilustrada, p. 05. **Entrevista concedida a Zeca Camargo**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

_____. O século radical. **Folha de São Paulo**, De Londres, 30 Jul., 1995. Caderno Mais, p. 5-7. **Entrevista concedida a Otávio Dias**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

_____. Sociedade de Incertezas. Londres, 2000. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11. Jun., 2000. Caderno Mais!, p. 07. **Entrevista concedida a Otavio Dias**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. Analfabetos em mercado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04. Abr., 1995. **Entrevista concedida a Luís Nassif**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. O mais violento dos séculos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19. Dez., 1999. **Entrevista concedida a Robert Maggiori**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

_____. O Século de Hobsbawm: O historiador faz 80 anos e lança na Inglaterra a coletânea "On History". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 Jun., 1997. Caderno Mais!, p. 05-09. **Entrevista concedida a Jorge Halperín**. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

_____. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. Trad. S. Duarte. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT**: Comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

JOHNSON, Paul. **Tiempos Modernos**: La historia del siglo XX desde 1917 hasta la década de los 80. Buenos Aires: Vergara, 1988.

KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2001.

KAYE, Harvey. **The British Marxist Historians**: an introductory analysis. New York: Polity Press, 1984.

KOSELLECK, R. **Le future parse – contribution à la sémantique des temps historiques**. Paris> EHESS, 1990.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformação Econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 6 ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LACOUTURE, Jean. “A História imediata”. In: LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e Memória**. 3 ed. Trad. Bernardo Leitaão (et al.). Campinas, SP: Unicamp, 1994.

LEFEBVRE, G. **El nacimiento de la historiografía moderna**. Barcelona: Martínez, 1974.

MACHADO, Irineu. Hobsbawm critica a desigualdade social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 Dez., 1997. Caderno Brasil, p. 12. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

NERÉ, Jacques. **História Contemporânea**. 4 ed. Trad. Octavio Mendes Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: Operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Senise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIETTRE, Bernad. **Filosofia e Ciência do Tempo**. Trad. Maria Anonia Pires e C. Figueiredo Bauru, SP: Edusc, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História**: Um Ensaio de poética do Saber. Trad. Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

REIS, J. Carlos. **Tempo, História e Evasão**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

_____. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico:** A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994b.

RÉMOND, René. **O século XX de 1914 aos nossos dias:** Introdução à história de nosso tempo. Trad. Octavio Mendes Cajano. São paulo: Cultrix, 1976.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – òrgão Oficial da Associação Nacional de História. **Biografias, biografias.** São Paulo: Unijuí, vol. 17, nº 33, 1997.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa.** Trad. César C. Marcondes. Campinas, SP: Papirus, 1994. 3 v.

RICUPERO, Bernardo. Nosso Marxismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9. Dez., 2000. Caderno Especial, p. 07. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

SCHAFF, Adam. **A História e Verdade.** 6 ed. Trad. Maria Paulo Duarte. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. Hobsbawm sonda o futuro em cadencia musical. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 Abr., 2000. Caderno Ilustrada, pp. 05-06. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 27 Set. 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Fernando de Barros e. Hobsbawm fala do risco de escrever história. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 Ago.,1995. Caderno Ilustrada, p. 05. Disponível em <http://www.folha.com.br>. Acesso em: 30 Set. 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.) **Teoria da História.** São Paulo: Cultrix, s/d.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia:** capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SIMON-NAHUM, Perrine. “Ser Judeu na França”. IN: PROST, A. e VICENT, GERARD (Orgs.). **História da Vida Privada** – da Primeira Guerra a nossos dias. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

THOMPSON, E.P. **A Miséria da Teoria Ou um Planetário de Erros:** Uma Crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar 1981.

_____. **Costumes em Comum:** Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. Trad. Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** 4 ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1998.

WHITE, Hayden. **Meta-História:** A Imaginação Histórica do Século XIX. 2 ed. Trad. Jose Laurêncio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1995.